

Andreza Cristina Rangel Prevot

**FORMAÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA:
Devir histórico e dimensão estratégica nas lutas políticas
contemporâneas**

ESS/ UFRJ

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

2010

FORMAÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES

RURALS SEM TERRA:

Devir histórico e dimensão estratégica nas lutas políticas contemporâneas

Andreza Cristina Rangel Prevot

Escola de Serviço Social

Mestrado

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a.

Maria Lidia Souza da Silveira

Rio de Janeiro

2010

**FORMAÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA: Devir histórico e dimensão estratégica nas lutas políticas
contemporâneas**

Andreza Cristina Rangel Prevot

**Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ, como parte dos requisitos necessários
à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.**

Aprovada por:

**Prof.^a. Maria Lidia Souza da Silveira - Orientadora
(Doutora em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Campinas)**

**Prof. Marcelo Badaró Mattos
(Doutor em História - Universidade Federal Fluminense)**

**Prof. Mauro Luis Iasi
(Doutor em Sociologia – Universidade de São Paulo)**

Rio de Janeiro

2010

Prevot, A. C. R.

Formação Política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Devir histórico e dimensão estratégica nas lutas políticas contemporâneas / Andreza Cristina Rangel Prevot. – Rio de Janeiro, 2010.

127 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Serviço Social, 2010.

Orientadora: Maria Lidia Souza da Silveira

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2. Consciência de Classe. 3. Formação Política. 4. Educação Popular. I. Maria Lidia Souza da Silveira (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social. III. Formação Política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Devir histórico e dimensão estratégica nas lutas políticas contemporâneas.

Para Tiago

RESUMO

PREVOT, A.C. R. . Formação Política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Devir histórico e dimensão estratégica nas lutas políticas contemporâneas. Orientadora: Maria Lídia Souza da Silveira. Rio de Janeiro: UFRJ / ESS, 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)

A reflexão desenvolvida nesta dissertação tem como objeto de investigação o investimento em processos de formação da consciência, formação política e ideológica realizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao longo de sua história. O propósito central deste trabalho será tentar delinear um histórico deste investimento formativo, procurando refletir sobre seus aspectos gerais e sobre a interpelação que move esse estudo, a possibilidade de valorização da história e do *devir histórico* presente nesses processos.

ABSTRACT

PREVOT, A.C. R. . Formação Política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Devir histórico e dimensão estratégica nas lutas políticas contemporâneas. Orientadora: Maria Lídia Souza da Silveira. Rio de Janeiro: UFRJ / ESS, 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)

The considerations presented in this dissertation have the purpose of inquiring the efforts of building up political consciousness, as well as political and ideological preparation developed by the Landless Rural Workers Movement (MST) through its history. The principal aim of this work is to delineate the history of these efforts, trying to bring various reflections about its general characteristics and the questions that move this investigation: the possibility of valorizing history an the *historical outcome* present at those processes.

SUMÁRIO

	P.
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
I. BREVE HISTÓRICO DO MST: ESTRUTURA ORGANIZATIVA, FORMAÇÃO E OS DESAFIOS DA ATUALIDADE	27
1.1. Elementos históricos	28
1.2. Estrutura organizativa e Metodologias de luta	38
1.3 A Formação Política como princípio	44
1.4. O MST nos primeiros anos do século XXI: processos de articulação e ampliação de lutas	48
II. CONSCIÊNCIA DE CLASSE E SENTIDO HISTÓRICO	61
2.1. Consciência de classe e devir histórico	61
2.2. Tempos a-históricos ou produção de sujeitos a-históricos?	77
2.3. Possibilidades de reconstrução do sentido histórico	84
III. FORMAÇÃO POLÍTICA NO MST: PROCESSOS, DIMENSÃO ESTRATÉGICA E DESAFIOS	89
3.1. Metodologia da formação, conteúdos teóricos e produção do conhecimento: desafios na construção de nexos com a história	101
3.2. Formação e Desafios atuais: alinhando algumas questões	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A reflexão desenvolvida aqui tem como objeto de investigação o investimento em processos de formação da consciência, formação política e ideológica realizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao longo de sua história.

A formação política compõe o quadro de princípios do MST, que demonstra desde o momento de sua construção, grande preocupação com a escolarização e o estudo dos seus militantes, mas também com a formação humana, com a formação da consciência, entendendo que essa formação “é responsável pela elevação do nível de consciência da massa, da militância e dos dirigentes.”¹ Segundo Adelar Pizetta, membro do Coletivo de Coordenação Político- Pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes e da Coordenação do Setor Nacional de Formação do MST,

“Desde a origem, no final dos anos setenta e início dos anos oitenta do século XX, o MST tem se defrontado com a necessidade de garantir um amplo processo de formação política para seu quadro de militantes, desde a base acampada e assentada até seus dirigentes nacionais, com vistas a possibilitar a unidade política e ideológica, o desenvolvimento da consciência político-organizativa e a superação dos desafios impostos pela realidade.” (PIZETTA, 2007 a, p. 242)

O objetivo desta dissertação será tentar delinear um histórico desse investimento formativo, procurando refletir sobre seus aspectos gerais e sobre o elemento que move esse estudo, a possibilidade de valorização da história e do *devir histórico* presente nesses processos. Esse *sentido histórico* pode ser traduzido como o sentido que move os sujeitos sociais a criarem seu próprio percurso histórico, um percurso que possibilite a emancipação da relação social de dominação do capital.

O MST, ao longo de seus 26 anos de existência, através de suas ações, tem construído relações de enfretamento a ordem societária atual, portanto pode ser um dos

¹ MST, *Desafios da Formação*, 2003, p. 9.

espaços onde os sujeitos – que, de diferentes formas, movem as ações e lutas deste movimento social – tem a possibilidade de construir uma outra história, uma história de liberdade.

O desejo por realizar essa reflexão se conforma a partir da experiência de participação em alguns espaços formativos do MST. Num primeiro momento, esta ocorreu no ano de 2006, no espaço e tempo de um Curso de Extensão na Universidade Federal Fluminense, uma parceria dessa instituição com o MST, o curso *Realidade Brasileira*². Para atuar neste curso, em sua segunda turma, um grupo de graduados, graduandos e pós-graduandos, sobretudo das áreas de ciências humanas e sociais, foi convidado por professores universitários que compunham o projeto de Extensão a se inserirem na estrutura do curso como monitores. Depois de algumas reuniões nas quais se estudou a estrutura organizativa do curso, deu-se início o planejamento das atividades para aquele espaço. A atividade de monitoria deveria estar direcionada para o acompanhamento do estudo dos militantes (educandos) com o objetivo de estimular a leitura e valorizar a construção de um trabalho de conclusão de curso, entendido como instrumento de socialização das reflexões realizadas nas aulas e instâncias de discussões do próprio curso.

Portanto, esse foi o início de uma experiência que viria a se prolongar para muitos de nós monitores, pois a partir desse trabalho, fomos convidados a participar de outros cursos e seminários, dentre os quais, o Primeiro Seminário de Formação Campo e Cidade da Escola Estadual de Formação Bernardo Marin Gomes³ e o Curso de Extensão em Políticas Públicas, intitulado *Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Emancipações*.⁴

Compondo essas primeiras experiências, meu ingresso no programa de pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em

² Definido nacionalmente em 2001 a partir de proposta da Via Campesina e do Movimento Consulta Popular, o Curso de Extensão *Realidade Brasileira* foi gestado com o objetivo de proporcionar formação política a militantes de organizações das classes trabalhadoras rurais e urbanas por meio da socialização do conhecimento universal produzido e acumulado no espaço acadêmico / universitário. No Rio de Janeiro, o curso se realiza através de um convênio entre a Universidade Federal Fluminense e o MST. Entre os anos 2003 e 2005 realizou-se nesta universidade a primeira turma do curso., e entre 2006 e 2007 a segunda turma.

³ A Escola Estadual de Formação Bernardo Marin Gomes é um dos espaços de formação política do MST no Estado do Rio de Janeiro.

⁴ Este Curso de Extensão é resultado de parcerias entre o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o Programa Outro Brasil e o MST.

2007, direcionou-me para discussões acerca da educação popular e formação política, sobretudo a partir da disciplina “Lutas Sociais, Educação Popular e constituição de sujeitos” - oferecida pela professora Maria Lidia Souza da Silveira no segundo semestre do mesmo ano de 2007 - , e portanto, das leituras e discussões a que tivemos acesso nesse espaço, complementado pela realização do Seminário intitulado: “Direitos Humanos e Educação Popular: Intepelações postas à sociabilidade contemporânea.”⁵

Assim, a partir dessas novas experiências e debates, abre-se a possibilidade de inserção em outros cursos com o MST: o Curso de Formação em Teoria Política Latino-Americana realizado pela Escola Nacional Florestan Fernandes⁶ e como desdobramento deste trabalho, o Curso de Extensão Teorias Sociais e Produção de Conhecimento, esse vinculado à UFRJ.

Em todas essas experiências pude me aproximar de alguns questionamentos - frutos de discussões coletivas - sobre a forma como se faz formação política, os objetivos da formação, os espaços prioritários para este fim, o público militante, entre outras. E a partir desses questionamentos comecei a entrelaçar outras indagações sobre os processos em questão. Indagações essas profundamente implicadas com a minha formação em história, ao olhar do historiador para àqueles processos. Assim, meu olhar tomou a direção da indagação sobre o sentido histórico que poderia ser constituído a partir desses investimentos formativos para os sujeitos que deles participam.

Portanto, pretendo no âmbito desta dissertação, realizar uma análise que supõe práticas formativas reais estudadas, que considerem a possibilidade da construção do sentido de historicidade, de movimento da história, das noções de mudança, transformação, ruptura, continuidade, passado, presente e futuro, que podem estar postas nos processos de formação da consciência realizados pelo MST.

Nesse sentido, as principais indagações estão na direção de buscar compreender onde e como esse sentido da história pode aparecer nos processos formativos do MST, procurando construir uma reflexão sobre como o processo de formação da consciência de

⁵ O seminário foi fruto da organização conjunta de alguns alunos da disciplina e a professora, realizado no dia 03 de dezembro de 2007.

⁶ A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) é a escola de formação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Trata-se do principal espaço e instrumento de realização dos mais variados cursos de formação política, extensão, especialização, muitos desses últimos, sobretudo, em parcerias com universidades públicas e privadas, e mesmo com o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), do próprio MST.

classe, da consciência emancipatória e revolucionária pode contribuir para aproximar militantes ao sentido de *movimento* e *dever histórico*. Indagações que supõem o questionamento sobre o real e sobre a possibilidade de recuperar a historicidade a partir da implicação entre teoria e ação voltadas para a emancipação humana, ou sobre como construir conhecimentos, saberes e estratégias capazes de contribuir para a compreensão e ação reais que apontem para a direção antagônica à forma societária atual.

Aproximações ao tema: caminhando ao encontro do sujeito-objeto

Diante do grande número de pesquisas existentes sobre a temática que envolve o objeto de estudo proposto para essa dissertação – o investimento do MST em educação e formação humana –, destaco dois trabalhos que produziram levantamentos e sistematizações sobre as dissertações e teses elaboradas nos programas de pós-graduação das Universidades brasileiras acerca do tema. A primeira sistematização que tive contato foi realizada pela educadora Maria Antônia de Souza - *A pesquisa sobre educação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (SOUZA, 2007). O outro trabalho, foi organizado pela também educadora Célia Regina Vendramini - “*Movimento educativo emancipatório*”: *Pesquisa sobre o Movimento dos Sem Terra no Campo educacional*.⁷ As duas pesquisas apresentam estatísticas e traçam o perfil das dissertações e teses produzidas sobre o tema nos últimos vinte anos com base nas temáticas abordadas, nos procedimentos metodológicos e nos recortes teóricos.⁸

Esses mapeamentos identificaram como principais enfoques teórico-metodológicos norteadores dos trabalhos analisados, os conceitos do materialismo histórico, tais como *totalidade, ideologia, consciência, classe e luta de classes*. Tratando-se de pesquisas desenvolvidas, sobretudo nos programas de educação, o sentido educativo e pedagógico do

⁷ Disponível em: www.pesquisamst.ced.ufsc.br/index.php. Acesso em 05 de Junho de 2009.

⁸ Segundo Maria Antônia de Souza num total de 83 Programas de pós-graduação na área de educação divididos entre 22 estados brasileiros, foram produzidas, entre 1997 e 2007, um número de 150 teses / dissertações *sobre educação e / no MST*. (SOUZA, 2007, p. 448) Segundo a pesquisa organizada por Célia Vendramini, “há um conjunto expressivo de pesquisas (dissertações e teses) sobre o MST em diferentes áreas do conhecimento. No banco de teses e dissertações da Capes encontramos 443 trabalhos (87 teses e 356 dissertações) que tratam do MST em diferentes áreas do conhecimento, no período de 1987 a 2006. Na área da educação, são 31 teses e 105 dissertações.”

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ganha centralidade. Porém, Maria Antônia de Souza traça uma série de oito eixos de análise centrais nas reflexões: *a organização do trabalho pedagógico e projeto político pedagógico; a formação dos professores; práticas educativas e temáticas relacionadas ao PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária); o papel da escola e da educação na reforma agrária; identidade; trabalho e educação; educação do campo como política pública; e consciência política.*

As sistematizações em questão permitem o acesso àquela produção que é deixada de lado por muitos pesquisadores, possibilitando assim canais de diálogo na construção de um conhecimento científico crítico. São muitas as dissertações e/ou teses sobre o tema, no entanto, nessa variedade de escritos, optei por aqueles mais próximos das questões propostas para minha pesquisa. As dissertações ou teses presentes nesse estudo fazem parte do caminho de aproximação ao sujeito-objeto. Tratam-se, na verdade, das primeiras indicações de leitura, que fui encontrando ao procurar conhecer o tema, umas foram levando à outras e assim sucessivamente. Nesse sentido, darei destaque, nesse primeiro momento, aos trabalhos de Roseli Caldart (1997 e 2004), Luis Bezerra Neto (1999), Claudilene de Souza (2004) e Roberta Lobo da Silva (2005). Contudo, outras pesquisas estarão presentes no diálogo que me proponho construir desde aqui.

Roseli Caldart, em *Pedagogia do Movimento Sem Terra* (2004), desenvolve um estudo sobre o sentido pedagógico do MST, sentido esse, presente na inserção do movimento na luta pela construção de uma nova educação no campo, mas também presente nas lutas cotidianas que o formam enquanto um movimento social. Caldart realiza uma profunda reflexão sobre o sentido educativo e de formação humana para os sujeitos que vivem as experiências e lutas desse movimento social. Alguns conceitos propostos por Caldart para estudar o MST são de suma importância para trilhar os caminhos que propomos a partir de nossas hipóteses, como os conceitos de *movimento sociocultural* e *sujeito pedagógico*. O diálogo com a obra em questão estará presente em toda a minha reflexão, porém no terceiro capítulo, dedico um espaço maior para compreender seus conceitos.

Luiz Bezerra Neto, em *Sem Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais* (1999), reúne uma síntese das práticas e

princípios educativos presentes no MST ao longo de sua história. Seu trabalho nos oferece um precioso guia de estudos sobre a educação e formação no MST, pois traça uma breve periodização dessa história.

Claudilene de Souza, em sua dissertação de mestrado intitulada *Vivendo e aprendendo a lutar: lutas de massa e formação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (2004), tece uma reflexão sobre a formação política e ideológica realizada pelo MST, sobretudo, a partir dos anos 1990, priorizando os aspectos relacionados ao processo de desenvolvimento da consciência de classe na luta dos trabalhadores rurais, buscando compreender seus princípios, problemas e desafios da formação e o papel que a *mística* exerce nesse processo. Seu trabalho oferece interessante discussão sobre formação política de quadros do movimento social.

Roberta Lobo da Silva em, *A Dialética do Trabalho no MST: A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes* (2005), tese de doutorado em educação, desenvolve reflexões acerca do processo de construção da Escola Nacional Florestan Fernandes. Com o foco na dimensão educativa e formadora do trabalho voluntário de militantes do MST, que divididos em Brigadas, foram responsáveis por construir o prédio / sede da escola nacional de formação do movimento, Roberta aborda uma das principais temáticas nos estudos sobre educação no MST, a relação entre trabalho e educação. Em sua tese, temos acesso a uma rica discussão metodológica no campo do marxismo, além de uma importante síntese e reflexão sobre a formação política, relação entre teoria e práxis e formação humana. Nos capítulos a que dedico o estudo da formação no MST e o papel da formação nos processos de consciência de classe – segundo e terceiro capítulos - , tentarei traçar diálogos mais aprofundados com sua obra.

Portanto, os estudos apresentados acima veem compor juntamente com os primeiros apontamentos teóricos - delineados a seguir e aprofundados em nosso segundo capítulo -, o arco de ideias que compõem a construção dos conceitos acerca do tema proposto. Esses estudos e conceitos são considerados de fundamental importância para o questionamento acerca da relação entre formação política, formação de *consciência de classe* e *devir histórico*.

Recortes teórico-metodológicos

Para aprofundar o tema será necessário delinear alguns recortes teórico-metodológicos, que considero centrais para a pesquisa. Porém, faço advertência de que a discussão e análise teórico-metodológica se faz presente por todo o texto.

A questão do tempo presente

Primeiro, gostaria de salientar o desafio posto no que se refere à história do tempo presente. O MST completou 26 anos em janeiro de 2010⁹, portanto a sua história está profundamente implicada nas transformações mais recentes, sobretudo no Brasil, mas também em nível continental e internacional.

Das lutas contra as ditaduras, das mobilizações e greves no final dos anos 1970 e início dos 80 ao processo de *redemocratização*¹⁰. Da década de recessão econômica mundial ao colapso da União Soviética e do Bloco Soviético entre 1989 e 91, do avanço do neoliberalismo, com suas *contra-reformas* do Estado¹¹, ao longo dos anos 90, à conformação de lutas anticapitalistas e anti-imperialistas, que se apresentam sob novas formas de antagonismos sociais, novas formas de conflitos, que podem estar consubstanciados em alguns movimentos sociais contemporâneos.¹² Esse seria um quadro

⁹ Um ano antes, no dia 24 de Janeiro de 2009, o MST comemorou seus 25 anos no Sarandi, Rio Grande Sul, com a realização do 13º Encontro Nacional, que contou com a presença de cerca de 1500 trabalhadores rurais sem terra de várias regiões do país, além de delegações internacionais de *Nuestra América*, Europa e Ásia.

¹⁰ Entende-se por *redemocratização*, transição ou “abertura”, o período em que o poder político transitou do comando das Forças Armadas para os setores dominantes da sociedade civil, elites empresariais, agrárias e políticas, processo esse que se desenvolveu em contextos muito próximos em nosso continente. Nesse sentido, alguns autores denominam esse processo como “transição autoritária à democracia, para ressaltar o caráter de dominação de classe subjacente a ela”. (SANCHEZ, 2000, p.6)

¹¹ O conceito contra-reforma do Estado, segundo Elaine Behring (2003), traduz o real movimento do Estado e capital (mercado) no Brasil, durante a implementação das políticas neoliberais. Para a autora, “se esteve diante de uma contra-reforma do Estado, que implicou num profundo retrocesso social em benefício de poucos”, e mais adiante num exercício de síntese conclui que, “a contra-reforma do Estado brasileiro concretiza-se em alguns aspectos: perda da soberania; vulnerabilidade externa; incapacidade do Estado de impulsionar uma política econômica que tenha como perspectiva a retomada do emprego e do crescimento; parca vontade política e econômica para promover a igualdade social; desequilíbrio entre os poderes republicanos.” (BEHRING, 2003, p. 22, p. 213)

¹² A noção de antagonismo social nos aproxima da perspectiva marxista, do olhar para o conflito social a partir do eixo da luta de classes, num sentido trabalhado por Vakaloulis: “O conceito de movimento social refere-se, na verdade, a um conjunto mutável de relações sociais de protesto que emergem no seio do capitalismo contemporâneo (...) Sua origem comum, se é que existe uma, está no fato de que certos grupos sociais dominados entram em conflito, de forma direta ou indireta, com a materialidade das relações de poder

muito geral, do conjunto de mudanças pelas quais o mundo passou nas últimas três décadas do século XX e que, certamente, ecoam na primeira década do século vigente. Saliente-se que essas transformações deram-se num ritmo intenso e acelerado, característico do movimento histórico do capitalismo contemporâneo até então.

Para Hobsbawm, historiador do tempo presente, escrever sobre nosso próprio tempo, sobre o presente que vivemos ou sobre - o presente / passado / conjuntura - próximos, nos coloca diante de alguns problemas e possibilidades pertinentes, como a questão *geracional*, *as mudanças de perspectivas* e olhares dos historiadores sobre um mesmo processo e os *pressupostos históricos hegemônicos*. No decorrer de duas décadas podemos ter a formação de uma nova geração intelectual, que terá sobre o passado que a geração anterior viveu um olhar diferenciado, ao mesmo tempo em que essa própria geração anterior pode modificar a forma como encara o tempo e as transformações que viveu e essas duas gerações podem ser acometidas pelo “padrão geral de nossas idéias sobre nosso tempo, que se impõe à nossa observação” como pressupostos hegemônicos e consensos históricos. (HOBSBAWM, 1995 b, p. 110)

Ainda para o historiador, as gerações mais velhas podem ter a vantagem de não cair em anacronismos, uma vez que delineiam em sua memória processos vivenciados e conseguem se ater aos eixos das mudanças. Porém, se essa geração aprisionar-se em pressupostos históricos, teóricos e metodológicos *a-críticos*, que não questionam nem o velho e nem o novo, que não buscam compreender as rupturas e continuidades históricas, serão tão anacrônicas quanto a jovem geração que tenta compreender o passado somente a partir das questões postas no presente. Para não cair numa análise maniqueísta dessa questão, onde a geração mais velha necessariamente terá uma leitura e a geração nova outra, a advertência inclui *as* gerações que se ocupam de pensar o passado e o presente, que podem ser acometidas tanto por um quanto por outro dos problemas ressaltados pelo historiador. Sendo assim, a preocupação aqui deverá seguir as pistas lançadas por Hobsbawm, buscar *valorizar a alteridade do passado para começarmos a compreender a história*, e para não cairmos em anacronismos, ou seja, compreender o tempo histórico como tempo sempre em movimento e fruto de relações sócio espaciais. (*Id.*, p. 107)

O materialismo histórico-dialético

O segundo recorte presente no estudo que proponho é o conjunto de reflexões que formam a perspectiva “marx-engelsiana”, o método de investigação material, histórico e dialético para conhecermos o real, o *materialismo histórico dialético*. Para Hobsbawm, trata-se de pensarmos no materialismo histórico dialético como um “guia para a história, um programa de pesquisa” e não a história em si, portanto como uma forma de apreender o real e não como o próprio real (HOBSBAWM, 1998, p.174). Nesse sentido, procurei valorizar nesse espaço alguns elementos do materialismo histórico que considero centrais para o estudo do nosso tema, como a questão da consciência, a perspectiva da história e a totalidade.

Dessa forma, busca-se compreender a relação dialética entre consciência e o *ser consciente*, exposta por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* e *Teses sobre Feuerbach* (1998). A relação entre consciência, história e sujeito presente nesses textos situa-se na contracorrente daquelas *crenças idealistas* que defendiam que as idéias produziam os seres humanos. Segundo a perspectiva marx-engelsiana, em sua célebre, e talvez pouco compreendida frase, “a consciência nunca pode ser mais que o ser consciente e o ser dos homens é seu processo de vida real” (MARX; ENGELS, 1998, p.19); faz-se necessário valorizar o *processo de vida real* – as condições históricas - como condição de produção do ser, da consciência e da história numa relação dialética, em que seres humanos, representações e ideias se auto impliquem. Nas palavras de Marx e Engels:

“(...) partimos dos homens em sua atividade real, e é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. E mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente do processo de sua vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, perdem logo toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; ao contrário, são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações

materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento.” (*Id.* p. 19-20)

O desafio posto desde essa perspectiva é tentar compreender que as ideias e a consciência não são sozinhas, não estão ou são autonomizadas dos sujeitos humanos em suas relações sócio-históricas.

Para a historiadora Ellen Wood, em sua obra que traz no subtítulo a proposta de *renovação do materialismo histórico* (WOOD, 2003), essa concepção nos mune de elementos para compreendermos a especificidade do capitalismo enquanto uma unidade sistêmica e histórica, portanto, *antitética* às modas intelectuais atuais, àquelas abordagens fragmentadas e a-históricas da realidade. No empenho da renovação do materialismo histórico, as propostas de Wood destacam a importância da *perspectiva da totalidade*, do olhar *a partir e para* a teoria marx-engelsiana, buscando nela aquilo que urge para compreendermos a lógica contemporânea do capitalismo, a *insistência na historicidade e especificidade* desse sistema de relações sociais.

Assim, Wood nos apresenta ao materialismo histórico dialético como forma de aproximação ao real, não para afirmar a verdade absoluta da história¹³, mas para dar conta da historicidade, do movimento histórico, portanto, para compreender relações entre sujeitos e objetos como produto de *relações sócio-histórico-espaciais*, relações essas, complexas e mediatizadas, que compõem a totalidade. O material, ou seja, os elementos constitutivos da realidade são tidos assim, como históricos, resultantes de um processo contraditório de interações dialéticas forjadas no quadro das relações sociais específicas do capitalismo.

O conhecimento crítico, fundamentado no materialismo histórico dialético, traduz-se no desafio do pensamento humano ou da razão de apreender esse material contraditório e

¹³ Quando nos afastamos da ideia de verdade absoluta da história, não estamos nos aproximando do campo que pressupõe a inexistência de verdade diante das várias verdades. Segundo Virgínia Fontes, devemos descartar a ideia de *verdade absoluta*, pois “ela é tão problemática quanto seu oposto, a suposição de que não existe nenhuma verdade.” E continua a historiadora, “historicamente, a suposição da existência de uma única verdade foi o lastro que sustentou todas as religiões monoteístas. Tal verdade, revelada e não demonstrada, implicava imediatamente uma contrapartida social dolorosa: tudo o que não correspondesse a essa verdade – que se colocava sempre como absoluta (não passível de erro nem de crítica) – significaria o erro, voluntário ou involuntário, devendo ser corrigido por bem ou por mal. Todas as perseguições passam a se justificar em nome de uma verdade desse tipo. O poder universalizante desse tipo de concepção de verdade oculta uma visão calcada num princípio absoluto.” (FONTES, 2001, p. 116)

não linear da história humana. Trata-se de um procedimento metodológico que pressupõe e permite relacionar contradições, singularidades, particularidades e universalidades numa mesma totalidade histórica, reconstruída no processo investigativo. A totalidade é um elemento ou categoria central na análise crítica e anti-fragmentada da realidade.

O materialismo histórico e dialético implica assim, num sentido de análise da realidade concreta que parte da historicidade, das noções de passado, presente e futuro, de rupturas e continuidades. Portanto, partir da perspectiva marx-engelsiana, da forma material e histórica de aproximação ao real e de compreensão da totalidade em lugar do fragmento, de esferas separadas ou orgânicas e funcionais da sociedade, significa indissociar o político do econômico, indissociar *base* de *superestrutura*, indissociar ser e consciência, e analisar essas questões a partir das possibilidades de movimento da história.

Os movimentos sociais como sujeitos-objetos

O terceiro recorte teórico-metodológico traduz-se na preocupação em relação ao estudo dos movimentos sociais latino-americanos, preocupação essa presente em algumas análises críticas sobre esses processos. Trata-se de um posicionamento teórico - com qual compartilho - para observá-los, investigá-los e compreendê-los. Nesse sentido, preocupome em estudar os movimentos sociais a partir de seu próprio movimento histórico e de sua *práxis*. Recuperar a historicidade dessas formas de luta é dotá-las de uma processualidade dialética, portanto, abordá-las na *temporalidade* e *territorialidade* de seus processos para entendê-las enquanto *sujeitos* e não somente *objetos*.

Os movimentos sociais em *Nuestra América* se (re) constroem num “novo ciclo de resistências ao capital que tem como marco o final dos anos 80, com o colapso dos projetos populares influenciados pelo 'socialismo realmente existente' e a ofensiva neoliberal”. (ZIBECHI, 2007) Assim, ao nos referirmos a movimentos sociais, tratamos de experiências organizativas atravessadas pelo debate acerca dos desafios emancipatórios e revolucionários do final do século XX e início do XXI. Desafios esses profundamente marcados pelas crises e assaltos pelos quais a esquerda passou nas últimas quatro décadas. Da crise dos Partidos Comunistas às derrotas nas guerrilhas contra as ditaduras, da reestruturação produtiva do capital iniciada nos anos 70 ao desmoronamento do Bloco Soviético e avanço neoliberal, a forma de luta política e social foi sendo transformada.

Porém, esse “novo” sujeito histórico, representado pelos movimentos sociais contemporâneos, deve ser compreendido também como herdeiro de tradições históricas de lutas no continente - num olhar mais estrutural ou no sentido de uma longa duração -. Ou seja, compreender essas formas de ação política como um *proceso dialético* entre o “novo” e o “velho”, em que o novo não é somente o novo.

Assim, ao utilizar o adjetivo “novo”, não necessariamente estarei me aproximando das análises - no campo das ciências sociais - sobre “novos movimentos sociais”, que sustentam paradigmas baseados numa contraposição entre novo e velho e na crítica do paradigma marxista para a interpretação dessas lutas. Por outro lado, concordo com as leituras que buscam compreender os entrelaçamentos e os processos históricos que constituem esses movimentos, tentando compreender tanto aquilo que eles trazem de novo, como os elementos que se mantêm, procurando continuidades entre o velho e o novo, percebendo que as rupturas estão inseridas nas possibilidades dos contextos históricos em que estão submersos. (PARRA, 2005; ZIBECHI, 2007)

Nas leituras sobre os problemas na contraposição entre novo e velho, devemos compreender quais referenciais teóricos e paradigmas estão sendo valorizados e desvalorizados, pois segundo Marcela Parra:

“ (...) detrás de esta oposición entre *nuevos y viejos movimientos* en realidad se formulaba una crítica al pensamiento marxista produciendo un desplazamiento de un análisis de los movimientos sociales centrado en las relaciones de explotación y opresión a otro que enfatizaba sus inscripciones identitarias, simbólicas y/o culturales. Este énfasis de los marcos identitarios, si bien puede enriquecer enormemente el análisis de los procesos de movilización social, también corre el riesgo de presentar una visión fragmentada de la realidad social, promoviendo una mirada microsical que en sí misma puede resultar sumamente interesante y relevante pero que necesariamente debería considerar, de alguna manera, la totalidad sociohistórica en la cual se inscribe.” (PARRA, 2005, p.75)

Para Michel Vakaloulis, o conceito de movimento social apresenta algumas ambiguidades na interpretação dos antagonismos, lutas e conflitos sociais, “sua própria

conceitualização comporta o risco dos extremos *positivista* e *essencialista*, aparentemente irreconciliáveis, mas substancialmente complementares”. Dentre essas ambiguidades, o autor enfatiza algumas questões principais, o fato de o conceito não ser capaz de abarcar a heterogeneidade e “singularidade empírica das formas de mobilização observadas”, o problema da “personificação do movimento social”, no sentido de não se ater a sua movimentação e ações constitutivas. (VAKALOULIS, 2005, p. 130 -131)

Essas interpelações sobre o conceito de movimento social vêm reforçar uma das preocupações em estudá-los - no caso o MST - a partir de seu próprio movimento histórico, buscando compreender suas idas e vindas, seu movimento não linear, suas relações históricas com as lutas passadas e suas ações baseadas nas transformações conjunturais e suas contradições. Dentro dessa preocupação e para não cair no *presenteísmo* ao proceder à análise dos movimentos sociais, procuro entendê-los como o geógrafo Porto Gonçalves muito bem compreende o MST, que me parece essencial:

“(...) tal como o Caliban de Retamar (...) uma síntese criativa dessas experiências emancipatórias tecidas no terreno movediço da história, o que pode ser observado tanto por sua teatralidade com forte componente místico, herdeiro de tradições religiosas, como por suas bandeiras vermelhas, ideologia socialista professada por seus principais líderes (...)”
(PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 24)

Contribuições metodológicas muito interessantes para o movimento de compreensão dos movimentos sociais latino-americanos contemporâneos estão presentes nas reflexões de Raul Zibechi (2007). O sociólogo uruguaio tem se dedicado ao estudo crítico dos movimentos sociais de *Nuestra América* na contemporaneidade, desenvolvendo reflexões, entre outras, acerca da busca de autonomia e de práticas emancipatórias que engendram esse novo sujeito político no contexto da luta de classes no continente. Nesse sentido, segundo o intelectual, a origem ética e cultural dos movimentos apresenta elementos que se entrecruzam numa formação comum em relação aos seus objetivos e às suas práticas militantes. Para Zibechi, esses sujeitos políticos têm matrizes formadoras comuns, como a influência da teologia da libertação representada na ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), o *guevarismo* e a insurgência indígena. Suas reflexões, portanto, direcionam nosso olhar para

questões de fundo nos movimentos sociais latino-americanos. O sociólogo, não se propõe a escrever uma teoria única para esses processos sociais, porém, identifica e articula as particularidades e especificidades dos movimentos numa unidade dialética de lutas sociais em que o fragmento é parte da totalidade.

Segundo Zibechi, uma das tendências comuns a esses movimentos sociais, e que para a reflexão que proponho é de suma importância, seria a “capacidade dos movimentos de formar seus próprios intelectuais, através da política de auto-organização e auto formação com critérios pedagógicos próprios inspirados na educação popular”, pois os movimentos sociais latino-americanos têm apresentado e praticado uma significativa ação educativa e formadora. (2007, p. 24)

O investimento na formação apresenta-se como central na maioria dos movimentos analisados pelo sociólogo (Exército Zapatista de Libertação Nacional, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento de Trabalhadores Desempregados, entre outros), o que impulsiona a pensá-los como espaços educativos e formadores de um saber emancipatório que, no geral, busca ser coletivo e autônomo, que pode potencializar ações dentro de um projeto societário de transformação.

Nesse sentido, segundo a educadora popular argentina Claudia Korol, os movimentos sociais vêm construindo projetos de *contracultura* e *contra hegemonias* no sentido antitético à “cultura de dominação sustentada pela cultura da impunidade, da alienação, do consumismo e da crise de identidades” (KOROL, s/d, p. 128).

Assim, o MST precisa ser analisado - não apenas como objeto, mas também como sujeito, que reproduz, mas também produz novas relações sociais, que constrói saberes e interpretações implicados em transformações sociais. Esse *giro epistêmico* ou *cambio desde el objeto al sujeto* nos movimentos sociais latino-americanos deve ser observado, segundo Marcela Parra, por aqueles que se dispõem à tarefa de tentar construir um conhecimento efetivamente crítico sobre esses processos e por que o acúmulo dos movimentos demanda um certo diálogo. Nesse sentido, aponta como desafio que:

“(…) el pensamiento crítico también tiene que ver con la acción y la reflexión sobre la acción, es decir, con la dialéctica acción-reflexión-acción donde entendemos al conocimiento como resultado de la interacción entre el

sujeto y el objeto y donde prima la intención de cambiar el mundo.”
(PARRA, 2005, p.93)

Ao recorrer ao materialismo histórico dialético como método de conhecer o real, não posso afastar-me das consequências postas por essa perspectiva proposta por Marx e Engels, que desenvolveram um método, uma ciência, uma *filosofia da práxis* profundamente implicados na *interpretação* crítica que aponta para *transformações radicais* da sociedade, transformações essas relacionadas à emancipação humana do controle do capital.

Para Zibechi, a relação sujeito-objeto fundada numa ontologia emancipatória “*no es ningún descubrimiento, sino apenas retornar a la célebre tesis XI de Marx*”¹⁴(ZIBECHI, 2007, p. 58). Porém é preciso destacar, que não proponho desde esta reflexão criar uma teoria para o movimento social ou escrever em nome deste, ao contrário, pretendo analisar suas contradições, limites e desafios postos a partir dos processos de consciência e formação humana e política nele presentes.

Portanto, tento trabalhar na perspectiva de uma investigação científica calcada numa metodologia que possibilite a unidade entre teoria e prática e a relação entre objetividade e subjetividade sob a ótica da historicidade e totalidade. Segundo Sánchez Vázquez,

“A filosofia marxista, sendo necessariamente uma interpretação científica do mundo, corresponde a necessidades práticas humanas; expressa, por sua vez, uma prática existente e, por outro lado, aspira conscientemente a ser guia de uma práxis revolucionária. Com isso se enfatiza a função ideológica e social de uma filosofia que só pode ser prática no momento em que exclui a utopia e transcende seus elementos puramente ideológicos para ser ciência. O que a diferencia das doutrinas filosóficas a que alude Marx na primeira parte de sua tese XI sobre Feuerbach, assim como de outras doutrinas socialistas, é, portanto, seu caráter científico, mas também – e não secundariamente – o fato de conceber-se a si mesma em função da práxis, isto é, como filosofia a serviço da transformação efetiva, real, do mundo, integrando assim a práxis revolucionária como fim da teoria.” (SÁNCHEZ VAZQUEZ, 2007, p. 235)

¹⁴ “Os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de *transformá-lo*” (MARX; ENGELS, 1998, p. 103, grifos dos autores)

Sánchez Vázquez continua sua reflexão sobre *práxis, práxis política e atividade teórica* com o cuidado em não dotar a *teoria em si* de uma capacidade emancipatória que somente a *ação* tem. Para o filósofo, a teoria pode contribuir para a transformação, mas para isso precisa “ser assimilada pelos que hão de suscitar; com seus atos reais, efetivos, essa transformação” (*Id.*, p.236).

Portanto, o esforço do presente trabalho é exatamente a tentativa de refletir sobre como se desenvolvem no MST os processos de formação da consciência. Porém esse esforço também tenta se inserir no rol das reflexões que evitam fragmentar objeto e sujeito, teoria e prática, movimento, processualidade e história.

Construindo a análise a partir desses recortes e aportes teórico-metodológicos assumo posição distinta das posições em voga nas ciências sociais, que contribuem para a crença na consolidação do capitalismo e suas formas de dominação nos padrões atuais como a etapa superior e final da história. Posições essas afinadas com as não tão recentes teorias “pós-marxistas”, pós-modernas, do “fim da classe” e “fim da história”, e portanto, com a ideologia neoliberal e sua bandeira de afirmação do capitalismo. Para a análise crítica das teorias pós-modernas, dedico uma parte do segundo capítulo dessa dissertação.

Para esse processo de pesquisa foram necessários a utilização de observação, investigação, estudo bibliográfico e reflexão individual via diversas fontes. Desde a literatura produzida sobre o MST, àquelas produções acadêmicas sobre as questões mais específicas de consciência de classe, educação e formação humana, onde encontramos muitos conceitos, informações históricas e trechos de entrevistas a militantes do Movimento. Assim, procurei dar visibilidade ao que já se produziu acerca do tema, buscando estabelecer o diálogo sempre.

A observação foi um elemento importante na motivação do estudo e no fazer do estudo, ou seja, nas reflexões apresentadas nesta dissertação, por isso comporta parte do que considero como fonte para a análise. Minha atuação nos cursos, seja na escola de

formação do MST – Escola Nacional Florestan Fernandes - e/ou nos cursos de extensão e formação de base do MST em parceria com as universidades, traduz-se como momentos em que pude não só me aproximar dos debates que cercam os princípios e as metodologias da formação política e da produção de conhecimento realizadas por este movimento, mas também em espaços onde pude dialogar com os mais diferentes sujeitos inseridos nesse processo.

A partir desses diálogos pude realizar algumas entrevistas a alguns militantes do MST inseridos de forma diversa nos processos de formação política.

Outra fonte importante, são os mais variados textos publicados em cadernos do próprio MST (listados em nossa bibliografia), alguns deles foram também publicados em revistas eletrônicas. Foram utilizadas diversas entrevistas publicadas em revistas do próprio MST ou de partidos de esquerda. Recorri a dados sobre lutas no campo, reforma agrária, educação no campo, presentes nos sites do MST¹⁵, da Comissão Pastoral da Terra¹⁶, e no DATALUTA - Banco de dados da luta pela terra, organizado pelo Núcleo de estudos, pesquisas e projetos da Reforma Agrária da Universidade Estadual Paulista (UNESP)¹⁷.

A dissertação está estruturada a partir de uma Introdução, três capítulos e uma breve conclusão.

O primeiro capítulo vai abordar o histórico e a formação do MST. Serão considerados os elementos históricos constitutivos da formação, o surgimento do MST e a sua estrutura organizativa; assim como está organizada uma certa periodização da formação.

O segundo capítulo abarca a discussão teórica mais de fundo – o sentido da história na contemporaneidade, a reflexão acerca do pós-modernismo e alguns elementos para compreender as transformações do capitalismo nos últimos anos. Sobre o sentido histórico, tentei construir nexos entre as concepções de Rosa Luxemburgo e Walter Benjamin a partir de seus escritos que tratam a temática e dos autores que os estudaram.

O terceiro capítulo vai considerar os desafios práticos, teóricos e ideológicos postos para a formação política no MST. Para isso delinearei com mais rigor os princípios e metodologias da formação neste movimento. Assim, este capítulo privilegiará a análise do

¹⁵ <http://www.mst.org>

¹⁶ <http://www.cptnac.com.br>

¹⁷ <http://www4.fct.unesp.br/dataluta>

processo formativo, e para tanto, efetivará nexos entre o arcabouço teórico, a observação das experiências concretas e o material empírico – entrevistas e documentos do MST - .

CAPÍTULO I

BREVE HISTÓRICO DO MST: ESTRUTURA ORGANIZATIVA, FORMAÇÃO E OS DESAFIOS DA ATUALIDADE.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está inserido no processo histórico caracterizado pelo conjunto das lutas por terra em nosso país. Surge no contexto marcado pelo ascenso da mobilização popular e de lutas por democracia. Num certo sentido, configura-se como “novo” sujeito político, herdeiro das tradições de lutas no continente, das mobilizações por terra e reforma agrária, e num quadro conjuntural de certa herança das organizações que atuaram contra a ditadura civil-militar.

Assim, os passos que levam à formação do MST ocorrem a partir dos conflitos resultantes de processos históricos da conjuntura de lutas no período de transição da ditadura à democracia e da herança das modificações impetradas na economia e no campo brasileiro ao longo dos anos 1970 e início do 80. Modificações essas profundamente concatenadas às mudanças do sistema do capital e às peculiaridades históricas de como essas mudanças serão introduzidas no continente latino-americano, que na maioria dos países se deu a partir da implantação de governos ditatoriais sob a chancela do imperialismo norte-americano. (PORTO-GONÇALVES, 2005)

1 - Elementos históricos

Segundo a perspectiva apresentada acima, tentarei construir uma síntese da gênese do MST a partir da compreensão de quatro elementos históricos primordiais: um primeiro, de ordem estrutural e outros três conjunturais, ou seja, constitutivos da história mais recente do país. O elemento estrutural está relacionado à tradição histórica de luta pela terra num país fundado no latifúndio desde os primórdios da colonização. Os elementos conjunturais podem ser observados na história político-social-econômica de nosso país a partir do início dos anos 80 e estão profundamente implicados, como já foi apontado, nos processos econômicos postos em prática pela ditadura empresarial-militar, sobretudo em relação ao campo, e ao processo político de transição da ditadura à democracia, a *redemocratização*. Soma-se a esses processos, a ação da *Comissão Pastoral da Terra* na articulação de lideranças camponesas no Brasil.¹⁸ A partir da observação desses elementos poderei traçar a composição do quadro sócio-histórico de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A tradição da luta pela terra

A luta pela terra no Brasil remete ao seu próprio processo de formação. Da chegada dos portugueses, a partir de 1500, com a conquista e a implantação do sistema de capitanias hereditárias através da doação de terras a particulares, seguida da montagem do sistema de *agromanufatura* do açúcar, que produziu uma sociedade baseada na posse de terras e escravos, através da adoção do sistema de *plantation* (especialização agrícola, grande propriedade de terra e utilização da mão de obra escrava africana) – constituindo a forma de *poder patriarcal* –, às condições de acesso e não acesso a terra perpetrada pela Lei de Terras de 1850¹⁹, à *contra-reforma* agrária da ditadura nos anos 1960 e 1970, com os projetos de colonização de fronteiras²⁰, ou seja, na longa caminhada desse país-continente não foi possível efetivar a democratização de sua estrutura fundiária, baseada portanto, na concentração latifundiária.

18 A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada em 1975 no Encontro da Pastoral da Amazônia realizado na cidade de Goiânia. Nesse Encontro, setores progressistas da Igreja Católica - influenciados pelos ideais da *Teologia da Libertação*, já postos em prática desde o início dos anos 1960 nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) -, discutiram as péssimas condições de vida e falta de assistência em relação aos trabalhadores rurais e posseiros, sobretudo, das regiões Norte e Centro-Oeste, procurando formas de ajudá-los.

¹⁹ A Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850 ficou conhecida como a Lei de Terras. Essa Lei, promulgada sob a tutela do império escravista, estabelecia que o meio legal para adquirir terra a partir de então seria a compra e não mais a posse (ocupação) da área. Porém, garantia aos grandes proprietários a propriedade da terra que fora fruto de posse por mais de três séculos. Para Stédile, a Lei foi o “batistério do latifúndio no Brasil (...) regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil.” (STEDILE, 2005, p. 25)

²⁰ Os projeto de colonização das fronteiras agrícolas fazia parte da estratégia da ditadura para deslocar os conflitos do campo para áreas mais distantes do país, como Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso, e não realizar a Reforma Agrária, minando a força dos camponeses em luta, organizados antes do golpe de 64, pelas Ligas Camponesas e União dos lavradores e trabalhadores agrícolas (ULTAB) em outras regiões. (MORISAWA, 2001, p. 99-100) Aprofundaremos o debate acerca desse tema nas reflexões sobre a modernização conservadora na agricultura.

Conseqüentemente, a resistência e a luta pela terra atravessam a nossa história das mais diversas formas, recriando-se em diferentes contextos e sujeitos. Das resistências indígena e negra, que contaram com ações como as guerras guaranílicas e a formação de quilombos - com lideranças como Sepé Tiaraju e Zumbi dos Palmares - contra o invasor colonial e o modelo de dominação fundado no escravismo, que durou quase 400 anos, passamos aos conflitos em torno da terra - um dos fundamentos da dominação - e chegamos ao final do século XX com múltiplas formas de lutas protagonizadas por trabalhadores rurais, camponeses sem terra, povos originários, populações ribeirinhas, quilombolas, seringueiros, etc.

Sendo o Brasil o último país americano a abolir a escravidão, a classe senhorial garantiu prematuramente o monopólio da terra. Em 1850, quando apenas começava a odisséia jurídica que levaria ao fim da escravidão, foi criada a Lei de Terras, que como foi dito, vetava o acesso gratuito e instituía o mercado de terras, ao mesmo tempo em que garantia a permanência do modelo fundado na grande propriedade exportadora.²¹ Com essa lei, se impunha aos escravos e aos peões das fazendas do interior do país a posterior condição de camponeses sem terra. Para Ariovaldo de Oliveira, os camponeses nunca tiveram acesso à terra no Brasil, “sendo pois desterrados, ‘sem terra’”. (OLIVEIRA, 2001, p. 189)

No período republicano (iniciado em 15 de novembro de 1889, um ano após a abolição da escravidão), as lutas camponesas tiveram a marca inicial do cangaço e do messianismo, às vezes manipulados pelos interesses oligárquicos regionais. Ainda assim, as revoltas de Canudos (Bahia) e Contestado (Paraná / Santa Catarina) foram vistas como ameaças à estabilidade do novo regime e massacradas pelo Exército. A partir de 1930, se inicia um acelerado processo de desenvolvimento, que desenha os contornos do Brasil atual, industrializado e urbano. No entanto, as recomposições de forças sociais e políticas resultantes desse processo, mesmo dando espaço a uma burguesia moderna e cosmopolita, não eliminaram as tradicionais formas oligárquicas de dominação, das quais essa mesma burguesia muitas vezes se tornou agente.

As lutas camponesas se acumularam e se expressaram das mais diversas formas, que incluíram a formação de sindicatos, associações rurais, rebeliões, guerrilhas, resistência armada ao desalojo, etc. As Ligas Camponesas se formaram entre as décadas de 1940 e 1950, num período de intensa agitação política no país, marcado tanto pelas disputas entre as diferentes facções dominantes pelo controle do aparato estatal, como pelo avanço das mais diversas organizações populares. Em 1947, quando da ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) pelo governo, as

²¹ No mesmo ano em que a Lei de Terras foi aprovada, era extinto o tráfico de escravos africanos para o Brasil, pela Lei Eusébio de Queiroz. O caminho legal até a abolição estava aberto, com leis que nem sempre tiveram efeito: em 1871 a Lei do Ventre Livre declarava livres todos os nascidos de mãe escrava e permitia a compra da Carta de Alforria; em 1885, a Lei dos Sexagenários libertaria os escravos com mais de 65 anos; por fim, a “Lei Áurea” de 1888 aboliu definitivamente a escravidão no Brasil.

Ligas também passam a ser perseguidas. Lideradas por Francisco Julião, as Ligas, são reorganizadas a partir de 1954, se difundem por vários estados do Nordeste e por outras regiões do país. No entanto, entre as primeiras ações do golpe militar de 1º de abril de 1964 estiveram as prisões, assassinatos e perseguições de seus militantes, visando sua imediata desarticulação. (STEDILE, 2005 b)

Dos movimentos que lutaram e lutam por terra no Brasil, por seu alcance (estruturado em 24 dos 27 estados brasileiros) e dimensão política, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) consolidou-se como um dos movimentos sociais mais importantes do continente. É gestado a partir de uma longa tradição de luta pela terra, ao mesmo tempo em que surge e se desenvolve num contexto específico e com características novas. O movimento conseguiu fixar a identidade “sem-terra”, ajudando a romper as barreiras entre os diferentes tipos de camponeses e direcionando na luta comum pelo acesso a terra – a partir da ação direta das ocupações massivas – e a reforma agrária, como bandeira mais geral, que inclui a defesa de um projeto alternativo de sociedade. Porém, o MST não esteve e não está sozinho nessa luta, mas pode ser compreendido a partir de suas atitudes, ações e inserções, como articulador de muitas dessas lutas - que revelam hoje, segundo o geógrafo Ariovaldo Oliveira, um *caráter multifacetado* -, protagonizadas por povos indígenas, remanescentes quilombolas, camponeses posseiros, ribeirinhos, assentados, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros movimentos.²²

Modernização Conservadora

Entre os elementos de ordem conjuntural, iniciaremos a reflexão a partir das mudanças no campo realizadas pelos governos militares entre 1964 e 1985.

O processo de *modernização conservadora* desencadeado pela ditadura empresarial-militar brasileira - inserido no projeto de internacionalização / mundialização da economia brasileira, ou segundo Porto-Gonçalves, “na nova fase de um longo processo histórico de moderno-colonização” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 6) -, provocou uma série de contradições na relação rural-urbano do país. Caracterizado, sobretudo, pela mecanização da agricultura, pelos incentivos fiscais aos grandes produtores rurais (latifundiários) e empresas multinacionais e pela estratégia de colonização das fronteiras agrícolas, esse processo representou o avanço do capitalismo no campo brasileiro baseado

²² Ainda segundo o geógrafo, “entre as mais de 42 mil famílias envolvidas nos conflitos de terra (em 2008), encontram-se mais de 31 mil famílias camponesas, 1,8 mil famílias remanescentes de quilombo e mais de 9,5 mil famílias de diferentes povos indígenas.” (OLIVERIA, 2009, p. 2)

na manutenção da estrutura fundiária, concentração de terra, permanência e consolidação do latifúndio.

O primeiro governo militar, Castelo Branco, dedicou-se, entre outras medidas, a editar uma lei federal que regulamentava a ocupação da propriedade rural, o Estatuto da Terra.²³ Essa medida é interpretada por alguns estudiosos da questão agrária em nosso país, como uma tentativa de resposta do governo autoritário às demandas por reforma agrária que estavam presentes nas mobilizações e manifestações de trabalhadores rurais nos anos 1950.

Segundo Sônia Mendonça,

“Para além de seus aspectos antipopulares e autoritários, no entanto, o estatuto guardava um evidente cunho reformista, que pode ser exemplificado pela própria reforma agrária. Esta, ademais, se inseria num conjunto de medidas vinculadas a uma estratégia geral cuja racionalidade prendia-se ao Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), mormente no que dizia respeito tanto à análise do papel da agricultura, quanto da própria reorganização fundiária. Tratava-se de fazer frente à crise econômica brasileira buscando, através da reforma agrária, ampliar o mercado interno e configurar uma classe média rural consumidora de produtos industriais, mas também neutralizadora dos conflitos e tensões no campo.” (MENDONÇA, 2006, p.37)

Porém como a própria historiadora aponta, o Estatuto – “com suas emendas e substitutivos” - não ameaçava o latifúndio, uma vez que absolvía da desapropriação a “empresa agrícola” (conceito estabelecido pela própria lei), vinculando a reforma agrária à perspectiva de desenvolvimento e modernização da agricultura. Nesse sentido, segundo Ariovaldo de Oliveira, “o Estatuto da Terra tornado lei pelo regime militar, era lei morta. A colonização na Amazônia aparecia como autêntica *contra-reforma* agrária.” (OLIVEIRA, 2001, p. 192, grifo meu)

Nessa conjuntura, o êxodo do meio rural passou a se dar em dois sentidos ou duas direções: em direção às fronteiras de colonização, como já foi apontado, sobretudo na região norte e centro-oeste e a saída em busca de trabalho nas capitais do sul e sudeste, que viviam conjuntura de significativa expansão industrial em função do “milagre econômico”.²⁴ Porém, em meados da

²³ Lei nº 4504 de 30 de novembro de 1964. Dentre os 128 artigos e muitos parágrafos, essa lei federal estabelecia critérios e normas para a Reforma Agrária a partir do conceito jurídico de *função social da terra*.

²⁴ O período de crescimento ocorrido durante a ditadura, relacionado ao processo de internacionalização da economia brasileira através da expansão industrial, dos grandes projetos de engenharia, da modernização conservadora na agricultura, que consolidou, entretanto, o aumento da concentração de renda e da pobreza, ficou conhecido como “milagre econômico”. Como resultado desse padrão de desenvolvimento, o Brasil chegou à década de 1990 com um diversificado parque industrial, que incluía filiais de importantes multinacionais (Volkswagen, GM, Mercedes Benz), grandes indústrias estatais (Petrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional, Vale do Rio Doce, Embraer) e importantes empresas de capital privado de origem nacional (Odebrecht, Gerdau, Companhia Brasileira de Alumínio, Bancos Bradesco, Unibanco e Itaú). Portanto, não é um fator desprezível a formação de uma burguesia local que, sem se desvincular de suas amarras com as velhas oligarquias e os centros decisórios do imperialismo, busca consolidar seus

década de 70, os efeitos da crise do “milagre”, associada à crise mundial do capitalismo, já podiam ser percebidos. E assim, os contingentes de trabalhadores rurais expulsos do campo, que anteriormente seguiam para a cidade em busca de trabalho ou aqueles que foram desviados para as fronteiras de colonização em virtude do processo de modernização agrícola, a partir de então, teriam essas alternativas bastante limitadas. Nas cidades crescia o desemprego e conseqüentemente a miséria. Nas fronteiras, os camponeses continuavam sendo expulsos pelo crescimento das empresas que lá se instalavam e concentravam cada vez mais terra e pela total falta de assistência, desde o crédito rural a condições de moradia, educação e saúde.

Para muitos desses trabalhadores rurais, sobretudo aqueles que deixaram seus lugares e foram direcionados às tais fronteiras, restava realizar o caminho de volta, *retornando* ao meio rural de origem, meio rural este repleto de conflitos e em processo de modernização-expulsão dos camponeses. Nesse contexto podemos verificar um momento histórico de profundo acirramento na luta por terra em nosso país, baseado no crescimento da concentração fundiária e do empobrecimento e desalojo dos trabalhadores rurais.

Assim, nos deparamos com um cenário social de intenso aumento dos conflitos e da violência dispensada aos trabalhadores sem terra, *desterrados*. E é nesse cenário, que se fazem presentes muitos dos trabalhadores que virão protagonizar as mobilizações, lutas e ocupações que darão origem ao MST nos anos 1980.

Segundo Ariovaldo Oliveira:

“É na lógica contraditória deste rumo que se deve entender os conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil. A ocupação recente da Amazônia é, pois, síntese e antítese desse processo violento. Se a abertura da posse pelo posseiro deriva da negação consciente à proletarização, a colonização tem sido a válvula de escape das pressões que a concentração e o remembramento da terra traz consigo, mas a realidade da floresta amazônica e a falta de políticas públicas de fixação do homem à terra geram o retorno (...) A pressão que o capital exerce em um lugar, não é a mesma em outros lugares, liberando parcialmente parcelas do território destas ações. Desta pressão e contrapressão, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (...)” (OLIVEIRA, *Id.*, p. 194)

Dessa forma, a compreensão do processo da modernização conservadora e suas conseqüências para a sociedade brasileira, vem direcionar nosso olhar e aprofundar nosso debate não somente em relação ao contexto de acirramento das lutas no campo brasileiro nos anos 1970, como também nos oferece pistas para a construção do quadro sócio-histórico a partir da reflexão

interesses no âmbito estatal e a nível regional. Devemos ainda lembrar que esses impulsos modernizadores se estabeleceram através de longas e violentas ditaduras, a primeira entre 1930 e 1945, a segunda de 1964 a 1989.

sobre a origem dos sujeitos sociais, camponeses, trabalhadores rurais sem terra que estão na gênese do MST. Segundo Porto-Gonçalves, “talvez uma das mais ricas contribuições do MST seja exatamente essa da experiência da diferença que, todavia, é bom que se registre, até mesmo pela novidade e pela envergadura do desafio de que se reveste, não está livre de contradições” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 10).

Portanto trata-se de compreender o MST desde sua gênese a partir das diferentes experiências: dos desterrados do sul, aos migrantes, desalojados e retornados do norte e centro-oeste, da origem de seus sujeitos na conjuntura da formação à construção de um movimento nacional de massas. Ainda para o geógrafo:

“Embora muitos autores afirmem a forte presença dos sulistas na formação do MST é fundamental que resgatemos essa presença, desde o início, dessas diferentes experiências, sobretudo essa que, via CPT, vem do Centro Oeste e da Amazônia, em que se destaca a região do Bico do Papagaio (entre o Maranhão, o Pará, o Tocantins e o Mato Grosso) onde os conflitos assumem características dramáticas de violência. Dessas múltiplas experiências, é que surgirá o MST buscando conformar um projeto nacional a partir do campo brasileiro num contexto cada vez mais mundializado.” (*Id*, p.11)

A ação da Comissão Pastoral da Terra

Segundo Morissawa, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)²⁵, desde os anos 1960, representavam espaços sociais e comunitários para a organização dos trabalhadores rurais e urbanos em luta “contra as injustiças e por seus direitos”. A partir dessa experiência e diante do aumento dos conflitos no campo na década de 70, organiza-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que terá uma ação mais localizada, inicialmente, e de assistência mais direta aos trabalhadores rurais. (MORISSAWA, 2001, p. 105)

Da preocupação com os trabalhadores rurais na Amazônia, os membros da CPT deram início à articulação de lideranças camponesas - de trabalhadores assalariados a bóias-frias, de peões a posseiros -, promovendo encontros regionais. Segundo a própria Comissão:

“Em cada região, o trabalho da CPT adquiriu uma tonalidade diferente de acordo com os desafios que a realidade apresentava; sem, contudo, perder de vista o objetivo maior de

²⁵ As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) representaram segundo Krischke, “a concretização história variável de uma mesma estratégia – ou ‘novo modelo de ser da Igreja’. Esta ‘eclesiogênese’ (‘dos teólogos da libertação’) é orientada por tendências centrais e oficiais, expressas nos documentos e ‘linhas de atuação pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)”. Essas tendências são fruto de discussões em instâncias internacionais da Igreja Católica, como o Concílio do Vaticano II, realizado em 1965 e as Conferências de Medellín e Puebla, em 1968 e 79. (KRISCHKE, 1986, p. 198)

sua existência: ser um serviço à causa dos trabalhadores rurais, sendo um suporte para a sua organização. O homem do campo é que define os rumos que quer seguir, seus objetivos e metas. A CPT o acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico. É por isso que a CPT conseguiu, desde seu início, manter a clareza de que os protagonistas desta história são os trabalhadores e trabalhadoras rurais.”²⁶

Sua relevância histórica está portanto, no papel articulador das lutas no campo brasileiro durante a ditadura, momento em que os espaços democráticos encontravam-se fechados. Nesse sentido, podemos compreender esses espaços da Igreja no meio urbano e rural, das CEB's a CPT, como “espaços estratégicos” – onde heterogeneidades eram superadas -, como “um espaço social de organização popular”.(KRISCHKE, 1986, p. 189). Para os trabalhadores rurais, essa articulação contrapôs-se à situação de isolamento em que se encontravam até então, o que impedia um confronto em nível nacional contra a ditadura, a modernização conservadora, e os latifundiários.

Sobre as lutas no campo e sua articulação via CPT, Stédile afirma:

“Nenhuma dessas lutas era espontânea. A maioria era dirigida por militantes de várias origens da Igreja, desse trabalho da CPT. Havia também pessoas que já tinham alguma militância na esquerda ou outras experiências sindicais. Mas ninguém se conhecia. Não havia nenhuma articulação, nem sindical, nem política. Era tudo na seguinte base: ‘Ouvi dizer que lá no Mato Grosso do Sul saiu uma ocupação. Quem será que está organizando?’ Quem ajudou a costurar isso aí foi a CPT, a grande responsável pelo nascimento do Movimento dos Sem Terra, porque ela conhecia tudo e todos (...)

Houve muitas discussões internas dentro da CPT. Havia propostas de se fazer um movimento em que os agentes pastorais tivessem mais influência. Mas prevaleceu a idéia de que tinha de ser um movimento camponês, autônomo, sem qualquer vínculo com a Igreja.”²⁷

Esse duplo movimento de articulação de sujeitos e lutas, e a ampliação dos campos de ação – do local e/ou regional ao nacional-, desembocou na realização do Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, em janeiro de 1984, no município de Cascavel, estado do Paraná. Nesse encontro, segundo Stédile, foram sistematizadas as experiências de lutas históricas por terra em nosso país e formalizou-se a criação do MST como “um movimento nacional de luta pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais, precisando seus objetivos e sugerindo formas de lutas mais eficazes”. (STEDILE, 1994, p. 21)

²⁶ Texto retirado do site da CPT, www.cptnac.com.br. Acesso em 23 de setembro de 2009.

²⁷ Entrevista cedida por João Pedro Stédile à Revista *Teoria e Debate*, nº 9, janeiro-março, 1990.

Desde então a CPT vem trabalhando com o próprio MST e com outros movimentos sociais em luta por terra no campo brasileiro. Do apoio à luta por Reforma Agrária à defesa dos Direitos Humanos para os trabalhadores da terra, a CPT consolidou-se ao longo de todos esses anos também como uma instituição de reflexão e elaboração sobre a questão agrária, assim como de sistematização dos principais movimentos e conflitos no campo brasileiro.

O processo da Redemocratização

Seguindo os passos de nossa trilha histórica em busca da compreensão dos elementos que constituem o processo histórico no qual se observa a gênese do MST, passamos pelo período de transição da ditadura à “democracia”, conhecido como *processo de redemocratização*, momento político marcado pelo reascenso das mobilizações populares, como a luta pela anistia e em defesa dos direitos humanos, as greves metalúrgicas do ABC paulista, a experiência do sindicalismo combativo e o surgimento do *novo sindicalismo*, reorganização do sindicalismo rural, entre outras.²⁸

O período da transição democrática revelou-se como um momento contraditório. De um lado, a transição era realizada “pelo alto”, ou seja, o retorno dos militares aos quartéis e a institucionalização da democracia atendia aos ditames de um projeto de *abertura* “lenta, segura e gradual”, consubstanciado por um misto de medidas liberalizantes e autoritárias. O fim do Ato Institucional nº 5 em 1978 representou algumas liberdades, como o fim da censura, direito a *habeas-corpus*, etc, porém a Lei da Anistia, em 1979, determinava uma anistia ampla e irrestrita às ações criminosas e autoritárias dos setores do governo militar, que não alcançava àqueles e àquelas que participaram da luta armada. (FONTES; MENDONÇA, 2001)

Por outro lado, setores da sociedade movimentavam-se na reorganização das lutas de classe, nas mobilizações de caráter popular, nos sindicatos, nos bairros, nas comunidades e no meio rural. Para o historiador Marcelo Badaró Mattos, “tal projeto de transição pelo alto enfrentaria, entretanto, uma vigorosa tensão contrária com o crescimento da ação organizada dos trabalhadores, através dos movimentos sociais.” (MATTOS, 2002, p.78) Havia portanto, uma perspectiva antagônica sobre a democracia que se pretendia construir. Evidenciava-se na aliança civil-militar que sustentava a ditadura o objetivo de institucionalizar a democracia, restaurando o Estado de Direito, as garantias formais de liberdade e segurança, e o sistema democrático formal baseado em eleições. Na contracorrente dessa perspectiva estavam os mais variados movimentos sociais, que, segundo Maria Célia

²⁸ O novo sindicalismo representou a superação do sindicalismo oficial e corporativista, que desde os anos 1930 e depois com a Consolidação das Leis do Trabalho, estava subordinado ao Ministério do Trabalho, portanto, ao Estado. Com o golpe de 1964, esse controle é aprofundado, sobretudo, com o alto número de “intervenções, cassação de direitos políticos e instauração de Inquéritos Policiais Militares contras os principais dirigentes sindicais”. Na base do novo sindicalismo estava a ação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. (MATTOS, *op. cit.*, p. 66)

Paoli, “pareciam estar falando de outra coisa – não da ‘consolidação’ democrática do regime político formal, mas da invenção radical dessa democracia.” (PAOLI, 1995, p. 27)

Nesse contexto serão construídos os três espaços políticos característicos do que virá ser denominado o novo ciclo da história do Brasil: o Partido dos Trabalhadores em 1980, a Central Única dos Trabalhadores em 1983 e o Movimento dos Sem Terra em 84. Segundo a Direção Nacional do MST, na edição especial da *Revista Sem Terra*, que comemora os 25 anos do Movimento:

“(...) a classe trabalhadora aglutinada politicamente ao redor do PT, da CUT, das CEB’s, do MST, defendia um novo projeto para o país, o projeto democrático-popular, que na essência representava tomar medidas econômicas de distribuição de renda que (...) Isso seria conjugado com as reformas agrária, urbana e da educação.”²⁹

Assim o MST surge com as peculiaridades e especificidades de um movimento do meio rural, a partir das mesmas contradições históricas, do mesmo *terreno movediço da história* em que surgiram o PT e a CUT. Porém, esses espaços políticos tomariam caminhos diferenciados ao longo de sua existência. Esses caminhos, sobretudo a relação MST e PT no governo presidencial, serão abordados em outro momento de nossa reflexão.

Entendendo esse momento como um ciclo histórico de reascenso das lutas populares, Stedile afirma:

“A luta de classes em qualquer país e no Brasil ocorre por ciclos históricos. Cada ciclo de ascenso do movimento de massas gera formas específicas de luta, instrumentos apropriados de organizações da classe, e seus líderes. O MST é fruto do ciclo de reascenso de 78 a 89. Aquele período levou a que o povo brasileiro construísse e reconstruísse várias formas de luta. A ocupação de terra é fruto desse ciclo, os dirigentes do MST são fruto desse ciclo, a CUT é fruto desse ciclo, o PT é fruto desse ciclo. Nós nascemos juntos, como instrumentos parceiros de um mesmo projeto. Cada um na sua trincheira, mas todos se ajudando. Esse ciclo terminou na década de 1990, com o descenso do movimento de massas. Quando vier um novo reascenso no movimento de massas – espero que seja logo – serão criadas novas formas de luta, novos instrumentos e novos líderes. Somos fruto de reascenso passado, e resistimos em um período de descenso. Poderíamos ter desaparecido como referência para o povo, como muitas organizações desapareceram. Oxalá o MST consiga sobreviver no próximo reascenso.”³⁰

²⁹ *Revista Sem Terra*, ano X, nº 48, Jan / Fev, 2009.

³⁰ **Entrevista de João Pedro Stédile - *Jornal Sem Terra*, nº 289, 21 Janeiro de 2008.**

Formado no início dos anos 1980 nesse processo histórico rico em lutas sociais e sob o controle da aliança civil-militar, o MST passou na década seguinte ao centro do debate político brasileiro, muitas vezes canalizando o sentimento de contestação dos de baixo em geral - com sua política de “pau e prosa” em Relação à Nova República e a realização de ocupações de caráter massivo³¹ -, assim como os ataques dos setores dominantes (através da mídia, da repressão policial, de decisões judiciais, da ação de grupos paramilitares armados por fazendeiros etc.).

³¹ Entrevista de João Pedro Stédile - *Teoria e Debate*, nº 9, janeiro-março, 1990.

2 – Estrutura organizativa e Metodologias de lutas

No processo de construção do MST são criadas e recriadas diversas metodologias de luta e resistência. Essas metodologias são construídas com base num conjunto de princípios político-organizativos que “suleiam”³² o Movimento, porém, segundo Ademar Bogo, com a “preocupação de nunca fazer da estrutura um dogma, mas adotar formas orgânicas que estivessem de acordo com as necessidades de cada época”. (BOGO, 2003, p. 53) Como destacou a historiadora Roberta Lobo Silva em sua tese de doutorado, a construção dessa estrutura organizativa é bastante complexa, uma vez que se conjuga ao mesmo tempo, e dialeticamente, duas formas de ação política, a organização política e o movimento de massas. Nesse sentido ainda para Bogo:

“(…) É fundamental efetuar a combinação entre movimento e organização, para evitar a desintegração gratuita do movimento social, que adquire, através do tempo, evidência política como o MST, mas carrega dentro de si enormes fragilidades espontâneas que devem ser superadas para que este movimento de massas passe, sem mudar sua natureza, para organização de massas, criando dentro de seu ser uma estrutura orgânica, que lhe dê sustentação (...)”. (BOGO, *apud*, SILVA, 2005, p. 137)

Para a historiadora, a preocupação com a organicidade da luta tem como objetivo a superação das lutas imediatas e a construção de um projeto político de organização social, uma vez que dentre seus principais objetivos estão: *a luta pela terra, a luta por Reforma Agrária e a luta por uma sociedade mais justa e fraterna*, ou seja, trata-se de um movimento social de massas com objetivos sócio-políticos, que apontam num sentido de transformação da realidade concreta.³³

Desde os primeiros encontros, colocou-se a questão do caráter massivo como aspecto central daquele movimento de trabalhadores rurais. Para Roseli Caldart, esse caráter massivo traduz-se, na verdade, na *identidade* do MST, “um movimento social que tem sua marca na realização de lutas e mobilizações que envolvem sempre o maior número possível de pessoas, rejeitando a ideia de luta por representação.” (CALDART, 2004, p.132) Nesse sentido, a educadora recorre às reflexões de Bogo, que ratificam o duplo sentido na organicidade do MST:

³² A expressão *sulear*, utilizada pelo educador Paulo Freire em algumas de suas obras e reafirmada em entrevistas, pretende questionar o *sentido colonial* do verbo *nortear*. Desde uma perspectiva emancipatória, que procura questionar metodologias, conhecimentos e ontologias, parece-me interessante recorrer à expressão freiriana. (REDIN; STRECK; ZITKOSKY (orgs.), 2008, p 396)

³³ Esse será um debate presente ao longo de todo o caminho histórico do Movimento, que terá um espaço maior de reflexão na terceira parte de nosso trabalho, quando analisaremos os desafios postos ao MST em seu trabalho formativo.

“O MST em sua teoria da organização entende que deve ter uma dupla estrutura: ser um movimento de massas amplo mas, dentro deste, ter uma estrutura organizativa que dê sustentação aos movimentos, transformando-se assim, numa ‘organização de massas’. Esta organização é para melhor assimilar as ideias e pô-las em prática. Daí a constituição das instâncias, setores, núcleos, etc...” (BOGO, *apud*, CALDART, *ibid.*)

Para Stédile a forma de luta com caráter massivo trouxe para o MST três características fundamentais: a perspectiva de *movimento popular*, onde todos e todas, homens, mulheres, crianças e idosos podem participar; o *componente sindical* - corporativo, ou seja, a afirmação de que essa luta é a luta pelo assentamento das famílias, porém com a necessidade de ir além da necessidade imediata; e por último, o *caráter político* do Movimento, a unidade dos interesses corporativos aos interesses de classe, que luta pra transformar a realidade social. (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 32)

Princípios organizativos

Os princípios organizativos do MST são elaborados assim, dentro do quadro de seus objetivos centrais e de suas características fundamentais, que seguem a tradição herdada das organizações que lutaram por terra em nosso país. Esses objetivos e princípios foram sistematizados ao longo dos primeiros encontros e congressos dos sem terra nos anos 1980, e reafirmados nos congressos realizados nos anos 90 e 2000.

Segundo Fernandes, inspirados nas Ligas Camponesas, no MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terra) e na ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), os sem terra foram delineando seus princípios, como:

“lutar contra o capital na construção de uma sociedade sem exploração; lutar pela terra e pela reforma agrária, para que a terra esteja sempre a serviço de toda a sociedade; lutar pela dignidade humana, por meio da justa distribuição da terra e das riquezas produzidas pelo trabalho; lutar sempre pela justiça com base nos direitos humanos; lutar contra todas as formas de dominação e procurar em todo tempo e lugar a participação igualitária da mulher.” (FERNANDES, 1999, p. 79)

A partir de alguns documentos do MST, como as *Normas Gerais* de 1989 e/ou *Construindo o Caminho* de 2001, assim como na entrevista cedida por Stédile a Bernardo Mançano Fernandes e transformada no livro *Brava Gente*, e nas teses já citadas sobre o movimento, como a do próprio Fernandes, a da Roberta Lobo e da Roseli Caldart, entre outras, podemos reunir seu quadro de princípios organizativos, suas instâncias representativas, deliberativas e executivas .

Direção coletiva (colegiado dirigente); *divisão de tarefas* (contribuições de forma coletiva, valorizando a individualidade de cada um); *profissionalismo* (na execução das tarefas); *disciplina* (respeito a organicidade interna); *planejamento* (ações planejadas); *estudo* (necessidade de investir na educação para combater o voluntarismo); *formação de quadros* (necessidade de formar quadros técnicos, políticos e organizativos); *caráter massivo*; a *vinculação com a base*; a *crítica e autocrítica* permanentes; *mística* (ações simbólicas que ressaltam a identidade e sentimento de pertença nos militantes, tanto em relação ao MST como à luta por construir uma outra sociedade), são os princípios organizativos, que para Stédile dão ao Movimento a “força de uma organização política”, ou seja, com a aplicação desses princípios “o MST deixa de ser um movimento social de massas para ser também uma organização social e política”. (FERNANDES; STEDILE, *op. cit.*, p. 44)

Instâncias da organização

As instâncias representativas e deliberativas são organizadas em nível nacional - *Congressos, Encontros, Coordenação Nacional, Direção Nacional*, e em nível local – *Encontros Estaduais, Coordenações Estaduais, Direções Estaduais, Coordenações Regionais, Coordenações de Assentamentos e Acampamentos, Grupos de Base*. As instâncias executivas são divididas em: *frente de massa* (trabalho de base, conscientização, organização de novas ocupações e manifestações); *setores de atividades* (educação, formação, finanças, projetos, comunicação, relações internacionais, saúde, gênero, direitos humanos,) ; *setor de produção, cooperação meio ambiente* (setor de assentamentos e *Concrab* – Confederação das Cooperativas da reforma Agrária no Brasil). (MORISSAWA, *op. cit.*, p. 204-208)

Os Congressos Nacionais traduzem-se nas instâncias mais importantes do movimento, porque sintetizam em âmbito nacional suas principais ações e traçam perspectivas e estratégias de luta para o período histórico que se vive. Ao final de cada Congresso é elaborado um documento que reúne as linhas políticas orientadoras do trabalho militante para o movimento social. Dedicarei uma parte deste capítulo, a última, para refletir sobre os rumos do MST a partir de seu Terceiro Congresso, realizado no ano de 1995, na cidade de Brasília. Esse Congresso teve como bandeira de luta o tema “Reforma agrária uma luta de todos”, o que já apontava para um movimento de ampliação das lutas do MST para além da reforma agrária, incluindo nessa luta a necessidade de transformar a sociedade.³⁴

³⁴

É interessante destacar as bandeiras de lutas dos outros congressos realizados ao longo da trajetória histórica do movimento. O Primeiro Congresso, realizado na cidade de Curitiba, Paraná, em janeiro de 1985 teve como bandeira de luta a frase “Ocupação é a única solução”; no Segundo Congresso, em 1990, na cidade de Brasília (a partir de então todos serão realizados em Brasília) a palavra de ordem foi “Ocupar, resistir e produzir”; no Quarto, realizado no ano de 2000, o tema foi “Por um Brasil sem latifúndio; e enfim, o Quinto e último Congresso em 2007 com o tema “Reforma agrária: por justiça social e soberania popular”.

Metodologias de lutas

Como apontamos acima, as metodologias de lutas no MST são criadas e recriadas ao longo de sua trajetória e em acordo com os princípios fundamentais, mas também seguindo as perspectivas e estratégias traçadas a partir de suas análises conjunturais. Podemos, assim, buscar compreender essas metodologias dentro do mesmo sentido que Fernandes propõe para pensarmos o próprio MST, “não só como forma, mas como processo.” (FERNANDES, 2000 b, p. 61) Portanto, trata-se de buscar uma reflexão sobre essas formas de lutar - *por terra, por reforma agrária e por uma sociedade mais justa* -, a partir da perspectiva do movimento histórico e de suas contradições.

Em Morissawa (*op. cit.*) encontramos uma relação das principais metodologias utilizadas pelo MST: *trabalho de base, ocupações de terra, acampamentos* (provisório e permanente), *assentamentos, marchas, jejum, greve de fome, ocupação de prédios públicos, acampamentos em capitais ou Bancos, vigílias e manifestações*. Dentro desse conjunto de metodologias, tentarei abordar aquelas que são consideradas pilares para as lutas do MST, assim como as que identificam o próprio movimento, ou seja, que o caracterizam. Assim, farei uma breve reflexão sobre o trabalho de base, ocupação, acampamento e assentamento.

Algumas das outras metodologias serão abordadas na terceira parte deste capítulo, em que tentarei traçar uma periodização histórica das lutas que constituem o MST. Além disso, o terceiro capítulo desta dissertação conterá estudo mais particularizado sobre a formação política. No âmbito ainda das metodologias, para o movimento, a formação pode ser compreendida também como metodologia de luta.

O trabalho de base é ponto de partida para as metodologias que compõem o MST, e através dele são organizadas as ocupações de terra, que num primeiro momento (momento esse que pode durar anos) constituem-se em acampamentos. Segundo Fernandes:

“O trabalho de base é uma metodologia de luta popular, que através de um conjunto de atividades: de reuniões e de formação de pequenos grupos, procura-se a participação de todos. Nestes espaços de socialização política pratica-se a experiência de democratização das informações, de conscientização dos principais problemas que afetam a luta. Nesses espaços nascem a organização e resistência, que levam as famílias ao fazimento da luta.” (FERNANDES, 1999, p.78)

As famílias permanecem acampadas na terra ocupada até que as negociações possibilitem a *desapropriação para fins de reforma agrária*, num processo muitas vezes demorado e sujeito a disputas e jogos de interesses políticos que inviabilizam sua concretização. Quando é aprovada a

desapropriação, são constituídos os assentamentos.³⁵ Os assentamentos são assim, fruto de investimento de tempo, luta e resistência, são resultado das metodologias e organicidade do Movimento. Esses espaços são organizados em núcleos familiares, que ao tornarem-se assentados, deixam de ser *desterrados*, sem terra, assumindo a situação de “cidadãos inseridos numa comunidade”. (MORISSAWA, *op. cit.*, p. 226)

As ocupações e assentamentos são, portanto, junto ao permanente trabalho de base, o núcleo das mobilizações do movimento.³⁶ Ainda para Fernandes,

“A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência (...), na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania.” (FERNANDES, 2000 b, 6-7)

Nos assentamentos, procura-se estabelecer relações sociais distintas, menos individualistas, sobretudo, com o investimento na *cooperação agrícola*, para que a atividade econômica dessas famílias seja baseada numa forma coletiva de trabalho. Segundo Morissawa, a cooperação para o MST traduz-se assim, num “instrumento pedagógico, que permite ao trabalhador rural romper a auto-suficiência e o individualismo”. São várias as razões para a promoção da *cooperação agrícola*, *razões econômicas* (aumento do capital, da produtividade e menores dificuldades na obtenção de crédito), *razões sociais* (aproximação das famílias, facilita os aspectos relacionados à educação, transporte e saúde) e *razões políticas* (relação entre as necessidades imediatas e as lutas gerais).³⁷

Um investimento nesse sentido, no sentido de envolver as famílias no trabalho militante, deu-se a partir da criação de *Brigadas* em lugar de *Coordenações Regionais*. Cada *Brigada* deveria reunir algo em torno de 500 famílias oriundas de assentamentos e acampamentos próximos e, além disso, ser compostas por “núcleos de base; setores (frente de massas, produção educação, formação, saúde, gênero, comunicação e cultura); equipes (finanças, secretaria, disciplina e direitos humanos); por uma direção coletiva e uma coordenação.”³⁸

³⁵ Aos assentamentos deveriam ser destinadas políticas públicas para que as famílias agricultoras sobrevivessem da terra, o que tampouco é garantido dado o predomínio da perspectiva de mercantilização do campo e a conseqüente prioridade na destinação de verbas aos projetos de expansão do agronegócio, com a produção voltada para os mercados externos.

³⁶ Segundo dados da Revista *Sem Terra*, nos mais de vinte anos de lutas do MST, “forma realizadas cerca de 2,5 mil ocupações de latifúndios, por um número estimado em 350 mil famílias, hoje, assentadas, conquistando 7,5 milhões de hectares (...) atualmente, há cerca de 900 acampamentos com 150 mil famílias Sem Terra no Brasil.” Revista *Sem Terra*, ano X, nº 48, Jan / Fev, 2009, p. 16

³⁷ MORISSAWA, *op. cit.*, p. 230-232.

³⁸ MST, *O funcionamento das Brigadas do MST*, Setor de Formação, 2005.

Segundo Adelar Pizetta, essa perspectiva é construída a partir do IV Congresso Nacional, num processo de “reestruturação orgânica do MST” diante das demandas internas e externas ao movimento social.³⁹ O Congresso encampava e buscava conformar a participação de todos na busca por evitar os desvios individualistas. Nessa perspectiva foi proposto que toda família participasse de um núcleo de base no assentamento, com um coordenador e uma coordenadora. Esses núcleos de base passavam a compor as Brigadas. Assim, em vez de um dirigente regional, como funcionava com as Coordenações Regionais, haveria um dirigente para cada 10 famílias. Dessa forma tentava-se garantir a “ampliação massiva” da participação das famílias nas estruturas de direção do Movimento. Ainda para Pizetta, com essa reestruturação, “há uma necessidade de intensificar os processos formativos”, uma vez que mais pessoas participarão de forma mais ativa nos espaços organizativos do MST.⁴⁰

³⁹ O IV Congresso Nacional do MST foi realizado em agosto de 2000 na cidade de Brasília e teve como palavra de ordem a frase: “Por um Brasil sem latifúndio.”

⁴⁰ Adelar Pizetta, entrevista realizada em 20 de abril de 2009.

3 - A formação política como *princípio*

Gostaria de localizar o investimento formativo na estrutura orgânica do MST, ressaltando seus principais aspectos, uma vez que, as reflexões e análises acerca desse investimento e de alguns dos espaços onde se desenvolve estarão presentes no terceiro capítulo desta dissertação.

A concepção de formação no MST origina-se da preocupação com o processo da consciência política e da consciência organizativa, entendendo esses processo como parte da luta de classes, como parte de um projeto de transformação social. Essa concepção baseia-se na perspectiva do movimento histórico, ou seja, as linhas políticas da formação foram e são construídas em acordo com as demandas e características reais que o movimento social vive. Além disso, como bem salientou Roberta Lobo, a formação no MST “se materializa no íntimo da condição de movimento social: o *formar-se na ação*.” (SILVA, *op. cit.*, p. 176, grifos meus) Essas perspectivas vêm inserir a formação nos mais variados espaços e ações do próprio movimento, o que não equivale a pensar que o movimento não tenha construído espaços e tempos específicos para o trabalho formativo, seja ele, técnico, político ou organizativo.

A formação política é organizada no MST a partir de algumas linhas políticas centrais, como a necessidade de ser um *processo permanente e sistemático*, de ser *parte integrante da organicidade e lutas do MST e contribuir para implementar estratégias da organização*- estar vinculada a um projeto político -, de ter como *ponto de partida a prática social dos sem terra e formar para a luta de classes* – “superando economicismos e corporativismos” -, de *elegar o nível de consciência em todos os níveis* – formação de base, dirigentes e quadros - e *realizar-se em diferentes momentos e de formas distintas*, desde a prática dos dirigentes, às reuniões, assembleias, mobilizações, encontros, seminários, cursos, etc.⁴¹

Segundo reflexões produzidas no âmbito do próprio MST, os métodos de formação devem ser recriados, porém sempre articulados a três elementos *pedagógicos* básicos: *estudo, trabalho produtivo e trabalho de base*. As preocupações metodológicas têm girado em torno de algumas questões, como a necessidade de elaborar *uma metodologia ativa, participativa e crítica, que estimule a pesquisa e o debate de ideias*, criar *linguagem e metodologia adequada para a formação da juventude*, incentivar *a mística revolucionária*, ter como *prioridade a formação de formadores*,

⁴¹ Ao analisar documentos do MST sobre a formação política pude perceber que suas linhas políticas são recriadas ao longo de sua história. O quadro das linhas políticas centrais apresentado tentou reunir aspectos presentes em dois documentos do MST: *Construindo o caminho*, 2001 e *Resgatar para aprofundar e avançar na formação política e ideológica dos militantes do MST*, 2006.(mimeo.). No documento mais recente há uma reflexão mais aprofundada sobre as linhas políticas.

contribuir *na elaboração teórica e na produção de novos conhecimentos, organizando e sistematizando estudos numa perspectiva dialética.*⁴²

Além disso, “a formação deve, sempre que possível, ser *massiva, completa e permanente*”, e ser compreendida como um processo, tendo em vista que:

“(…) como processo, a formação dos militantes e dirigentes deve ter uma continuidade para que as pessoas (lideranças) possam crescer, tanto do ponto de vista teórico como da qualificação prática; por isso, ao término dos cursos, os militantes devem sair com tarefas de estudo (leitura de alguma livro) e de mobilização (lutas do MST).”⁴³

Em síntese, o projeto de formação humana, que eleva a consciência de seus militantes, assume caráter político porque está inserida num projeto sócio-político. Uma das expressões desta ação formativa diz respeito à formação de quadros, e segundo Adelar Pizetta,

“é preciso entender a formação como um conceito de política. Ela, a formação, prepara, elabora a teoria de que a luta é para transformar o impossível no possível. É a arte de fazer possível o que parece impossível hoje. Não como meros desejos mas como forma de construir forças possíveis (...) Deve ser preparada e implementada de forma dialética, articulando os diferentes saberes e níveis, como princípios, valores que colaboram na construção do projeto político com objetivos estratégicos.”⁴⁴

Como já foi destacado, o investimento na formação política pode ser observado no MST antes do surgimento do movimento. Esse processo histórico se desenvolve no momento mesmo da gestação do MST. Primeiramente, a formação esteve vinculada à ação das CEB's e da CPT, que realizavam *processos de conscientização* através de cursos de Formação de Agentes Pastorais e Assessoria em comunidades e assentamentos. Num segundo momento, no decorrer dos anos 80, esse processo ganha a contribuição do Instituto Cajamar, centro de formação do PT, assim como da CUT e das Escolas Sindicais, ligadas aos sindicatos de trabalhadores rurais. No final dos anos 1980 e início dos 90 observa-se uma modificação nesse processo formativo, pois o MST passa a investir na *autoformação*, ou seja, na construção de intervenções e métodos próprios para a formação política, para além das estruturas pastorais, sindicais e/ou partidárias

Nesse contexto, no ano de 1987, o MST organiza a *Turma de Monitores*, primeiro curso organizado e direcionado para militantes do movimento, que estudavam temas relacionados à

⁴² MST, *Resgatar para aprofundar e avançar na formação política e ideológica dos militantes do MST*, 2006.(mimeo.), p. 5-7.

⁴³ MST, *Construindo o caminho*, 2001, p. 109 e 110.

⁴⁴ Cadernos de Estudos da ENFF, *A política de formação de quadros*, nº 1, 2007, p. 88.

organização política.. No ano seguinte, conforma-se o *Setor de Formação* e em seguida inicia-se a construção da *Escola Nacional* de Formação (primeiramente localizada em Caçador e posteriormente itinerante) –, onde, a partir de 1990, passou a se realizar um *Curso de Formação de Militantes* que abordava, dentre outras temáticas, a filosofia, economia política, história e teoria da organização. Para Pizetta, a partir desse Curso pode-se apreender a opção mais clara do MST e de suas concepções teórico-metodológicas-organizativas pelo marxismo. Concomitante a esse processo e a partir da necessidade de formas militantes também nas áreas técnicas, o movimento organiza o *Curso de Magistério* e o *Curso Técnico de Administração de Cooperativas*. Em 1995 cria-se o *Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária* (ITERRA). E em 1997 decide-se pela ampliação e criação da sede para a *Escola Nacional* de Formação, que viria a se constituir como *Escola Nacional Florestan Fernandes* (ENFF).⁴⁵

Anunciada desde 1998, a ENFF é concebida, segundo Silva Lobo “como um dos principais símbolos de luta e do futuro do MST” (SILVA, *apud*, TEIXEIRA, 2007, p.121). Inaugurada em 2005, a Escola oferece desde então uma variedade de cursos organizados em cinco *Núcleos de Estudos e Produção do Conhecimento*, compreendendo o *Núcleo de Graduação*; o *Núcleo de Pós-graduação e Extensão*; o *Núcleo de Cursos Livres*, que compreende atividades de formação de quadros dirigentes dos movimentos sociais; o *Núcleo de Estudos de Cursos Latino-americano*, que envolve os cursos desenvolvidos em conjunto com movimentos sociais do continente; e o *Núcleo de Atividades*, que realiza seminários, conferências atividades acadêmicas e culturais para intelectuais, quadros dos movimentos e público em geral. Atuando em seu próprio prédio sede, assim como em outros espaços do movimento e em articulação com outros movimentos sociais no Brasil e em *Nuestra America*, e também na relação com universidades públicas e particulares, a ENFF pode representar atualmente, o núcleo organizativo e orientador da formação política no MST.⁴⁶

Como um processo histórico e dialético, a formação política no MST segue os fluxos e refluxos das lutas, ou seja, segue o ritmo em que o próprio movimento social encontra-se diante das condições postas pela realidade objetiva.

Assim, pode-se observar desde fins dos anos 90, mas sobretudo, em toda a primeira década do século XXI, que há por parte do MST um significativo aumento investimento na formação política. Esse maior espaço para formação no MST desenvolve-se a partir da inauguração da sede

⁴⁵ Adelar Pizetta, entrevista realizada em 20 de abril de 2009.

⁴⁶ Dentre as principais universidades que constroem espaços educativos e formativos com o MST podemos destacar: Universidade de Brasília, Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Santa Catarina, Pontifícia Universidade Católica (PUC – SP), Unesp - Marília, Universidade de Campina Grande – PB, a Universidade Feral do Espírito Santo e a Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. Esses espaços estão, em sua maioria, ligados a projetos de extensão, alguns em cursos de graduação, outros em especializações e poucos em programas de pós-graduação.

de sua Escola Nacional, a ENFF, e a partir da realização de um maior número de cursos de formação, organizados pela Escola em articulação com outros movimentos sociais, com intelectuais, com institutos científicos e universidades.⁴⁷

Nesse sentido, faz-se necessário relacionar este significativo investimento em formação política por parte do MST com o processo histórico em que se desenvolve a luta deste movimento, ou seja, com as condições em que se encontrava o processo de reforma agrária no Brasil e os caminhos estratégicos que o MST o vinha e vem construindo para contrapor-se a essa ordem societária.

Esse processo histórico está intimamente relacionado à adoção de políticas públicas contrárias à reforma agrária, adotadas pelos sucessivos governos neoliberais, ao longo dos anos 90, mas também pelos governos Lula da Silva, nos anos 2000. Portanto, observa-se uma certa continuidade dessas políticas, que por quase todo o período histórico de existência do MST contribuíram para acirrar os conflitos por terra em nosso país.

Na parte seguinte deste capítulo, tentarei refletir sobre uma possível relação entre as ações dos governos no que tange às distintas expressões de luta no campo – a bandeira da reforma (*contra-reforma*) agrária - ao longo dos governos FHC e Lula da Silva -, e mudanças nas estratégias e rumos do MST, sobretudo a partir da realização de seus Congressos Nacionais, em 1995 (III) e 2000 (IV). Esses novos rumos podem ser caracterizados pela construção de novas metodologias de lutas, pelo maior e mais intensivo investimento na formação política e por processos de ampliação das do MST e da articulação com outros movimentos sociais e alguns setores da sociedade.

⁴⁷ Dentre os Institutos Científicos pode-se destacar o Instituto Rosa Luxemburgo e o Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

4 - O MST nos primeiros anos do século XXI: processos de ampliação de lutas e articulações

Segundo Roseli Caldart, em seus 25 anos, a trajetória do MST foi marcada por diferentes períodos, que podem ser “considerados sob forma de uma articulação histórica dialética e não meramente sequencial”. (CALDART, *op. cit.*, p. 116) Nessa perspectiva, evitando criar uma sequência simplesmente cronológica, a educadora propõe que analisemos o movimento a partir de três *momentos distintos*: um primeiro momento, o período inicial, do início dos anos 1980 a 1987, marcado pela *articulação e organização da luta pela terra*; um segundo momento, no início da década de 90, onde se pode observar o processo de *construção do MST como organização social no movimento de massas*; e um terceiro momento, a partir de meados dos anos 90, marcado pela *inserção do movimento de massas e da organização social MST na luta por um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil*, no qual busca ampliar suas alianças com outros setores da sociedade (*Ibid.*).⁴⁸

A partir do último momento caracterizado por Caldart, pode-se observar, como já foi apontado, que o investimento na formação política ganha maior espaço nas ações do movimento, e é constantemente reafirmado por seus próprios dirigentes ao longo dos anos 2000. Esse movimento de investir, recriar e reafirmar a necessidade da formação política desenvolve-se, sobretudo, no período mais recente, relativo ao segundo governo Lula da Silva, considerado como novo momento para compormos a periodização histórica do MST.⁴⁹

Para João Pedro Stédile, dentre “cinco grandes desafios” postos no cenário contemporâneo ao próprio MST e aos demais movimentos sociais devem-se observar “a prioridade das energias na formação de militantes e quadros, para criar uma base ideológica na militância e prepará-los para lutas futuras”.⁵⁰ O investimento em formação política também aparece como desafio central para o movimento, segundo outro dirigente nacional do MST, Gilmar Mauro, quando afirma que o MST

⁴⁸ Essa periodização proposta por Caldart sintetiza as ações do movimento e suas linhas políticas elaboradas nos três Congressos Nacionais, que tinham acontecido até a data de sua pesquisa. Hoje, o MST conta com a realização de mais dois Congressos. Dessa forma, foram 5 Congressos realizados de 1985 até 2007. Segue uma síntese dos Congressos e suas bandeiras de luta: Primeiro Congresso (1985) - “Ocupação é a única solução” -; Segundo Congresso (1990) - “Ocupar, resistir e produzir”; Terceiro Congresso (1990) - “Reforma agrária uma luta de todos” -; Quarto Congresso (2000) - “Por um Brasil sem latifúndio” -; e o Quinto Congresso (2007) - “Reforma agrária: por justiça social e soberania popular”.

⁴⁹ A pesquisa de Roseli Caldart teve sua primeira edição em 2000, portanto não está incluído em seu trabalho o período de governo Lula da Silva.

⁵⁰ Entrevista João Pedro Stédile à Prensa de Frente em San Pablo / RECOSUR, 2008, publicada em : www.rebellion.or/noticia . Acesso em 24 de junho de 2008.

deve “buscar conjuntamente (com outros movimentos sociais) desenvolver um processo analítico de estudos da atualidade do capital”.⁵¹

Nesse sentido, analisarei as mudanças históricas no MST, em relação à formação, mas não somente no que diz respeito a esse aspecto, a partir do último momento caracterizado por Caldart, momento que coincide com os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). No decorrer desses anos, pode-se observar um movimento de fluxo e refluxo das lutas protagonizadas pelo MST caracterizado assim, por um “expressivo avanço” do movimento nos primeiros anos, “seguido de um refluxo da luta pela terra a partir de 2001”. (COLETTI, 2005, p. 201)

Assim, parece importante pontuar os rumos históricos durante esse período para em seguida, aprofundar o estudo sobre o período mais recente, o início do século XXI e *Era Lula* (a partir de 2003).

Breve histórico dos anos Fernando Henrique Cardoso: consolidação das políticas neoliberais

Os anos do governo FHC, foram marcados pelo avanço e consolidação das políticas neoliberais no país com o início das privatizações das empresas públicas, a retirada de direitos sociais e em relação ao processo de reforma agrária, a mercantilização do campo, através da opção pelo agronegócio e o endurecimento na criminalização da luta pela terra. Nos primeiros anos do governo observa-se um aumento do número de famílias assentadas em relação aos governos anteriores. Esse aumento no número de assentados deu-se, segundo Ariovaldo Oliveira, em virtude da *pressão dos movimentos sociais* sobre o governo e do significativo *aumento das ocupações de terras*.⁵² Para o geógrafo, esse fato demonstra que a reforma agrária não era uma política do governo, mas a resposta à *pressão social* exercida pelos movimentos do campo. (OLIVEIRA, 2001, p. 17)

O período portanto deve ser compreendido dentro do conjunto de ações do governo em relação ao processo de reforma agrária em resposta à pressão que os movimentos sociais exerciam sobre este. No conjunto dessas ações governamentais, podem-se destacar algumas medidas que caracterizam a política de favorecimento ao agronegócio e a política de marginalização e intensa repressão aos que lutam por terra em nosso país.

No conjunto de medidas que favorecem a expansão do agronegócio, há uma significativa diminuição das verbas públicas e do crédito destinados aos assentamentos aos e pequenos

⁵¹ Entrevista Gilmar Mauro à Revista *Debate Socialista*, 2008, p.36.

⁵² Segundo análise da tabela elaborada por Coletti, realizada através do cruzamento de dados da CPT (1991-2002), DATALUTA (1999) e MDA (2005), em 1994, constam um total de 89 ocupações de terra, para 398 em 1996, 463 em 1997, 599 em 1998. (COLETTI, 2005, p. 204)

agricultores. Esse corte de verbas está relacionado aos projetos ligados ao Banco Mundial, como o *Banco da Terra* e *Cédula da Terra* – que colocavam a possibilidade de acesso a terra na *ilusão compra da terra* -, o *Projeto Novo Mundo Rural* - que extinguiu o Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA) e instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com juros maiores e limites menores de crédito -. Aliam-se aos projetos, a *securitização das dívidas* relativas ao ITR (Imposto Territorial Rural) de 1995(*Id.*)⁵³, entre outras medidas legais, como as leis que, proibiam o assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra e a vistoria das terras ocupadas e retirava políticas de assistência técnica e educação nos assentamentos.⁵⁴

Somam-se a essas medidas, a política de abertura à importação agrícola, que segundo Morissawa, ocasionou uma grande crise no mercado dos pequenos agricultores e na agricultura familiar, e o estabelecimento de uma política de assentamentos direcionados à posseiros da região da Amazônia, que era veiculado pela como um projeto de reforma agrária inédito na história.⁵⁵

Além disso, há um recrudescimento na repressão aos movimentos sociais no campo, observado em duas ações principais, nos massacres de Corumbiara e Carajás e em mais medidas “legais” - institucionais -, que visavam criminalizar lideranças do movimento.

Os massacres de Corumbiara e Carajás são dois grandes exemplos da violência do Estado e dos latifundiários contra trabalhadores rurais sem terra desse período. O primeiro, ocorreu no dia 9 de agosto de 1995, na cidade de Corumbiara, estado de Rondônia, onde a polícia militar e jagunços armados submeteram homens, mulheres e crianças a uma série de atos violentos, dentre os quais, tortura, tiros e prisões, tendo como resultado, inúmeros desaparecidos (alguns até hoje) e 12 pessoas assassinadas. O segundo, ocorreu no dia 17 de abril de 1996, em Eldorado dos Carajás, estado do Pará, onde a polícia militar executou 19 trabalhadores rurais na repressão à uma manifestação. Até o momento, nenhum responsável pelo massacre foi punido. O dia 17 de abril foi declarado, Dia Internacional da Luta Camponesa, pela Via Campesina.

Sobre as medidas legais de criminalização, segundo Claudinei Coletti, nos últimos anos do governo FHC, como resposta às ações de ocupações de Delegacias Regionais do INCRA realizadas pelo MST, o governo cria um dispositivo institucional com o intuito de reprimir ações e lideranças

⁵³ Segundo Morissawa, “a suspensão aconteceu quando 60% dos contribuintes, que são os pequenos agricultores, já havia pago em dia o seu ITR. Os recolhimentos suspensos somaram aproximadamente 1,5 bilhão.”

⁵⁴ “A Medida Provisória (MP) 2109, que proíbe a vistoria por dois anos em imóveis ocupados (155 imóveis estão nessa condição) e a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário nº 62 de 27/3/2001, que exclui os assentados da Reforma Agrária devido “a atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais”. (OLIVEIRA, 2001, p. 19) Segundo Fernandes, essas medidas legais tornavam crimes as principais formas de ação do movimento. (FERNANDES, 2003, p. 34).

⁵⁵ Do total das famílias assentadas no primeiro mandato do governo FHC, 254.792 famílias, 63% estavam distribuídas na Amazônia, “onde existe muita terra disponível (...) e muitos posseiros”. (MORISSAWA, 2001., p 161) Enquanto isso, segundo Oliveira, “a maior parte dos acampados das regiões tradicionais continuam aguardando a Reforma Agrária chegar”, eram cerca de 100 mil acampados. (OLIVERIA, 2001)

do movimento - o Departamento de Conflitos Agrários da Polícia Federal -, e passa “a espionar , através da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), os movimentos populares”. (COLETTI, 2005, p. 236) Assim, para o cientista social de acordo com as palavras de Dom Tomás Balduino, conforma-se uma espécie de *judicialização da questão agrária*, caracterizada segundo o presidente da CPT pela:

“a entrada em cena do Judiciário que, salvo honrosas exceções, figura numa escandalosa cumplicidade com o governo, colaborando em dar uma aparência de legitimidade democrática e social a uma série de abusos de poder por parte do Executivo, em favor do latifúndio e com total desprezo pela função social da terra. Um dado significativo: 254 lavradores presos em luta pela terra. Muitos deles sem conseguir *habeas corpus*. Outros com prisão preventiva decretada e tendo que viver na clandestinidade.” (*apud* COLETTI, *op. cit*, p. 237)

Nesse quadro, o MST constituiu-se, ainda para Coletti, como “principal movimento popular brasileiro e principal anteparo ao projeto político neoliberal” (*Ibid.*, p. 201), priorizando a articulação com outros setores e a ampliação das suas lutas para além da reforma agrária. Esse movimento histórico pode ser observado a partir, sobretudo, da ampliação de sua base social, da visibilidade e repercussão de suas ações e com o aumento das ocupações como já foi apontado, ou seja, daquilo que Caldart caracterizou ao propor uma periodização das lutas do MST, como *condições objetivas* do terceiro momento. O avanço neoliberal provoca de forma diversa, tanto no campo como na cidade, uma profunda precarização das relações de trabalho. Enquanto no meio rural surge um número expressivo desempregados em virtude da *mecanização da agricultura*, de pequenos agricultores arruinados e inviabiliza-se o desenvolvimento dos assentamentos através da diminuição do crédito, entre outras medidas, nas cidades a marca do desemprego será o carro-chefe das políticas neoliberais. Segundo Coletti, essa massa de trabalhadores *desempregados, precarizados e marginalizados* do campo, mas também da cidade ampliarão as bases sociais do MST. (*Ibid.*, p. 260-262)

Essa perspectiva parece já estar delineada no lema de seu terceiro Congresso do MST, “Reforma agrária, uma luta de todos”, realizado em Brasília no ano de 1995 e pode ser observada no conjunto de ações postas em prática pelo movimento na segunda metade da década de 90. Em 1996, o MST lidera a campanha contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.⁵⁶ Nesse

⁵⁶ Segundo Mylena Fiori, repórter da Agência Brasil, “a empresa foi arrematada em leilão no dia 6 de maio de 1997, no Rio, por R\$ 3,3 bilhões. Na época, o patrimônio da Vale era calculado em R\$ 92,64 bilhões, 28 vezes o valor pelo qual foi vendida. Em 2005, foi aberto um processo judicial contra a privatização da Vale, que culminou com a determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de se realizar uma auditoria sobre o processo de venda. A auditoria está suspensa por liminar judicial obtida pela Vale.”

Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/11/25/materia.2006-11-25.0087719962/view> - Acesso em 20 de julho de 2008.

mesmo ano, realizou a *Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça* que, partindo de três pontos diferentes do país, caminhou por dois meses rumo a Brasília com o objetivo de protestar contra a exclusão social e lembrar o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996. Em 1998, realizou mais uma grande marcha, chamada *Marcha pelo Brasil*, quando militantes do movimento e outros grupos de sem terra, estudantes, professores, desempregados e religiosos, caminharam em colunas nas cidades do interior de alguns estados até suas capitais, discutindo a situação sócio-política-econômica do país.⁵⁷

É também nessa perspectiva que se desenvolve a construção da Via Campesina, uma articulação internacional de organizações camponesas de trabalhadores agrícolas, sem terra, povos originários, mulheres rurais e pequenos e médios agricultores, camponeses e camponesas de 56 países na Ásia, África, América e Europa. Dentre os pontos principais defendidos pela Via Campesina estão: a soberania alimentar como direitos dos povos; um modelo de produção camponês baseado na agricultura sustentável, com recursos locais e em harmonia com a cultura e tradições locais; e a descentralização da produção de alimentos e cadeias de distribuição. Através da Via Campesina e com o apoio decisivo do MST, se organizam hoje no Brasil os principais movimentos sociais de massa, que desenvolvem ações contra as empresas transnacionais dos setores agrícolas, de produção de transgênicos e exploração dos recursos naturais e minerais.

Porém, aproximando-se dos anos 2000, nota-se um certo recuo nas lutas do MST. Considerado por Coletti como um *recuo tático* ou uma *postura defensiva*, o movimento passa assim, por um momento de *refluxo* diante das medidas do governo – como a restrição de verbas para assentamentos, repressão violenta e a criminalização institucional –, somadas à campanha midiática difamatória, que via de regra acusa o MST por desvio de dinheiro, o que acaba por imprimir um *caráter desmobilizador* aos movimentos sociais. Para Coletti, a retração do MST nessa como em outras conjunturas de repressão, não deve representar uma *perda do acúmulo de forças*. E nesse sentido, podemos observar, que por parte do MST, a tática de recuo coincide com um momento de reflexão, em que o movimento procura voltar-se para suas estruturas organizativas e sua base social, reestruturando alguns aspectos como nos apontou Pizetta sobre o papel das Brigadas, procurando estabelecer novas e fortalecer antigas articulações e investindo significativamente na formação política.

Segundo Roberta Lobo, as *Marchas* realizadas em fins da década de 1990, “sendo desenvolvidas como método de luta e formação” (SILVA, 2005, p. 135), podem traduzir,

⁵⁷ Para o MST, “a marcha se constituiu em uma jornada de ir até o povo e ouvi-lo, consultá-lo, pesquisar sobre os verdadeiros que o povo brasileiro está enfrentando.” (Documento Interno de balanço do MST, 1998, p.1 *Apud.*, CALDART, *op. cit.*, p. 151) Para o MST, “a marcha se constituiu em uma jornada de ir até o povo e ouvi-lo, consultá-lo, pesquisar sobre os verdadeiros que o povo brasileiro está enfrentando.” (Documento Interno de balanço do MST, 1998, p.1 *Apud.*, CALDART, *op. cit.*, p. 151)

juntamente com o estabelecimento de relações entre o MST e universidades públicas e privadas - através de cursos de extensão, graduação e especialização - e a preocupação do movimento em consolidar uma escola nacional de formação e construir um Programa Nacional de Formação de Quadros, um momento de *resignificação orgânica* dos espaços formativos diante dos desafios postos pela conjuntura.

Recorro novamente às palavras da historiadora, que sintetizam esse quadro conjuntural histórico na virada do século XX:

“Com a entrada do século XXI e os desafios postos pela ofensiva do projeto neoliberal na economia brasileira, intensificada nos últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, o MST se coloca como tarefa principal o conhecimento da realidade brasileira e a formação de quadros capazes de intervir na conjuntura a partir da elaboração de uma teoria fincada em sua prática político-organizativa. Daí a resignificação histórica da Escola Nacional do MST que passa a ser identificada como Escola Nacional Florestan Fernandes, tendo como uma das maiores expressões do período os Cursos de Realidade Brasileira, uma parceria conjunta do MST e de outros movimentos sociais com as Universidades Públicas.” (*Ibid.*, p. 139)

Nesse sentido, para o MST, segundo Pizetta:

“Enormes são os desafios e as barreiras que precisamos ultrapassar para concretizarmos o salto de qualidade orgânico que o MST necessita para continuar enfrentando e avançando na luta de classes. Esse avanço está extremamente vinculado ao processo de formação da consciência e da organicidade do Movimento, (...) ou seja, a demanda de Quadros Políticos e a questão da organicidade são aspectos que estão postos à nossa organização, de certa maneira, essenciais para o avanço quantitativo e de qualidade política do Movimento, portanto, questões estratégicas.”⁵⁸

Governo Lula da Silva: rupturas ou continuidades?

A vitória do Partido dos Trabalhadores em 2002 representou um alento de esperança para boa parte da militância de esquerda brasileira e em todo o continente, ainda que sua trajetória ao

⁵⁸ MST, *Resgatar para aprofundar e avançar na Formação política e ideológica dos militantes do MST*, Documento interno do Setor de Formação, 2006, p. 3.

longo da década de 90 indicasse que, no mínimo, a cautela de um possível governo Lula prevaleceria em detrimento de um programa de mudanças estruturais.⁵⁹

Para o MST, era a vitória de um aliado histórico, pois o PT surgiu em um mesmo contexto de lutas, orientando-se pela construção do “projeto democrático popular”, ao longo do período de *redemocratização*. Além disso era composto por muitos militantes sem terra e, portanto, acreditava-se que ao menos haveria facilidade no diálogo para o avanço da reforma agrária.

No entanto, o desenrolar dessa relação demonstrou-se muito mais complexa. A caracterização de um governo, protagonizado por um partido que se auto-proclamava de esquerda naquele momento, deve atentar para além de suas manifestações progressistas ou de sua dissociação com o neoliberalismo, mas por sua composição social e o direcionamento concreto de suas ações.

Nesse sentido, a marca do governo Lula tem sido a continuidade de políticas e o aprofundamento de tendências iniciadas no período de FHC, se não em seus traços notadamente “neoliberais” característicos da década de 1990, certamente no que se refere à consolidação de um padrão de desenvolvimento capitalista dependente, no qual a burguesia local busca ampliar sua área de influência no âmbito regional, sem com isso romper sua condição de associada menor dos núcleos dirigentes do imperialismo e tampouco abrindo concessões no que se refere a qualquer possibilidade remota de reformas além das já combatidas políticas sociais implementadas. Essas tendências de fundo não devem ser ofuscadas por manifestações formais de um humanismo social-democrático, expresso nos documentos oficiais ou em políticas focalizadas de “combate à pobreza”.

Esse contexto abriu espaço para o estabelecimento de uma hegemonia burguesa conservadora que, muitas vezes fundada em uma ideologia que opera a nível regional ou local em temas como segurança pública, defesa da propriedade, projetos de desenvolvimento, manutenção da ordem, ameaça de desemprego, contribuiu para o isolamento dos movimentos sociais, mais uma das marcas de continuidade com o projeto do governo anterior.

Ainda que a orientação do governo federal não seja voltada para repressão, o discurso dominante busca deslegitimar as formas de organização popular e ação coletiva, reforçando a dinâmica repressiva de um conjunto de aparatos públicos ou privados: os poderes judiciário e legislativo, as polícias militares dos governos estaduais, a mídia corporativa e até setores da intelectualidade têm atuado sistematicamente nesse sentido.

⁵⁹ As mudanças nos rumos do Partido dos Trabalhadores foram objeto de rigorosa investigação e análise realizadas por Mauro Iasi em sua tese de doutorado, posteriormente publicada pela Expressão Popular no ano de 2007. Em sua tese, Iasi observa uma “inflexão moderada” do PT a partir de seu 7º Encontro, realizado no ano de 1990, no qual apresenta uma síntese (documento) do que ficou conhecido como “socialismo petista”, em que “o contraponto ao capitalismo é cada vez mais a ‘democracia’ e não o socialismo.” Portanto, para Iasi, esse Encontro pode ser considerado o ponto de partida de uma série de sínteses e atitudes, que vão aproximar o PT, ao longo dos anos 90 - dos governos FHC e a consolidação do neoliberalismo -, de um projeto de mudanças sociais dentro do próprio capitalismo, um ‘novo nacional-desenvolvimentismo’ que se afastava da estratégia socialista. Essas mudanças são consubstanciadas na *ampliação de alianças* com setores da burguesia nacional e um *programa moderado* de governo consolidados no 12º Encontro do Partido realizado um ano antes das eleições de 2002. (IASI, 2006, p. 454; 461; 509)

No que se refere à questão agrária, o que se concretiza é o acirramento das lutas dos movimentos sociais que lutam por terra e trabalho contra a consolidação do agronegócio. Há quem considere tratar-se de um período de *contra-reforma* agrária (THOMAZ JUNIOR, 2005, p. 9), por suas políticas públicas compensatórias que não tocam na estrutura fundiária e pelo aumento do número de conflitos no campo, com a reação violenta dos setores dominantes às mobilizações, em que se destacam as iniciativas de criminalização via poder judiciário.

Dentre as diversas ações, que dão continuidade à política de criminalização e *judicialização* dos movimentos sociais no campo, notam-se uma sucessão de iniciativas de perseguição política. Nesse sentido, vale mencionar algumas medidas como o relatório aprovado pela CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) da Terra de 2005, que caracterizava as ocupações como atos terroristas, pedia o indiciamento de oito coordenadores nacionais do MST, além de pedir também ao Tribunal de Contas da União a suspensão do repasse de verbas à ANCA (Associação Nacional de Cooperação Agrícola), Concrab e ITERRA⁶⁰; a ata de dezembro de 2007 elaborada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul que, concluiu pela ilegalidade, indicando a dissolução do MST, e embora tenha sido oficialmente desqualificada, serviu de base para uma série de ataques jurídicos e policiais naquele estado brasileiro; condenação de três líderes do MST pela Justiça Federal de Marabá, sul do Pará, em abril do mesmo ano a indenizarem em R\$ 5,2 milhões a mineradora Vale, por descumprirem decisão judicial que proibia a interdição da ferrovia de Carajás; e a aprovação em março de 2009 pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) - presidido pelo ministro Gilmar Mendes -, de uma recomendação aos tribunais e varas de Justiça para priorizarem o julgamento de processos sobre conflitos fundiários⁶¹. Essas são entre muitas outras, as principais medidas institucionais que têm como intuito resolver os problemas de terra no campo brasileiro através do acirramento dos conflitos.⁶²

Segundo dados da CPT, entre 2006 e 2007 houve um aumento de 140% no número de famílias expulsas no campo brasileiro, 4.340 famílias em 2007 sobre 1809 em 2006; aumentou em 25% o registro de pessoas ameaçadas de morte e, apesar da diminuição no número de assassinatos - 39 em 2006, 28, em 2007 -, pode-se observar um processo de difusão da violência pelos estados do Brasil, já que os 39 assassinatos em 2006 aconteceram em oito estados, enquanto os de 2007, em 14 estados do país. Para o biênio 2008 e 2009, temos uma análise parcial - visto que os números de

⁶⁰ Esse relatório foi enviado ao Ministério Público Federal em março e em setembro de 2009 para que seja aberta uma nova CPMI do campo brasileiro.

Notícias disponíveis em http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20091015/not_imp450827,0.php. Acesso em 16 de outubro de 2009.

⁶¹ *Folha On-line*, 04 de março de 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u529425.shtml>. Acesso em 16 de outubro de 2009.

⁶² Informações sobre criminalização dos movimentos sociais do campo e ações da justiça do Rio Grande do Sul contra o MST ver “Do respeito à lei, às leis do respeito - Causas e Efeitos Jurídicos da Criminalização dos Sem-Terra”, [Conflitos no Campo, Comissão Pastoral da Terra](#)

Disponível em: <http://www.cptnac.com.br>. Acesso em 10 de outubro de 2009.

2009 ainda não estão completos -, que aponta para um aumento na média de pessoas envolvidas nos conflitos no campo, em 2008 foram 445 para 528 pessoas no primeiro semestre de 2009, enquanto que em 2008 ocorria 1 assassinato para cada 52 conflitos, em 2009 temos 1 assassinato para 30 conflitos. O centro-oeste aparece como a região que concentra a maior parte desses conflitos, onde ocorre maior violência, porém o sudeste registra 39% do total de trabalhadores escravizados e fica em segundo lugar, atrás do nordeste no número de ocupações, 36 ao todo em 2009. Uma outra face perversa desse processo está nos crescentes índices de trabalho escravo - o que não podemos encarar apenas como um traço do passado colonial nas regiões mais atrasadas - tendo em vista que em pleno século XXI, essa forma de exploração do trabalho é encontrada nos mais diversos setores, nas cidades e no campo brasileiro, nesse último, inclusive em propriedades relacionadas a atividades de maior dinâmica do agronegócio.⁶³

Dessa forma, segundo Ariovaldo Oliveira, a análise da questão agrária no governo Lula da Silva envolve novos e velhos elementos que marcam os passos do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo em nosso país. Assim, para o geógrafo, “o avanço do desenvolvimento da agricultura capitalista no campo brasileiro em sua versão moderna do agronegócio continua trazendo consigo igualmente, suas principais características sociais: a violência e a barbárie.” (OLIVEIRA, 2009, p.1)

Diante dessa perspectiva, a análise da questão agrária na era Lula deve partir da compreensão do novo ciclo de expansão do capitalismo no campo brasileiro, através da consolidação do agronegócio e das relações de dominação de classe que a partir daí se engendram. A consolidação do agronegócio como eixo estratégico do modelo de desenvolvimento - com apoio do atual governo -, reconfigura os termos da questão agrária no Brasil, com o avanço das fronteiras agrícolas voltadas para a máxima expansão possível de produtos como soja, eucalipto para celulose e cana-de-açúcar.

A conflitividade que se dava em torno do latifúndio improdutivo redirecionou-se para a ação de multinacionais, médias e grandes empresas locais que, com emprego de tecnologia de ponta, pouco lembram a figura do oligarca tradicional que muitas vezes mantinha a terra como mera expressão de poder. O irônico, como lembra Porto Gonçalves, é que esse processo de modernização recria e aprofunda o paradigma do modelo moderno-colonial que caracterizou a etapa inicial do domínio português há quatro séculos, justamente com a cana-de-açúcar como produto prioritário no atendimento do mercado mundial, então em formação. Segundo Marina dos Santos, liderança nacional do MST:

“A principal mudança é que antes nosso enfrentamento era com o latifúndio. Latifúndio atrasado, representado pelo fazendeiro em cima do cavalo com espingarda na cintura.

⁶³ Dados disponíveis em: <http://www.cptnac.com.br>

Hoje, o nosso enfrentamento não é só contra esse latifúndio, mas com empresas, bancos privados e empresas internacionais. A terra hoje está muitas vezes no mercado das ações.”⁶⁴

E na avaliação de Stédile,

“Os grandes proprietários de terra se misturaram com o grande capital financeiro. Bancos e empresas transnacionais controlam a agricultura. E quando ocupamos uma terra para pressionar a aplicação da Reforma Agrária, enfrentamos todo esse mundão de interesses.”⁶⁵

Assim, em acordo com a perspectiva de Bernardo Mançano Fernandes, esse novo contexto da luta pela reforma agrária, amplia e complexifica esta própria luta. Pois, para o geógrafo, “lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital.” (FERNANDES, 2008, p. 76)

Como política que beneficia o desenvolvimento do agronegócio, a política de *contra-reforma* agrária do governo Lula liberou, através de medida provisória, o cultivo e comercialização de sementes laboratorialmente modificadas – transgênicos; não cumpriu com as metas do II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) e não agendou a elaboração de um III PNRA, o que caracteriza, segundo Oliveira, uma atitude de “desobrigação” com a reforma agrária; adotou como “política oficial”, também através de uma medida provisória, que se transformou em lei, a regularização fundiária de terras griladas, sobretudo na Amazônia, em vez da desapropriação para a criação de novos assentamentos. (OLIVEIRA, 2002)

Para o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, essa política de regularização fundiária, favorável ao agronegócio, somada a implementação de políticas, como o Programa Bolsa Família acabaram por conter a pressão dos movimentos sociais sobre o governo, pois “a regularização fundiária fez com que o tempo de acampamento das famílias aumentasse consideravelmente. Sem conquistas, muitas famílias abandonam os acampamentos”. (FERNANDES, 2008, p. 81) Nesse sentido, pode-se constatar que durante os dois mandatos da Era Lula, há um movimento de *fluxo* e *refluxo* das lutas sociais no campo, que segundo Oliveira, está diretamente relacionado “ao fluxo dos recursos financeiros canalizados para as políticas compensatórias.” (*Ibid.*, p.5)

Sobre esse aspecto, Marina dos Santos declara que,

⁶⁴ Não existe reforma agrária no governo Lula”, Entrevista de Marina dos Santos, publicada em: http://congressoemfoco.ig.com.br/noticia.asp?cod_canal=12&cod_publicacao=26691. Acesso em 15 de outubro de 2009.

⁶⁵ “Propomos uma comissão que investigue a verdade”, Entrevista de João Pedro Stedile, Publicada no site do MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/8321>. Acesso em 16 de outubro de 2009.

“Na nossa avaliação, no governo Lula a reforma agrária continua sendo uma política de compensação social. Não há uma intervenção do Estado no sentido de democratizar a terra, de desapropriar e garantir as funções sociais de que se precisa para o desenvolvimento dos assentamentos. Desse ponto de vista, não há reforma agrária no governo Lula.”⁶⁶

No entanto, nesse cenário, em que se conjugam *três pilares*, que aprofundam a dominação de classe no campo brasileiro - o apoio ao agronegócio, as ações de criminalização e a *contra reforma* agrária por parte do governo - , o MST tem transitado constantemente das reivindicações derivadas de suas lutas específicas em torno da reforma agrária para lutas marcadamente anti-imperialistas. Essa estratégia pode ser observada em inúmeras frentes de luta, desde a campanha contra a ALCA no início dos anos 2000, ainda sob o governo FHC, passando pelas ocupações de prédios públicos, como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o Banco do Brasil, até as mais recentes ações de enfrentamento contra as transnacionais Monsanto, Syngenta, Aracruz, Cargill, Vale, Stora Enzo e Cutralle, que na interpretação dos Sem Terra, *querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro*, explorando recursos naturais e trabalhadores.

No fluxo das lutas sociais, observam-se momentos em que o MST consegue canalizar esforços para cumprir uma agenda de enfrentamento aos *três pilares* que garantem a dominação de classe, seja através de novas ocupações de terra, mas também a partir do processo de ampliação dos espaços de intervenção e articulação entre movimentos do campo e da cidade. Esse processo de ampliação articulação pode estar relacionado ao maior investimento na formação política de militantes sociais, não apenas de sua base social, mas de diversas organizações do Brasil e de toda *Nuestra América*, principalmente após a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes em 2005.

Nesse mesmo ano, além da inauguração da sede da ENFF, o movimento realizou a *Marcha Nacional pela Reforma Agrária* e entregou ao governo um documento que sintetizava suas demandas em relação ao processo de reforma agrária no país. Estabeleceu-se a partir de então um novo compromisso com o governo Lula, segundo Porto Gonçalves, “o MST abandonou a proposta de pressionar o governo a assentar 1.000.000 de famílias (...) e acordou com o governo um novo compromisso de assentar 430 mil famílias até o seu final” (PORTO GONÇALVES, 2005, p. 30), o que contudo não se realizou.⁶⁷

⁶⁶ Ver nota 64.

⁶⁷ De acordo com os dados do DATALUTA, em 2005 foram criados 1056 novos assentamentos com 124.040 mil famílias assentadas, em 2006 são 412 assentamentos que envolvem 53.878 mil famílias, um número muito abaixo do

Em 2007, o MST realiza seu V Congresso Nacional, com o lema “Reforma Agrária, por justiça social e soberania popular”, que reuniu cerca de 17. 700 pessoas em Brasília. A *Carta* desse último Congresso sintetiza esse processo de investimento na ampliação, articulação e formação, quando expõe os seguintes objetivos:

- “1. Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais que afetam o povo brasileiro.
- 2. Defender os nossos direitos contra qualquer política que tente retirar direitos já conquistados.
- 17. Fortalecer a articulação dos movimentos sociais do campo na Via Campesina Brasil, em todos os Estados e regiões. Construir, com todos os Movimentos Sociais a Assembléia Popular nos municípios, regiões e estados.
- 18. Contribuir na construção de todos os mecanismos possíveis de integração popular Latino-Americana, através da ALBA - Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas. Exercer a solidariedade internacional com os Povos que sofrem as agressões do império, especialmente agora, com o povo de CUBA, HAITI, IRAQUE e PALESTINA.”⁶⁸

Entre 2008 e 2009, o MST realizou Jornadas de Lutas por Reforma Agrária, pelos aniversários dos massacres de Corumbiara e Carajás, em defesa da Educação no Campo e do PRONERA, em defesa das Escolas Itinerantes⁶⁹, Campanhas contra a criminalização do movimento, o 13º Encontro Nacional que comemorou os 25 anos do movimento, onde se discutiu os efeitos da crise financeira mundial no Brasil e se reafirmou a continuidade na política de aliança com setores da sociedade na luta pela construção de “uma sociedade justa e igualitária – uma sociedade socialista.”⁷⁰ Somam-se a essas atividades 144 ocupações de terra e 10 acampamentos protagonizados pelo MST em 2008 e 104 ocupações de terra até junho de 2009 protagonizados pelos movimentos sociais no campo brasileiro.

Portanto, os processos de articulação com setores da sociedade, como advogados, juristas, religiosos, intelectuais e alguns políticos, e com os movimentos sociais urbanos podem ser traduzidos

‘novo compromisso’.

⁶⁸ Carta do 5º Congresso nacional do MST, Brasília, Junho de 2007. Publicado em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/especiais/5-congresso-mst/carta-do-5o-congresso-nacional-do-mst>. Acesso em 17/05/2008.

⁶⁹ Segundo o site do MST, “A governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crucius, e parte direitista do Ministério Público do estado estão golpeando as Escolas Itinerantes do MST no Rio Grande do Sul, decretando o banimento dessas instituições educativas. O ato de proscriver essa inspiradora iniciativa educativa do MST é parte do processo de criminalização e de expulsão do MST do estado, conforme vem sendo denunciado pelas entidades democráticas de dezenas de países.” Disponível em: <http://www.mst.org.br/especiais/25www.mst.org.br>. Acesso em 10 de outubro de 2009.

⁷⁰ “Carta do 13º Encontro Nacional do MST”. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/1054>. Acesso em 08 de maio de 2009.

como um eixo de ação importante que o MST vem desenvolvendo. Esses processos, sobretudo com os intelectuais e os movimentos sociais, se desenvolvem a partir de manifestações de solidariedade, que vem aumentando em resposta aos consecutivos ataques do governo e dos meios de comunicação ao MST, porém têm como espaço prioritário os espaços das atividades formativas. Essas atividades de formação têm como público militantes de movimentos de mulheres, de direitos humanos, da contracultura, mídia e *hip-hop*, meio ambiente, ocupações urbanas, pré-vestibulares populares, movimento estudantil e juventude trabalhadora. Segundo Adelar Pizetta:

“(...) com o crescimento, o fortalecimento e o redirecionamento das ações do movimento, foi se tornando evidente a urgência de investimento em um processo e um espaço próprio de formação, que tivessem como objetivo garantir a organicidade e a articulação do MST com outros parceiros no âmbito nacional, latino-americano e internacional (...)” (PIZETTA, 2007 a, p. 42)

Nessas práticas o MST indica uma percepção ampliada do sujeito militante, bem como de seu arco de alianças, manifestando que, apesar de seu inegável peso político, não se concebe como único sujeito da transformação. Diante dos desafios postos por um governo “progressista” que pouco atendeu às expectativas de mudança, o movimento viu-se levado a aprofundar alguns processos que já vinham sendo desencadeados enquanto repensava sua posição na construção de um projeto popular de transformação da sociedade brasileira.

Esse será um dos aspectos a ser aprofundado na terceira parte desta dissertação, quando pretendo resgatar a questão dos espaços formativos, o sentido da formação política e os desafios postos ao MST a partir dessa nova conjuntura de enfrentamento bem como do traçado de dimensões estratégicas.

CAPÍTULO II

CONSCIÊNCIA DE CLASSE E SENTIDO HISTÓRICO

1- Consciência de Classe e Devir Histórico

As reflexões acerca da perda do sentido histórico e dos processos de formação política em movimentos sociais estão intimamente relacionadas à questão da consciência de classe. Assim, a reflexão sobre a consciência de classe pode ser realizada no contexto da reflexão sobre a história, sobre o processo histórico. Dessa forma, tentarei nesse espaço, tecer alguns elementos que possam relacionar a questão da consciência ao devir histórico, com o fito de valorizar os processos históricos enquanto processos conformadores de subjetividades em movimento. Cumpre destacar a importância da compreensão processual do real – a partir da interpretação de Leandro Konder acerca da *ontologia dialética* hegeliana, que busca valorizar “o conceito do *devir*, do *vir-a-ser*, do *tornar-se*” - sempre com o olhar direcionado ao movimento histórico. (KONDER, 2002, p. 187)

A questão da consciência de classe como processo

Refletir sobre a questão da consciência significa refletir sobre *processos de consciência* individuais e coletivos, compreendidos como processos específicos e exclusivamente humanos. Essa perspectiva inspira-se nas reflexões de Mauro Iasi - sobre o que o sociólogo considera como *processo* de consciência - e nas reflexões do historiador britânico E.P. Thompson – a partir de seu rigoroso estudo acerca da *formação da classe operária inglesa* ou sobre o *materialismo histórico*. Ambos autores, fundamentam-se na perspectiva contrária à ideia da consciência como algo dado ou algo a ser alcançado, ressaltando assim a historicidade e dialeticidade dessa construção subjetiva.

Segundo Iasi,

“Falamos em processo de consciência e não apenas consciência porque não a concebemos como uma coisa que possa ser adquirida e que, portanto, antes de sua posse, poderíamos supor um estado de não-consciência.” (IASI, 2007, p. 12)

Assim, o processo de consciência por ele analisado parte no seu movimento histórico do *tornar-se* consciência, do trânsito da *primeira forma* de consciência à *consciência revolucionária* e

emancipatória. Trata-se de um processo histórico dialético, portanto não linear, sujeito a avanços e recuos.

Para Iasi, a *primeira forma* de consciência pode ser traduzida como representação ideal, subjetiva - representação no pensamento das ações humanas -, como o *senso comum*, como ideias e valores mais imediatos aos sujeitos individuais, como a interiorização das relações sociais nas quais estes estão inseridos. O autor recorre à concepção gramsciana de que *todos os homens são 'filósofos'* para demarcar o aspecto elementar desse primeiro momento da consciência, compreendida por Gramsci como uma “filosofia espontânea, peculiar a todo mundo, que está contida na linguagem, no senso comum e no bom senso na religião popular e em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver (...)”. (GRAMSCI, 1999, p. 93)

Numa sociedade de classes, as relações sociais são constituídas sob formas de conformação e dominação apresentadas aos sujeitos como formas gerais e naturais da sociabilidade humana. Assim, essa “forma de manifestação inicial da consciência será a base, o terreno fértil, onde será plantada a ideologia como forma de dominação”. (IASI, *op. cit.*, p. 20) Nessa primeira forma de consciência se faz presente a ideologia dominante, da classe dominante, que tem por pressuposto apresentar-se como o único modo de ser da sociedade, tendo como base a conformação de sujeitos reificados e alienados.

A *segunda forma* de consciência, também conhecida como *consciência em si* ou *consciência de reivindicação*, é o momento caracterizado por Iasi como superação inicial da *alienação*.⁷¹ Esse processo se dá no espaço e tempo da *práxis*, no espaço e tempo da luta de classes. Origina-se de um sentimento de identidade e/ou solidariedade entre sujeitos que vivem uma mesma condição social de exploração. Desenvolveu-se ao longo do capitalismo nos espaços de articulação da classe explorada, sobretudo, nas organizações sindicais, traduzindo num primeiro momento seu aspecto corporativo.

Porém, segundo Iasi, esse processo pode comportar a possibilidade do trânsito da *consciência em si* para *consciência para si* – *consciência revolucionária*, *terceira forma* de consciência - para que o movimento histórico da luta de classes aponte na direção da emancipação da classe oprimida em relação ao capital. Nas palavras de Iasi:

⁷¹ O processo de alienação é parte do processo de dominação da sociedade de classes - o capitalismo. Nesse processo, analisado por Marx em seus *Manuscritos econômico-filosóficos*, os sujeitos sociais são alienados da natureza, de suas próprias atividades, de seu trabalho e do produto do seu trabalho. Segundo Marx, no desenvolvimento do modo de produção capitalista, “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz (...) o trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (...) o objeto que o trabalhador produz, se lhe defronta como um *ser estranho* (...) na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2)[e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* [humano] (...) uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto de seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o *estranhamento do homem* pelo [próprio] *homem*.” (MARX, 2004, p. 79 - 85)

“Conceber-se não apenas como grupo particular com interesses próprios dentro da ordem capitalista, mas também se colocar diante da tarefa histórica de superação dessa ordem (...) A verdadeira consciência de classe é fruto dessa dupla negação: num primeiro momento nega o capitalismo assumindo sua posição de classe, para depois se negar a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital.” (*Id.*, p. 32)

Portanto, como processo histórico, que se desenvolve no seio da luta de classes, o processo de consciência é dialético, comportando fluxos e refluxos.

Nesse movimento dialético e não linear, os processos teóricos e educativos - o investimento na formação da consciência, na formação política - podem ser traduzidos como elementos constitutivos do espaço e tempo da ação política, da *práxis*. E a *práxis* comporta a possibilidade de conformação de subjetividades emancipatórias, que se movimentam no trânsito da *consciência em si* para a *consciência para si*. No entanto, há que se ressaltar que esse movimento da consciência – a conformação da consciência de classe, consciência *para si* -, é um movimento de dimensões coletivas, ou seja, esse trânsito acontece no espaço coletivo e a partir de relações coletivas implicadas num projeto societário. A consciência *para si* não afeta apenas a subjetividade individual, ela está implicada em alternativas históricas, portanto subjetividades coletivas. Essa terceira forma de consciência está inserida num projeto emancipatório que é coletivo.

Nessa perspectiva, interessa muito mais compreender os processos que formam a consciência de classe, ou seja, as contradições inseridas nas relações sociais, do que compreender a própria consciência como algo estático, como um conceito vago, que está em algum lugar a ser alcançado. Nesse caminho, as reflexões thompsonianas podem contribuir para delinear a perspectiva pela qual pretende-se abordar a questão da consciência. Perspectiva essa, que em minha interpretação, atua no mesmo campo crítico do sociólogo Mauro Iasi, ambas reflexões contribuem para a compreensão do *processo* do *vir-a-ser* da classe e da consciência de classe.

A perspectiva de análise da consciência como *processo* relaciona-se ao sentido de processo histórico, relação proposta por Thompson em sua abordagem acerca da reflexão sobre as classes sociais. A partir da crítica aos determinismos economicistas, ao idealismo e estruturalismo, o historiador articula as relações materiais e sociais de produção ao conjunto de valores culturais e morais num rigoroso esforço teórico de compreender o *processo histórico* no qual se constituem a classe e a consciência de classe. Processo este que só poderá desenvolver-se a *arena* da luta de classes.

Nesse sentido, para o historiador,

“Não podemos colocar a 'classe' aqui e a 'consciência de classe' ali, como duas entidades separadas uma vindo depois da outra, já que ambas devem ser consideradas conjuntamente – a experiência da determinação e o 'tratamento' destas de maneira conscientes. Nem podemos deduzir a classe de uma 'seção' estática (já que é um *vir-a-ser* no tempo), num como uma função de um modo de produção, já que as formações de classe e a consciência de classe (embora sujeitas a determinadas pressões se desenvolvem num processo inacabado de *relação* – de luta com outras classes – no tempo”. (THOMPSON, 1981, p. 121, grifos do autor)

Assim, segundo sua perspectiva, a classe não é uma *estrutura nem mesmo uma categoria*, sua constituição é imanente às *relações históricas*. Nesse sentido, o conceito de experiência, proposto por Thompson para a aproximação teórica à questão da consciência, assume caráter central para àqueles que pretendem relacionar ser social e consciência, objetividade e subjetividade, a partir da perspectiva materialista. Pois, para Thompson,

“A classe acontece quando alguns homens, como resultado, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A *experiência* de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram, ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.” (*Id.*, 1987, p. 10, grifos meus)

O conceito de experiência pode ser traduzido na mediação, no *termo médio*, que compreende os sujeitos sócio-históricos como sujeitos constituídos, permanentemente, num processo dialético, no qual, movimentam-se valores, sentimentos, *cultura*. Segundo Thompson, não considerar a experiência significa construir análises empiristas e deterministas, onde, de forma mecânica, o estímulo do objetivo, do material demanda respostas da subjetividade, o que acaba por retirar o papel consciente dos sujeitos da história.

Para o historiador,

“(…) homens e mulheres também retornam como sujeitos dentro desse termo – não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como

antagonismo, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (...)” (*Id.*, 1981, p. 182, grifos do autor)

A reflexão sobre processos de consciência e formação de subjetividades emancipatórias a partir de uma concepção material-histórica, implica na compreensão da relação entre objetividade e subjetividade. Aprofundar questões subjetivas requer um conhecimento radical das questões objetivas. Nesse sentido, Iasi recorre à célebre afirmação de Marx em *O 18 Brumário* - “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1997) - para relacionar, numa unidade de contrários e de forma dialética, subjetividade e objetividade, contrapondo-se assim, a qualquer tratamento de “estrutura e superestrutura”, de causa e efeito:

“A ação dos seres humanos, portanto subjetiva, determina a história, mas só pode fazê-lo sob certas condições objetivas. No entanto, estão incluídas nessas chamadas condições objetivas a própria ‘tradição’ e a forma como o pensamento e a consciência de uma época se materializam em determinado momento. Para o desespero dos ‘tolos ideólogos, segundo Marx, as idéias e a consciência, ou seja, o que mais fortemente se identifica com a realidade subjetiva, podem agir como objetividade.” (IASI, 2002, p. 103)

Perspectiva da totalidade, emancipação humana e os sentidos da história

A relação entre objetividade e subjetividade, *o ser e a consciência*, implica numa compreensão *total* e não ‘totalizante’ de suas processualidades históricas, por que esse “ser” vive uma realidade “objetiva”, que é histórica, que portanto, foi produzida socialmente por “seres” ou sujeitos sociais ao longo do tempo e do espaço. Segundo Thompson, deve-se ter em mente que há um permanente e complexo diálogo entre o ser e a consciência, uma vez que a reflexão elaborada pelo pensamento e a consciência relacionam-se com a materialidade da vida real que é produzida pelos próprios sujeitos.

Para o historiador,

“o real não está 'lá fora' e o pensamento dentro do silencioso auditório de conferências de nossas cabeças., 'aquí dentro. Pensamento e ser habitam um único espaço, que somos nós mesmos (...) o diálogo entre consciência e o ser torna-se cada vez mais complexo

(...) quando a consciência crítica está atuando sobre uma matéria prima feita de seu próprio material: artefatos intelectuais, relações sociais, o fato histórico.” (THOMPSON, 1981, p.27)

A argumentação empreendida até então pretende nos distanciar daquele tipo de análise, que incorre no equívoco metodológico e ontológico de cindir o ser social em duas esferas estanques, uma objetiva, material e outra, subjacente à objetividade, subjetiva. No sentido contrário a essa perspectiva, recorro - como adverti em minhas considerações iniciais - ao método do materialismo histórico dialético, que requer a totalidade como categoria central. E, “considerar a totalidade é considerar o capitalismo”, portanto considerar que entre o mundo material e os sujeitos há relações implicadas num modo de organização da vida social e da produção, num modo de produção. (EAGLETON, 1998, p. 20)

A perspectiva da totalidade - a compreensão acerca da inserção das relações sociais num *todo*, num complexo de relações - pode ser o nexos para a perspectiva do movimento histórico, para a compreensão do elemento de *mutabilidade* do processo de construção das relações sociais. Porque compreender o *todo* é relacionar as mediações e interconexões entre as *partes* ao longo da história, como construções históricas, não como condições naturais, essenciais e *imutáveis* da constituição de uma sociedade. Nesse sentido, segundo Georg Lukács, o materialismo histórico e a categoria de totalidade podem ser traduzidos numa concepção crítica da história:

“Essa filosofia crítica significa – em muitos aspectos – uma crítica histórica. Ela dissolve sobretudo o caráter fixo, natural e não realizado das formações sociais; ela as desvela como surgidas historicamente e, como tal, submetidas ao devir histórico em todos os aspectos, portanto, com formações predeterminadas ao declínio histórico (...) O pensamento burguês, contudo, deve deparar aqui com uma barreira intransponível, visto que seu ponto de partida e sua meta são, embora nem sempre consciente, a apologia da ordem existente das coisas ou pelo menos, a demonstração de sua imutabilidade. 'Assim, houve uma história, não há mais', diz Marx (*Elend der Philosophie, MEW 4, p. 139*) a respeito da economia burguesa. Tal frase vale, porém, para toda a tentativa do pensamento burguês de dominar o processo histórico pelo pensamento (...) Desse modo, a história é entregue como tarefa ao pensamento burguês, mas como tarefa *insolúvel*. Pois ele deve suprimir completamente o processo histórico e apreender, nas formas de organização do presente, as leis eternas da natureza (...) Ou ainda, deve eliminar do processo histórico tudo que tem um sentido, que visa a um fim (...)” (LUKÁCS, 2003, p. 137)

A emancipação do controle do capital, a emancipação humana como possibilidade posta pela *terceira forma* de consciência, a *consciência revolucionária*, pode ser traduzida com parte da luta pela realização da história da humanidade, portanto, na transgressão da *pré-história* humana, onde os sujeitos reificados, *estranhados*, imersos na lógica do capital encontram-se desprovidos de meios materiais e subjetivos para a construção de um percurso histórico que corresponda às suas demandas humanas de liberdade.

Para Marx, em seus *Manuscritos Econômicos-filosóficos de 1844*, a emancipação humana - o comunismo - traduz-se na abolição da propriedade privada, no reencontro dos sujeitos com sua essência humana e, portanto, na realização de sua história, pois:

“O comunismo na condição de supa-sunção (*Aufhebung*) positiva da *propriedade privada*, enquanto *estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*) humano, e por isso enquanto *apropriação* efetiva da essência humana pelo e para o homem. Por isso, trata-se do retorno pleno, tornado consciente e interior a toda riqueza e desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto *homem social*, isto é humano (...) Ele é a verdadeira dissolução (*Auflosung*) do antagonismo do homem com a natureza e com o homem (...) É o enigma resolvido da história (...) O movimento total da história é, por isso, assim como o seu [do comunismo] ato *efetivo* de geração – o ato do nascimento da sua existência empírica – também para sua consciência pensante, o movimento concebido e sabido do seu vir a ser...” (MARX, 2004, p. 105)

Sob as relações sociais do modo de produção capitalista, o processo histórico como *produto humano* apresenta-se, segundo Iasi, *estranho* aos sujeitos, fora do domínio de sua ação, pois para o autor:

“A forma atual da sociedade é do estranhamento, não porque se compare a nenhuma 'essência' humana que se coloque acima da história ou da ação social dos seres humanos concretamente considerados, mas porque o capital, que em um momento histórico se confundiu com o movimento próprio da humanidade, agora se converteu numa poderosa força contra ela. Não se trata de nenhum preceito, mas da constatação de que no atual estágio histórico a ação dos seres humanos produz um conjunto de relações sociais que constituem o capital, e que estas relações se objetivam num produto estranhado que se volta contra estes seres humanos, relações que fetichizam as coisas e reificam os seres humanos.” (IASI, 2002. p. 207)

Porém, o reencontro dos seres humanos com sua essência humana - a retomada da história como sua criação - não é condição inevitável. Ao contrário, esse processo desenvolve-se no campo de

manutenção do *status quo*, de esforço do capital em impedir que possibilidades de retomada do sentido histórico aconteçam. Ainda para Iasi:

“A afirmação de uma alternativa societária se choca inevitavelmente com a manutenção do atual sentido histórico que não é simplesmente uma inércia objetiva, mas que corresponde no atual momento a interesses concretos de classes que se beneficiam do atual padrão de sociedade e da continuidade da acumulação de capital.” (Id.)

Assim, nessa *pré-história* humana, ou seja, no modo de produção capitalista, a possibilidade dos sujeitos realizarem o processo de consciência, na direção da conformação dessa nova subjetividade emancipadora, desenvolveu-se *historicamente* no seio da luta de classes, nos espaços organizativos da classe oprimida em luta por um outro projeto de sociedade.

Observa-se assim, um processo dialético, caracterizado pela unidade entre consciência e ação, pois não basta adquirir consciência da totalidade da exploração a que estão submetidos e das relações sociais nas quais estão inseridos para que a sociedade seja transformada. Pode-se somar nesse sentido, a necessidade de formular estratégias para essa transformação social, porém para que se desenvolvam processos de transformação faz-se necessária a formação de sujeitos “capazes de compreender sua temporalidade além dos limites de si próprio, compreender esse esforço como esforço coletivo de sua classe e além dela.” (IASI, 2007, p. 41)

Em suma, trata-se de considerar a história como realização humana no tempo e no espaço, criação de homens e mulheres em sociedade e seu movimento, seu *dever* e possibilidade de construção de outra sociabilidade, relacionando-a ao processo de consciência e emancipação humana implicados num projeto societário coletivo.

Porém, como salientou Terry Eagleton, deve-se ter cautela com a afirmação da necessidade do sentido histórico, pois *historicizar* não significa *a priori* que estamos inseridos no campo do pensamento material e histórico, no campo do marxismo. Outras correntes de pensamento elaboraram e elaboram reflexões sobre a história e o tempo histórico, do liberalismo ao idealismo hegeliano e aos positivistas, dos neopositivistas aos pós-modernos. Nesse sentido, segundo o crítico literário britânico:

“Imaginar que historicizar é por si só radical corresponde a imaginar que todos os liberais e conservadores são formalistas anti-históricos, o que, além de falso, constitui um exemplo providencial de mirar alvos imaginários (...). As diferenças políticas que importam residem sem dúvida entre os que historicizam e os que não o fazem, mas entre concepções diferentes de história. Há os que acreditam que a história, falando em termos genéricos, não passa de um relato do progresso; os que acreditam que ela é bem ou mal uma história da

escassez, luta e exploração; e os que sustentam, como muitos textos pós-modernos, que não há absolutamente nenhum enredo para ela.” (EAGLETON, *op. cit.*, P. 41)

No interior do o pensamento que sustenta a História como progresso ou como *desenvolvimento das forças produtivas*, pode-se inserir aquela leitura do marxismo, que contribuiu para identificar e *confundir* as ideias do campo do materialismo histórico dialético com determinismo, economicismo, evolucionismo, eurocentrismo e teleologia. Denominado por seus críticos de “marxismo vulgar”, essa corrente teórico-política deve muito às influências do reformismo da II Internacional e à III Internacional stalinista. Refletindo acerca da influência desta corrente sobre a análise histórica, Hobsbawm reúne um pequeno quadro síntese de seus principais elementos, como: “a interpretação economicista da história, o modelo de dominância e dependência entre 'base econômica' e 'superestrutura'”; e as “leis históricas e a inevitabilidade histórica”. (HOBSBAWM, 1998, p. 160)

Numa concepção contrária a essa perspectiva, que “embora sem dúvida produto da influência marxista, não tem nenhuma ligação com o pensamento de Marx” (*Id.*), o historiador britânico ressalta a *imensa força* de seu pensamento, – a insistência na historicidade como *dinâmica de mudança* e transformação social.

Nesse sentido, para relacionar processo de consciência ao devir histórico e à emancipação humana recorro à duas *concepções* da história, que podem ser conjugadas numa mesma perspectiva, a perspectiva de um marxismo crítico, anti dogmático, heterodoxo - marxismo esse, representado pela perspectiva da *história como possibilidade* de Rosa Luxemburgo e pela concepção de *história aberta* de Walter Benjamin -. Essa articulação pôde ser elaborada a partir da leitura da obra do sociólogo Michael Lowy, profundo conhecedor do pensamento de Rosa e Walter Benjamin.⁷²

Segundo Lowy, não há registros de diálogo entre os dois pensadores, Rosa foi assassinada pela social-democracia durante a revolução socialista alemã em 1919, aos 47 anos, e Benjamin suicidou-se aos 48 anos de vida, durante sua tentativa de fuga do nazismo em 1940. Porém suas concepções de história parecem desenvolver-se de um mesmo *chão histórico* - os dois encontram-se diante da *barbárie* produzida pelo capitalismo, a primeira guerra e o nazi-fascismo - e com certeza de uma mesma perspectiva teórica, o materialismo histórico dialético.

No entanto, para Lowy, o pensamento bejaminiano será profundamente influenciado pela leitura de *História e consciência de classe* de Lukács, onde provavelmente tomou conhecimento da perspectiva de Rosa, objeto de reflexão em grande parte da obra do filósofo húngaro.

⁷² As reflexões de Michael Lowy sobre Rosa Luxemburgo encontram-se em dois principais textos: “O marxismo de Rosa Luxemburgo” e “A significação metodológica da palavra de ordem 'Socialismo ou barbárie'” em LOWY, 1989. Já as reflexões sobre Benjamin encontram-se nas suas leituras das teses sobre a história em LOWY, 2005.

Rosa Luxemburgo e a história como possibilidade

Para o filósofo Leandro Konder, o legado teórico de Rosa Luxemburgo insere-se na tentativa de *recuperação da subjetividade revolucionária* num dos momentos de maior vigor da corrente “*vulgar*”, centrada nas análises economicistas e evolucionistas. A concepção luxemburguista acerca da história, acerca do desafio histórico - socialismo ou barbárie -, nos aproxima de uma “história como processo que comporta *alternativas*.” (KONDER, 1988, p. 31)

Michael Lowy, em suas reflexões sobre a obra de Rosa, delineia o itinerário percorrido pela revolucionária para sua formulação teórica acerca da *história como possibilidade*. Esta formulação contrapõe-se aos *fatalismos* de direita ou esquerda, ou seja, a idéia de conformação à sociedade capitalista e a certeza *apriorística* de que a revolução proletária acontecerá e que no futuro o socialismo sairá vitorioso. Por parte da esquerda, essa concepção é herdada das posições reformistas da II Internacional, que influenciaram o pensamento de alguns revolucionários e também o da própria Rosa nos primeiros anos do século XX. Tal influência é destacada por alguns estudiosos do pensamento luxemburguista - o próprio Lowy (1989), mas também Isabel Maria Loureiro (2004 e 2009) – na interpretação de certos trechos da brochura *Reforma social ou revolução?* (1899), onde Rosa tece críticas ao *revisionismo* e *empirismo* de Eduard Bernstein a partir de elementos que podem ser considerados dogmáticos, como a *inevitabilidade da ruína capitalista* e a certeza no “objetivo final socialista”. (LOUREIRO, 2004, p. 60)

Porém, segundo Loureiro,

“Embora Luxemburgo se inscreva nessa vertente, *ao mesmo tempo*, na medida em que interpreta o marxismo como unidade de teoria e prática – salientando a última, acaba (...) por dar à consciência de classe papel central na sua teoria política, afastando-se assim do determinismo economicista em redor.” (*Id.*, p. 61)

Para Lowy, a partir da revolução russa em 1905, mas sobretudo com o início da primeira guerra mundial e o apoio explícito à guerra por parte da social democracia alemã e da Internacional Comunista, o pensamento luxemburguista empreende um profundo afastamento e crítica de tal vertente política-ideológica, uma vez que, esses processos históricos abalaram em Rosa uma certa convicção “do advento necessário e *irresistível* do socialismo”, que aparece em trechos de seus primeiros escritos. (LOWY, 2004, p. 116 e 118)

No entanto, cumpre salientar, que a perspectiva que Rosa elabora contrapõe-se às idéias do representante da interpretação ortodoxa do marxismo - Karl Kautsky -. Nesse sentido, segundo Isabel Loureiro,

“(…) o que chama a atenção e a distingue de um Kautsky, mesmo na época em que ambos estavam juntos contra o revisionismo, é o peso atribuído à consciência, elemento desprezado pelo marxismo da II Internacional. Kautsky (…), o teórico mais representativo dessa corrente, interpreta o marxismo como teoria da evolução social, que mostra os fenômenos sociais regidos por leis semelhantes às da natureza (….) nunca será demais enfatizar, contra as interpretações da nossa autora como determinista e mesmo fatalista, que a ‘garantia da vitória final’ não tem para ela o estatuto de uma lei da natureza, na medida em que o socialismo apenas será possível se as massas se apoderarem da teoria marxista, se houver a união entre o conhecimento e a classe operária.” (LOUREIRO, 2004, p. 68-69)

A consolidação da crítica luxemburguista ao evolucionismo e determinismo encontra-se nos escritos da *Brochura de Junius* – intitulada *A crise da social-democracia*, mais especificamente em sua “célebre fórmula *socialismo ou barbárie* que aparece numa passagem absolutamente notável, um dos raros textos marxistas do século XX onde a dialética histórica é posta em seus verdadeiros termos.” (*Id.*, p.101)

Socialismo ou barbárie, traduzido num “princípio metodológico”, enfatiza a *possibilidade* contra a perspectiva evolucionista, que retira dos sujeitos o movimento, o devir, a concepção de história como sua criação.

Nas palavras de Rosa,

“O proletariado moderno se comporta de outra maneira ao sair das grandes provas históricas. Seus erros são tão gigantescos quanto suas tarefas. Não há esquema pré-estabelecido, válido de uma vez por todas, *não há um guia infalível* a lhe mostrar o caminho a percorrer. Não há outro mestre que não a *experiência histórica*. O penoso caminho de sua libertação não é pavimentado apenas com sofrimentos imensos mas também de inumeráveis erros. Seu objetivo, sua libertação, ele atingirá se souber aprender com seus próprios erros. Para o movimento proletário a autocrítica, uma autocrítica sem piedade, cruel, indo ao fundo das coisas, é o ar, a luz sem o qual não pode viver.” (LUXEMBURGO, 1915, p. 2, *grifos meus*)

No sentido da compreensão desses escritos como portadores de uma metodologia, segundo Lowy,

“O que é importante aqui não é a exatidão ou não da profecia – aliás, terrivelmente confirmada na Alemanha: o malogro da revolução *socialista* em 1919 conduziu diretamente ao triunfo da *barbárie nazista* – mas o princípio metodológico que o socialismo não é o

resultado fatal e automático do desenvolvimento histórico, mas sim uma *possibilidade objetiva*. As condições econômico-sociais traçam os limites do campo do possível (p. ex. não é uma possibilidade objetiva no século XVI); mas a decisão entre as diversas possibilidades objetivas depende da consciência da vontade e da *ação* dos homens.” (LOWY, *op. cit.* p. 102, *grifos do autor*)

A partir dessa primeira aproximação ao pensamento luxemburguista, pode-se ressaltar sua profunda dialeticidade. A perspectiva de história como possibilidade objetiva traduz-se numa perspectiva dialética e de totalidade e na perspectiva da “práxis revolucionária”, uma vez que, a possibilidade objetiva para a construção do socialismo depende do *campo do possível* histórico e da *vontade* e da *ação* consciente das classes oprimidas, subalternas.

Nesse sentido, ainda para Lowy, “pela teoria da práxis como unidade dialética do objetivo e do subjetivo, das condições econômicas e da vontade consciente, como mediação pela qual a classe em si torna-se classe para si” (Id., p. 103), ou seja, na conjugação desses elementos históricos, a *possibilidade* de tomar a *direção* do processo histórico estará *aberta*. E assim, essa direção pode comportar uma concepção de futuro diferente, de um futuro fundado em novas relações sociais.

Dessa forma, Rosa retira de uma possível vanguarda ou da inevitabilidade histórica a possibilidade pela construção do socialismo, que recai sobre a condição histórica, a práxis revolucionária e a intervenção consciente. Em suas palavras,

“Na história, o socialismo é o primeiro movimento popular que tem como objetivo, e que para tal foi encarregado pela história, de dar à ação social dos homens um sentido consciente, de introduzir na história um pensamento metódico e, a partir daí, uma vontade livre. Eis porque Friederich Engels disse que a vitória definitiva do proletariado socialista constitui um salto que faz passar a humanidade do reino animal ao reino da liberdade. Mas este “salto” não é alheio às leis de bronze da história, ele está ligado aos milhares de elos precedentes da evolução, uma evolução dolorosa e bastante lenta. E este salto não será realizado se, do conjunto de premissas materiais acumuladas pela evolução, não surge a centelha da vontade consciente da grande massa popular. A vitória do socialismo não cairá do céu como obra do destino, esta vitória só pode ser conquistada graças a uma longa série de enfrentamentos entre as forças antigas e novas, enfrentamentos no curso dos quais o proletariado internacional faz sua aprendizagem sob a direção da social-democracia e procura tomar em suas mãos seu próprio destino, assumir o leme da vida social. Ele que era o joguete passivo de sua história procura se tornar o piloto lúcido.” (LUXEMBURGO, *op. cit.*, p. 4)

E completa,

“(…) nós venceremos desde que nós não tenhamos desaprendido a aprender. E se o guia atual do proletariado, a social-democracia, não mais souber aprender, então ela perecerá ‘para dar lugar aos homens que estarão à altura de um mundo novo’”. (*Id.*, p 7)

Walter Benjamin e a história aberta

A concepção da *história aberta* de Walter Benjamin está muito próxima da concepção de história que Rosa Luxemburgo desenvolve em seus escritos durante a primeira guerra, como já foi ressaltado. No intuito de tentar compreender substantivamente as teses de Benjamin “Sobre o conceito da história”, recorri a dois profundos conhecedores de sua obra. Além de Michael Lowy, acrescento ao debate algumas leituras da filósofa Jeanne Marie Gagnebin.⁷³

No prefácio de Jeanne Marie aos textos benjaminianos reunidos em *Magia e técnica, arte e política*, pode-se identificar duas das principais categorias através das quais Benjamin constrói suas reflexões, a de *tempo* e de *experiência*. Assim como Rosa, Benjamin situa sua crítica contra as concepções da social-democracia - o progressivismo da história - e contra o historicismo de Ranke, e nesse sentido, propõe que o historiador *materialista* construa uma reflexão sobre o tempo baseada em sua “plenitude”, ou seja, em sua heterogeneidade contrária à visão do *contínuo da história*, da linearidade e homogeneidade do tempo. Assim, escreve Benjamin em sua tese 14,

“A história é objeto de uma construção, cujo lugar não é formado pelo tempo homogêneo e vazio, mas por aquele saturado pelo tempo-de-agora (*Jetztzeit*) (...) Ela é o salto do tigre em direção ao passado. Só que ele ocorre em uma mesma arena em que a classe dominante comanda. O mesmo salto sob o céu livre da história é o salto dialético, que Marx compreendeu como revolução.” (BENJAMIN, 1993, p.230)

Porém para dar *o salto de tigre, o salto dialético*, parece ser necessário construir uma *mediação* com o passado, reconstruir a experiência histórica dos oprimidos com o passado. Segundo Jeanne Marie, essa experiência é *desconstruída* pela *fragmentação do trabalho* e a conseqüente fragmentação do saber e da experiência, pela *distância entre os grupos humanos* engendrada pelo ritmo de mudanças na sociedade capitalista e enfim, pelo *isolamento social*. (*Id.*, p. 10) No entanto, para o materialista histórico, trata-se de conjugar passado e presente numa *condensação* ou

⁷³ As reflexões do sociólogo acerca das teses benjaminianas sobre história estão em LOWY, 2005; e as leituras da filósofa, no prefácio ao primeiro volume da edição brasileira das obras escolhidas de BENJAMIN, 1993 - intitulado *Walter Benjamin ou a história aberta* e em GAGNEBIN, 1982.

constelação crítica que retome o fio de uma história inacabada, para assim, estabelecer mediações com a história dos vencidos que não acabou em algum lugar do próprio passado. (GAGNEBIN, 1982, p. 71; LOWY, 2005, p. 128)

Nesse sentido, a filósofa aponta que há em Benjamin a idéia da construção de uma *anti-história*, de uma *história a contrapelo* e conclui,

“Escrever a história dos vencidos exige a aquisição de uma memória que não consta nos livros de história oficial. É por esse motivo que a filosofia da história de Benjamin inclui uma teoria da memória e da experiência, no sentido forte do termo (em alemão: *Erffahrung*), em oposição à experiência vivida individual (*Erlebins*). O historiador materialista não pretende dar uma descrição do passado 'tal como ele ocorreu de fato'; pretende fazer emergir as esperanças não realizadas desse passado, inscrever em nosso presente seu apelo por um futuro diferente.” (GAGNEBIN, *op. cit.*, p 67)

Para Lowy, a experiência com o passado pode traduzir-se numa constelação crítica. Descobrir essa constelação crítica que, “um fragmento do passado forma precisamente com um momento do presente”, é o objetivo de Benjamin em sua tese 5 (LOWY, 2005, p. 62) Essas concepções estão presentes em duas passagens retiradas das teses 5 e 16 de Benjamin, respectivamente,

“A verdadeira imagem do passado passa célere e furtiva. É somente como imagem que lampeja justamente no instante de sua recognoscibilidade, para nunca mais ser vista, que o passado tem de ser capturado (...) Pois é uma imagem irresistível do passado que ameaça desaparecer em cada presente que não se reconhece como nela visado.”

“O materialista histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas no qual o tempo estanca e ficou imóvel (*Stillstand*). Pois esse conceito define exatamente o presente em que ele escreve a história para si mesmo. O Historicismo arma a imagem 'eterna' do passado, o materialista histórico, uma experiência com o passado que se firma aí única (...)” (BENJAMIN, *op. cit.*, p. 224 e 231)

Em suas teses, Benjamin submete não só o passado, mas o presente e o futuro ao processo histórico. Propõe uma interpretação dialética em que se considerem as contradições entre os tempos da história, suas rupturas e continuidades e a construção do percurso histórico realizada por sujeitos sócio-históricos. Michael Lowy preocupa-se em destacar para além da interpretação dialética da história a *dimensão política e ativa dessa relação com o passado*, repleta das principais influências do pensamento benjaminiano, materialismo e teologia. Dessa forma, sobre a tese 5, acrescenta,

“A dimensão política e ativa dessa relação com o passado é explicitada em uma das notas preparatórias da tese: ‘Esse conceito [do presente] cria entre a escrita da história e a política uma conexão, idêntica àquela, teológica, entre rememoração e redenção. Esse presente se traduz em imagens que podem ser chamadas de dialéticas. Elas representam uma intervenção salvadora (rettenden Einfall) da humanidade (GS I, 3, p. 128).’ (LOWY, 2005, p. 62)

A partir das perspectivas delineadas, podem-se perscrutar alguns elementos-chave para compreendermos de forma mais radical as relações entre consciência e devir histórico foram indicados.

E nas trilhas de Lowy, a relação que se pretende estabelecer entre esses dois conceitos tem como objetivo compreender a práxis de um movimento social contemporâneo, o MST. O que implica na apropriação destas categorias teóricas no sentido da construção de uma interpretação teórico-política das relações engendradas no interior desse movimento e nas distintas relações que estabelece com outros movimentos nacionais, latino-americanos e mundiais. E nessas relações sociais, resalto as mudanças que se constroem nas formas de pensar e agir desses sujeitos, incluindo aí a mudança da perspectiva histórica e o processo de consciência. No entanto, esses processos estão imersos na contemporaneidade marcada pelo pensamento pós-moderno e, dessa forma, pela perspectiva de *antitotalidade*, em que, segundo Eagleton, “falar de ‘consciência’ perdeu seu *sex appeal*, seria mais aconselhável falar do mundo como uma construção do discurso, digamos, e não da mente (...)” (EAGLETON, *op. cit.*, p. 23, grifos do autor).

Assim, as perspectivas de *história como possibilidade* e *história aberta*, podem contribuir para interpretações que valorizam o agir e o pensar dos sujeitos sobre a sociedade na tentativa de modificá-la.

Procedo, nesse percurso, às formulações de Iasi para ressaltar a dialeticidade da relação entre sujeito, história, emancipação e conhecimento, baseadas pelo sociólogo em sua interpretação da concepção marx-engelsiana da história, presente na *Ideologia Alemã*,

“Em Marx são os seres humanos concretos, inserido em suas relações determinadas, que fazem a história, não nenhuma manifestação de qualquer essência. Segundo a concepção

marxiana, a história é uma sucessão de gerações que atuam sobre as condições deixadas pelas gerações precedentes, sendo assim, ao mesmo tempo, continuidade e ruptura.”

“A emancipação humana exige que os seres humanos assumam o controle consciente de sua existência, superando as mediações que impedem a percepção de sua história como fruto de uma ação humana.” (IASI, 2007, p. 68-69)

Nessa direção, realizar o trânsito do processo de consciência, tomar para si o conhecimento, estudar e refletir sobre a realidade que se vive, compõe um conjunto de tarefas, através das quais, a classe oprimida poderá se colocar como projeto de ação consciente, para constituir-se como sujeito de sua própria história, construtora de seu destino material e das condições subjetivas e objetivas para a superação da condição de subordinação do trabalho ao capital.

2. Tempos *a-históricos* ou produção de sujeitos *a-históricos*?

Como podemos caracterizar a época histórica em que vivemos? Em que tempo histórico os processos de consciência e os sentidos históricos se movimentam, ou seja, são constituídos?

Ao refletir, no primeiro capítulo, sobre a relação entre as mudanças na estratégia do MST - e assim, seu maior investimento formativo - dentro da conjuntura histórica dos governos neoliberais e do governo Lula da Silva, me propus a pensá-la desde a perspectiva da totalidade, portanto, inserindo as transformações conjunturais no conjunto do movimento histórico do capital.

Nesse sentido, tentarei delinear alguns elementos auxiliares na compreensão da contemporaneidade a partir da relação entre o desenvolvimento do capitalismo nas últimas quatro décadas - o chamado *capitalismo tardio*⁷⁴, e o advento do pensamento *pós-moderno*.

Segundo Perry Anderson, dentre alguns pontos principais da crítica realizada por Fredric Jameson ao pós-modernismo destaca-se a perda da historicidade e do sentido ativo da história. Para o autor, “entre os traços da nova subjetividade, com efeito, estava a perda de qualquer senso ativo de história, seja como esperança, seja como memória.” (ANDERSON, 1999, p. 68)

Dessa forma, a época contemporânea está marcada por consensos históricos e pressupostos hegemônicos legitimadores da impossibilidade e risco que se corre ao ir além das estruturas sociais vigentes, o que incorre na necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o capitalismo e construir alternativas teóricas-políticas ao consenso acrítico atual. A construção desses consensos históricos forma um dos eixos da dominação ideológica e cultural do capitalismo, que afetam as formas de socialização existentes, produzindo marcas profundas nos indivíduos e na sociedade. Individualidade, deslegitimação de valores humanos, como solidariedade, desqualificação e, muitas vezes, criminalização de construções coletivas e lutas sociais. A ideologia dominante constrói conformismos, imobilismo e fragmentação social.

Esses consensos históricos, apassivadores, têm girado em torno de uma questão central, o “*presenteísmo*”, uma “ideia força” que qualifica o presente como um “eterno depois”, como uma temporalidade inerte, portanto, *a-histórica* (WOOD, 1999, p. 196). Nesse sentido, o presente nos é apresentado como o limite de desenvolvimento da história humana, como ápice desse desenvolvimento. Ao negar a história, essa perspectiva teórica e política trata de negar também a

⁷⁴ *Capitalismo tardio* é expressão, utilizada por Ernest Mandel (1982) para caracterizar o período da Terceira Revolução Industrial, também conhecido como globalização, e generalizada, segundo Fredric Jameson pelos pensadores da Escola de Frankfurt. A expressão, para Mandel e Jameson, sugere uma continuidade do capitalismo e suas relações e não uma ruptura. Assim, segundo Mandel, “só podemos intentar uma análise marxista do capitalismo tardio com base no estudo de Lênin de *O imperialismo*. A era do capitalismo tardio não é uma nova época do desenvolvimento do capitalismo; constitui, unicamente um desenvolvimento ulterior da época imperialista, do capitalismo monopolista.” (MANDEL, 1982, p. 5) E, segundo Jameson, o termo *capitalismo tardio*, demarca “sua continuidade em relação ao (sistema) que precedeu e não a quebra, ruptura ou mutação que conceitos como 'sociedade pós-industrial' pretenderam ressaltar”. (JAMESON, 2004, p. 22)

ação de seus protagonistas, a ação dos sujeitos históricos. Segundo Sanches Vázquez, não se pode abstrair os sujeitos da história e nem vice-versa. Para o filósofo há uma “unidade indissolúvel” entre história e seu sujeito humano, pois “a afirmação de que o homem é sujeito da história implica a idéia de um sujeito que só é *na* história e *pela* história.” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 339)

Assim, a crítica ao sentido *a-histórico* conforma-se como um dos fios condutores desenvolvidos nesta dissertação.

Para refletir sobre esse processo de *deshistorização* de sujeitos, tentarei compreendê-lo como parte de uma mudança histórica maior e não apenas como uma tendência do pensamento que se apresenta como hegemônico na contemporaneidade, o pensamento *pós-moderno*. Tentarei traçar essa reflexão a partir do estudo de Jameson em sua obra *Pós-modernismo – lógica cultural do capitalismo tardio* - e portanto, de sua concepção do pós-moderno como um conjunto de mudanças na sociedade. Mudanças essas, profundamente implicadas nas transformações das formas de produção, acumulação e dominação do *sociometabolismo* do capital.

.Para Perry Anderson, as reflexões jamesonianas contribuem para que o foco de estudo do pós-moderno seja redesenhado, sobretudo porque o crítico literário intervém nessa discussão a partir da crítica da economia política e assim, demarca como ponto fundamental, nas palavras do autor,

“(...) a ancoragem do pós-modernismo em alterações objetivas da ordem econômica do próprio capital. Não mais como mera ruptura estética ou mudança epistemológica, a pós-modernidade torna-se o sinal cultural de um novo estágio da história do modo de produção reinante.” (ANDERSON, *op. cit.*, p. 66)

Capitalismo tardio

Os anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial são marcados por um significativo crescimento econômico mundial. A produção industrial e as relações comerciais cresceram vertiginosamente entre os anos de 1950 e 1970. Para Hobsbawm, “o mundo industrial se expandia por toda parte: nas regiões capitalistas e socialistas e no ‘Terceiro Mundo’”. (HOBSBAWM, 1995 a, p. 256) Segundo o historiador, o “surto econômico” foi movido por um grande avanço tecnológico.

Esse avanço tecnológico no pós-Segunda Guerra engendrou níveis de crescimento e expansão decisivos para o capital, consubstanciados pela complexificação da invenção e pesquisas científicas voltadas para o processo produtivo, que viria a se tornar altamente mecanizado e robotizado, sobretudo, com a disseminação da microeletrônica e dos microcomputadores. Somam-

se a esse processo, os altos investimentos na produção bélica para manter um “equilíbrio” dos níveis de intervenção e conflitos militares durante o período que se inaugurava, a Guerra Fria.

Contudo, após esse período de crescimento e aparente estabilidade do sistema do capital, a *idade áurea* do capitalismo, uma *radical reconfiguração* de sua forma de acumulação seria posta em prática como reação à crise que eclode no início dos anos 1970. Assim, pode-se depreender desse cenário um movimento de *inflexão substancial* no modo de produção do capitalismo, movimento esse marcado pela necessidade de superação da crise econômica, que engendrou uma reestruturação na (re) produção do capital, calcada no processo de *mundialização* das relações de produção e do *modus vivendi* do capitalismo, numa certa autonomização dos mercados financeiros e aprofundamento da instabilidade sistêmica. (HARVEY, 2005)

Portanto, no início dos anos 1970, o sistema do capital depara-se com uma das maiores crises de sua história, consideradas por alguns de seus críticos como uma *crise estrutural*. Estrutural, porque engendra uma *nova forma de acumulação* e novo padrão de produção, pautados na utilização de alta tecnologia, seguida da flexibilização (precarização) da exploração da força de trabalho, na ampliação da indústria cultural como parte do processo produtivo e no conseqüente aprofundamento do *fetichismo da mercadoria*. (MÉSZÁROS, 2007)

Essa nova forma de acumulação, a partir de então em *bases flexíveis* - que, segundo David Harvey (1996), na verdade, passam a coexistir com padrões fordistas de acumulação utilizados em muitas partes do mundo - , terá como um dos aspectos centrais a “desregulamentação” espacial e temporal da mão-de-obra, através da intensa precarização do trabalho seguida da produção de uma grande massa de desempregados. O desemprego, para Mézáros, pode ser compreendido assim, como um dos “*aspectos necessários*” da “*crise estrutural do sistema capitalista*”, como um “traço dominante do sistema capitalista como um todo”. Segundo o filósofo:

“O avanço produtivo desse modo antagônico de controle do metabolismo social lança uma parcela cada vez maior da humanidade na categoria de trabalho supérfluo (...) Ironicamente, pois, o desenvolvimento do sistema produtivo de longe o mais dinâmico da história culmina com a geração de um número cada vez maior de seres humanos supérfluos a seu maquinário de *produção*, muito embora – verdadeiro para o caráter incorrigivelmente contraditório do sistema – nada supérfluos como *consumidores*.” (MÉSZÁROS, *Id.*, p. 145-146, grifos do autor)

Pode-se destacar nas análises de Mézáros alguns dos fios da (*com*) *formação* dos sujeitos na contemporaneidade: precarização, super exploração do trabalho e o aumento desenfreado do desemprego. O desemprego tem se mostrado como um dos elementos constitutivos do capital e parte de seu caráter destrutivo, pois seu aprofundamento nos últimos anos vem incidir diretamente

sobre as formas de luta pela sobrevivência na Terra. Muitos são os que deixam de viver, acometidos por antigas e novas epidemias, pela violência urbana, encarcerados em prisões super lotadas, e outros tantos tentam *sobreviver* sob condições *desumanas* e *bárbaras* na maioria das cidades mais populosas, sobretudo do Terceiro Mundo, em suas grandes favelas, sem acesso à moradia, saúde, educação, lazer, estudo, etc.

Esses são apenas alguns dos elementos que poderíamos destacar para refletirmos sobre a contradição inerente ao sistema do capital - a *destrutividade* dos seres humanos, da subjetividade humana e, podemos acrescentar ainda, o que não será aprofundado nesse espaço, a *destrutividade* dos recursos naturais -. Para Mészáros, a atividade destrutiva do capital nos coloca diante da seguinte questão: *haverá possibilidade de futuro ou esse sistema se confirmará como o real fim da história*, o fim do desenvolvimento humano?

Diante de sua dimensão destrutiva, o capital necessitou e necessita se afirmar como último estágio de desenvolvimento, buscando minar as possibilidades de sua substituição, sua superação. A interpretação ideológica dessa contradição é o triunfalismo sobre o fim da história, em verdade, a afirmação sobre o fim de alternativas a esse sistema, a esse modo de produção e reprodução da vida sobre a Terra. Assim nesse fértil terreno ideológico e psico-social, desumanizam-se sujeitos, *des-historizam-se* consciências, minam-se perspectivas de ação.

Os elementos que constituem o movimento do capital para *sobre viver*, ter uma sobre vida às suas sucessivas crises, estão inseridos não somente, mas sobretudo, na lógica do aprofundamento do domínio / controle sobre a *perspectiva do tempo* e a *perda da historicidade* a partir de um processo de intensificação da reificação dos sujeitos.

Como já foi colocado, o tempo é eternizado num presente imediato, imedaticidade e pragmatismo da luta pela sobrevivência individual, que tendem a contribuir para retirar dos sujeitos a perspectiva do *movimento histórico*.

Pós-modernismo

O contexto ideológico contemporâneo constitui-se assim em negação da história, celebração do seu fim, marcados, segundo Jameson, por um “milénarismo invertido”, caracterizado pelo pensamento pós-moderno como “fim da ideologia, da arte, das classes sociais” e a morte do sujeito. Essas perspectivas *teórico-políticas* - com implicações na teoria e nas relações de poder e luta de classes -, de acordo com o autor, têm como elementos essenciais, “a nova falta de profundidade na teoria e na cultura, valorizando a imagem, o 'simulacro', e o *conseqüente enfraquecimento da historicidade*”, como já foi destacado. (JAMESON, 2004, p. 45, grifos meus)

Refutando qualquer tentativa de conceituar ou julgar moralmente o *pós-modernismo*, Jameson propõe uma análise dialética dessa estrutura ideológica de pensamento. Propõe assim, a

compreensão de uma intensa relação entre *pós-moderno* e *capitalismo tardio*, como elementos de um sistema totalizante que produz uma expansão global e forma de dominação específica, através do aprofundamento da mercantilização das relações sociais e da *auto-referência* no presente. Para Jameson, a cultura se expande a tal ponto no *capitalismo tardio*, que logo na introdução de sua obra, apresenta o que considera um *eclipse entre cultura e economia*, ou seja, sua concepção vem ressaltar a relação dialética entre os dois conceitos. Segundo o crítico marxista,

“de fato, o que aconteceu com a cultura pode muito bem ser uma das pistas mais importantes para se detectar o pós-moderno: uma dilatação imensa de sua esfera (a esfera da mercadoria), uma aculturação do real imensa e historicamente original, um salto quântico no que Benjamin ainda denominava 'estetização' da realidade.” (*Id.*, p. 13)

Por outro lado Jameson preocupa-se em não particularizar a perda da historicidade como “o único sintoma do pós-moderno”, porém assinala, que a “surdez histórica” é elemento constitutivo para a compreensão das “teorias do pós-moderno”. (*Id.*, p. 27-32)

Nessa perspectiva, para compreender esses discursos que vêm *deshistoricizar* tempos e sujeitos, devemos encará-los e enfrentá-los para além dos meros estereótipos, para além da aparência, buscando analisar dialeticamente, como propõe Jameson, seus percursos, ou seja, buscar relacionar o discurso ideológico com as transformações sistêmicas do capital.

A perspectiva histórica, a noção de história vem sendo continuamente achatada numa só dimensão, o presente. O equívoco de um *presente eterno* carrega em si a certeza de uma ordem natural e universal para os seres humanos. Para Mészáros, a ordem do capital teve – e sempre terá *de negar seu caráter historicamente determinado*:

“(…) o capital deve negar e aniquilar a história na sua visão de mundo, de modo que a questão da alternativa histórica a seu próprio domínio não deve sequer emergir concebivelmente, por mais anacrônico e perigoso - a despeito de toda a automitologia muito longe de ser economicamente eficiente - que seja seu controle de reprodução societária fundado na exploração do trabalho. Mas o problema é que a negação da história pelo capital não é um exercício ociosamente mental. É um processo prático potencialmente letal de acumulação ampliada do capital e concomitante destruição em todos os domínios, hoje, até mesmo no plano militar.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 25)

Nesse sentido, pode-se entender a *aniquilação da história* a partir de dois elementos *auto-implicados*, que estão dialeticamente relacionados no modo de reprodução *sociometabólica* do

capital⁷⁵: a partir do controle sobre o processo de trabalho com a exploração do trabalho e o controle sobre o tempo, sobre o cotidiano do trabalhador - a transformação do trabalhador em coisa, mercantilização do sujeito através do processo de reificação -; e a construção de uma *visão de mundo*, ideologia e cultura, que vêm afirmar o tempo *comprimido* na dimensão do tempo da produção, do tempo do trabalho, do tempo do capital.

Para o filósofo, a ordem societária atual - marcada pela crise e reconfiguração do capital -, necessita fortalecer a assertiva ideológica do limite da história humana, do seu estágio último de desenvolvimento, para assim, perpetuar seu controle e dominação, *eternizar sua própria dominação do processo sociometabólico*, impedindo que os sujeitos sociais se reconheçam enquanto sujeitos sócio-históricos. Segundo o autor:

“(...) no interior da estrutura do sistema socioeconômico existente, uma multiplicidade de interconexões potencialmente dialéticas é reproduzida na forma de dualismos, dicotomias e antinomias práticas perversas, que reduzem *os seres humanos à condição reificada* (por meio da qual eles são trazidos a um denominador comum com as ‘locomotivas’ e outras máquinas e tornam-se substituíveis por elas) e à posição ignominiosa de ‘carcaça do tempo’.” (MÉSZÁROS, 2007, p.43)

Mészáros recorre às palavras de Marx em *A miséria da filosofia* para refletir sobre o controle do tempo realizado pelo capital, e fundamentar, *historicamente*, a perda da consciência do tempo histórico. Dessa forma, seria anacrônico tratar a perda do sentido da história, a perda da historicidade como problemas pelos quais passamos somente no final do século XX, visto que, o controle sobre o tempo, sobre o tempo de vida dos indivíduos é condição da expansão do capital, inerente ao seu desenvolvimento. Porém, o controle do tempo e a produção de sujeitos a-históricos devem ser compreendidos a partir de peculiaridades e especificidades *históricas*, ou seja, a partir das mudanças e transformações do capitalismo ao longo do tempo.

Mas para compreender esse contexto - que desde já podemos caracterizar como uma inflexão no sistema do capital -, faz-se necessário ter em mente que a perspectiva a-histórica, é parte de uma *totalidade*, portanto, parte de elementos implicados no conjunto de transformações nos campos econômico, social, cultural, político e tecnológico do capitalismo contemporâneo, nas mudanças estruturais do *capitalismo tardio*. Esse complexo de transformações teve sua gênese no segundo pós-guerra, sobretudo no crepúsculo dos “anos dourados” e início dos tempos de mais uma

⁷⁵ O conceito, “sociometabolismo”, presente na obra *Para além do capital* de István Mészáros, traduz a necessária perspectiva de totalidade na reflexão sobre o sistema do capital, que não envolve apenas alguns aspectos da sociedade, como economia, produção, finanças, senão todos os aspectos da reprodução social da vida. Para John Bellamy Foster, que escreve a introdução de, *O desafio e o fardo do tempo histórico*, de Mészáros, esse conceito é considerado como “uma das inovações teóricas centrais” na obra do filósofo, e essencial para compreendermos o capital, assim como Marx, como “relação social” e não somente como modo de produção.

das crises do capitalismo, quando podemos identificar a inflexão mencionada, uma *metamorfose estrutural* nas relações de expropriação e acumulação do capital. É a partir da reflexão sobre essas peculiaridades e especificidades que se pode compreender o *eixo atual* sobre o qual se aprofunda a perda do sentido histórico.

3 – Possibilidades de reconstrução do sentido histórico

“Descobrimos que saber era poder. Era e é. Quem sabe caminha mais consciente. Evita tropeços, embora sempre se possa cair; mas quem conhece tem mais chances de se equilibrar para evitar grandes tragédias e as armadilhas nas estradas.” Ademar Bogo

Quais os caminhos para a reconstrução do sentido histórico, como se reconstruir enquanto sujeito sócio-histórico numa época em que a perda da historicidade e do devir histórico transformaram-se num dos eixos da relação de dominação?

Parece-me que esta questão não será respondida em algumas linhas de qualquer pesquisa científica ou em alguns livros publicados sobre a época contemporânea, sobre a história, o capitalismo tardio, as guerras ou o pós-modernismo.

Porém, certas interpelações e reflexões sobre tal questão podem oferecer algumas pistas, se resultam da opção por uma metodologia crítica na interpretação do real.

Pretendo, nos limites desta parte da dissertação, dialogar com algumas reflexões críticas, que ao pensarem as possibilidades concretas de ação política procuram um sentido para essas ações, um sentido inserido no movimento histórico e na construção de novas relações sociais.

Ao abordá-las penso que podem contribuir para a compreensão acerca dos processos de formação política engendrados pelo MST, no sentido do conhecimento e interpretação desses processos e no sentido de perscrutar seus principais desafios na atualidade.

Dessa forma, tentei relacionar às questões postas, outras reflexões que incidem sobre uma questão que considero central quando nos reportamos à processos formativos - a questão do conhecimento -, o conhecimento sobre as mudanças históricas gerais, sobre as relações sociais atuais, sobre as formas de exploração, sobre a cultura, etc. Porém, um conhecimento intimamente relacionado à ação política, a *práxis* revolucionária.

Nesse sentido, numa entrevista concedida por Slavoj Žižek ao Programa Roda-Viva, exibido pela TV Educativa, o filósofo esloveno desenvolve uma argumentação, que pode sintetizar o que foi abordado até este momento.⁷⁶ Žižek propõe que pensemos numa possível articulação entre o conceito jamesoniano de *mapeamento cognitivo* e a XI Tese sobre Feuerbach, porém no que o próprio considera como uma inversão das palavras de Marx na famosa *Tese*.⁷⁷ Propõe assim, a

⁷⁶ Programa exibido em 25/10/2008. Disponível em: <http://video.google.com/videoplay?docid=8610224796251814184&ei=8Kr8ScysJIXKwHbzZmxCQ&q=slavoj+zizek>. Acesso em 15/03/2009.

⁷⁷ “Os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de *transformá-lo*”. (MARX e ENGELS, 1998: 103)

necessidade urgente de conhecer e interpretar o real, atribuindo grande relevância ao estudo e produção de uma teoria profundamente crítica.

Para o filósofo, muitas foram as tentativas de transformação do mundo ao longo do século passado, portanto, diante das mudanças *estruturais* do sistema do capital nos últimos anos, conhecê-lo profundamente, torna-se condição para transformá-lo.

Mas, como relacionar sua proposta ao conceito de *mapa cognitivo* elaborado por Jameson?

O mapeamento cognitivo traduz-se na necessidade de se formular uma nova *estética* para enfrentar as novas formas culturais e políticas resultantes das mudanças estruturais ao longo dos últimos anos. Uma “nova arte política”, capaz de produzir sujeitos, que podem pensar e agir, no “novo” espaço globalizado e multinacional. Pode-se assim, refletir sobre o conceito jamesoniano, a partir de duas perspectivas profundamente implicadas uma na outra: na necessidade de se *formar uma nova subjetividade*, dotada de sentido histórico, do sentido ilimitado da história, porém de *um sentido histórico global*, capaz de interpretar as mudanças impetradas pelas formas de dominação ao longo do tempo e do espaço e agir na busca pela possibilidade de potencializar lutas *contra-hegemônicas*. Segundo Jameson:

“Uma estética do mapeamento cognitivo – uma cultura política e pedagógica que busque dotar o sujeito individual de um sentido mais aguçado de seu lugar no sistema global (...) a nova arte política (se ela for de fato possível) terá que se ater à verdade do pós-modernismo, isto é, a seu objeto fundamental – o espaço mundial do capital multinacional – ao mesmo tempo em que terá que realizar a façanha de chegar a uma nova modalidade, que ainda não somos capazes de imaginar, de representá-lo, de tal modo que nós possamos começar novamente a entender nosso posicionamento como sujeitos individuais e coletivos e recuperar nossa capacidade de agir e lutar, que está, hoje, neutralizada pela nossa confusão espacial e social.” (JAMESON, 2004, p. 79)

Essa *confusão espacial e social* constitui parte do processo de perda do sentido histórico, uma vez que no capitalismo tardio há um aprofundamento da fragmentação da experiência, através da maior fragmentação do trabalho e da vida social, somada a uma série de investimentos ideológicos, sobretudo dos meios de comunicação de massa, que contribuem para uma não referência dos sujeitos em relação ao lugar que ocupam nas relações sociais capitalistas.

Como articular este *programa* político – pedagógico, o mapeamento cognitivo, à Tese XI sobre Feuerbach?

Para Maurício Oliveira, o desafio posto pela proposta do mapeamento cognitivo é a *possibilidade* de transcender do plano individual ao plano das lutas coletivas, pois, “o mapeamento cognitivo, pode-se dizer, é a fórmula atualizada da nossa velha e conhecida consciência de classe,

uma teoria do conhecimento para os nossos tempos pós-modernos.” (OLIVEIRA, 2008, p. 56) E acrescenta,

“Uma ontologia marxista do presente deverá (...) promover o mapeamento cognitivo do espaço global e, mais do que nunca, radicalizar a crítica da economia política. Isto, insiste Jameson, implica em resistirmos à tentação de apelar para modelos culturais elaborados em vista de dilemas que pertencem ao passado, ou seja, precisamos reconhecer que o caminho para a modernidade está fechado. A luta pelo socialismo demanda, ao contrário, *arqueologias do futuro*.” (Id., grifos do autor)

Portanto, essa nova subjetividade posta pelo mapeamento cognitivo só poderá ser construída no plano da ação política, com objetivos estratégicos, ou seja, no plano das lutas político-sociais protagonizadas por sujeitos coletivos, organizações políticas e/ou movimentos sociais revolucionários. É nesse sentido, que se pode relacionar a categoria jamesoniana à Tese de Marx sobre Feuerbach, tese que para Sánchez Vázquez demarca a centralidade do conceito da *práxis* no materialismo histórico dialético. Segundo o próprio autor, “(...) a *práxis* ocupa o lugar central da filosofia que se concebe a si mesma não só como interpretação do mundo, mas também como elemento do processo de sua transformação. Tal filosofia não é outra senão o marxismo.” (SÁNCHEZ VÁZQUES, 2007, p. 28)

Diante dessa perspectiva, pode-se indagar a partir da proposição de Žižek, porque é necessário inverter a Tese XI? Somente com sua inversão, o conhecimento é valorizado?

A famosa Tese, assim como vários debates presentes em *A ideologia alemã*, parecem indicar uma relação dialética entre *ser* e *consciência* – abordada anteriormente -, *teoria* – conhecimento e *práxis*, pois neste texto pode-se observar um movimento de superação realizado por Marx e Engels em relação às concepções idealistas dos jovens hegelianos, Bruno Bauer, Max Stirner e Ludwig Feuerbach. Nesse sentido, segundo Leandro Konder,

“Os autores de *A Ideologia Alemã* ilustram sua crítica às distorções ideológicas da tradição *idealista* subjetiva, que supervaloriza o poder das representações, com um exemplo sarcástico: o de um sujeito que insiste em convencer os outros de que os homens só se afogam porque, ao caírem na água, ficam presos à *idéia* de que são mais pesados que a água. Caso venham a se libertar do *pensamento* do peso, conseguirão flutuar.” (KONDER, 2002, p. 39)

A Tese XI está inserida nesse complexo de reflexões constitutivas do *materialismo* histórico dialético, de uma metodologia de interpretação e conhecimento do real profundamente relacionadas

ao próprio real. A leitura da Tese pode ser, dessa forma, feita da seguinte maneira: *os filósofos interpretaram o mundo*, trata-se agora de *interpretá-lo e transformá-lo*, superando a mera interpretação do real e o domínio das idéias sobre os homens tão caros às concepções chamadas também por isso de *idealistas*.

Dessa forma, não se trata de inverter a Tese para valorizar a questão do conhecimento, mas da necessidade de compreendê-la de forma *radical*, ou seja, compreendê-la para além de suas palavras, buscar na *raiz* daquela reflexão – os escritos anteriores – seu mais importante significado, a unidade dialética entre teoria e práxis.

Assim, segundo Sánchez Vázquez,

“Pensamos precisamente no próprio marxismo como filosofia que – de acordo com a tese XI sobre Feuerbach – tem presente que se trata não só de interpretar o mundo, mas também de transformá-lo (...)

(...) A teoria em si não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem de sair de si mesma e, em primeiro lugar, tem de ser assimilada pelos que hão de suscitar, com seus atos reais, efetivos, essa transformação. Entre a teoria e atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, da organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passo indispensável para desenvolver ações reais efetivas.”(SÁNCHEZ VÁZQUES, *op. cit.*, p. 235-236)

A partir dessas reflexões, podem-se subtrair alguns eixos tangentes ao objeto de estudo desta dissertação. Eixos que formam nexos e mediações no movimento de compreensão dos processos formativos engendrados pelo MST. A partir de duas questões centrais, a questão da consciência e a recuperação do sentido histórico – da *história como possibilidade*, tentou-se reunir elementos que contribuíssem para uma abordagem histórica e dialética, que permita perscrutar relações entre consciência de classe, teoria, conhecimento, formação política e ação política. No capítulo seguinte tentarei proceder a análise destas relações na experiência formativa do MST.

Proponho a partir desse ponto um retorno a Benjamin e suas *Teses sobre o conceito da história*, com o intuito de relacionar – e reafirmar - a importância do conhecimento sobre o

capitalismo, da teoria, da formação humana, da formação da consciência de classe com a recuperação de um sentido e perspectiva histórica para os sujeitos sociais. Sentido este e sujeitos estes, inseridos em processos de lutas coletivas que não somente vislumbrem, mas que atuem na construção de outro projeto societário. Assim, pode-se traçar assim um diálogo entre a proposta de Zizek, o mapeamento cognitivo *jamesoniano* e a perspectiva de história *benjaminiana*. Pois, segundo Benjamin, em sua tese 12,

“O sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida, a classe combatente. Em Marx ela se apresenta como a última classe escravizada. Em Marx ela aparece como a última classe escravizada, como a classe vingadora que consome a tarefa da libertação em nome de gerações de derrotados. Essa consciência, reativada durante algum tempo no movimento espartaquista, foi sempre inaceitável para a social-democracia. Em três decênios, ela quase conseguiu extinguir o nome de Blanqui, cujo eco abalara o século passado. Preferiu atribuir á classe operária o papel de salvar gerações *futuras*. Com isso, a privou de suas melhores forças. A classe operária desapareceu nessa escola tanto o ódio como o espírito de sacrifício. Porque um e outro se alimentam da imagem dos antepassados escravizados, e não dos descendentes libertados.”
(BENJAMIN, 1993, p. 228-229)

A Tese de Benjamin vem elucidar portanto, a importância do sentido histórico, do sentido do passado e do presente para àqueles que são os atores da história, do conhecimento, das transformações sociais e da emancipação humana. Recuperar o sentido crítico da história é recuperar as ações vitoriosas e derrotadas de interrupção da lógica do capital. Trata-se de ir contra a ideia da inevitabilidade do presente que vivemos, “*escovando a história a contrapelo*”, recuperando os sentidos das lutas coletivas do passado, para elaborar uma reflexão que possibilite novas estratégias de enfrentamento da ordem societária atual.

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO POLÍTICA NO MST: PROCESSOS, DESAFIOS E DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Em seu processo de formação política, o MST tem realizado investimentos em espaços diferenciados e a partir de experiências diversas, aliando pedagogia da luta, pedagogia do trabalho, pedagogia da organização, pedagogia da cultura e pedagogia da história. Baseando-se na concepção *formar-se na ação* o movimento indica dois caminhos importantes para o seu projeto de formação.

Primeiro, a concepção - traduzida em *diretriz política da formação* – acerca da relação entre teoria e prática. Segundo essa concepção a formação deve *partir da prática social* do movimento construindo-se a partir de suas ações, de sua *práxis política*. Nesse sentido para Ademar Bogo:

“A formação deve ser um processo permanente, para assimilar os objetivos e capacitar a militância, para intervir na realidade em que vive para transformá-la. O ponto de partida da formação deve ser a prática social. A partir dela, ter acesso à teoria para que esta possibilite compreender, orientar e corrigir, voltando à prática, construindo assim, um movimento permanente prática-teoria-prática.” (BOGO, 2003, p. 182)

Em segundo plano, para o MST, a formação é um *processo amplo e abrangente*, pois suas ações comportam um leque de experiências e espaços onde a formação pode se desenvolver, com peculiaridades e objetivos diversificados. Por isso a formação desenvolve-se a partir da prática, da experiência, do conhecimento científico, da memória cultural, da disciplina, do exemplo, da convivência, do sacrifício, do trabalho produtivo e da prática do exercício de avaliação (crítica e autocrítica).⁷⁸

Segundo Bogo,

“O MST desenvolve a filosofia da formação política de seus militantes, através da participação, na recriação da vida cotidiana, na cooperação em seus diferentes sentidos e no resgate dos valores com novo conteúdo (...) Assim é que o processo de formação pode se dar de diferentes formas: através de cursos rápidos, cursos prolongados, leituras individuais, convivência social, viagens, manifestações, marchas, etc.” (*Ibid.*, p. 160)

⁷⁸ MST, *Construindo o caminho*, 2001, p. 118-122.

Apesar desta abrangência, existem espaços diferenciados para o estudo, pesquisa e capacitação, onde se realiza a formação técnica e a educação formal, assim como espaços privilegiados para a formação política, para a formação de quadros. No entanto, cabe salientar a distinção entre esses espaços tendo em vista que conformam *partes* de um *todo* orgânico, como elementos de um mesmo projeto e como instâncias que dialogam.

Para o MST, a preocupação com o estudo e a formação da consciência é *permanente*, por isso, compõem o quadro de *princípios organizativos* do movimento. Segundo Roberta Lobo Silva, o MST atua com a concepção de integração entre esses elementos, pois mesmo que a questão da escolarização não esteja posta de modo formal em muitos cursos de formação, “em todos os cursos que atendem às demandas de escolarização, a questão da formação política está presente”. (TEIXEIRA e SILVA, 2007, p. 120) Por isso, é importante separar, sem fragmentar, os investimentos em educação e formação política realizados pelo MST. E, portanto, a relação entre esses dois *princípios* vem indicar, que a construção de reflexões sobre a formação não pode abstrair elementos como o estudo, a produção de conhecimento e a escolarização.

O próprio MST tenta provocar reflexões sobre essa relação na apresentação da Cartilha que tem por objetivo a *efetivação* de seu *Programa de Formação de Quadros*, ao afirmar ser necessária, “a compreensão do significado do conhecimento nas várias dimensões do ser humano, estimulando assim um novo momento em que a escolarização passa a ser compreendida como um espaço de formação política”.⁷⁹ Nesse sentido, a ENFF em sua definição também se apresenta como uma escola para além de seu espaço físico, geográfico e formativo, ao ser uma das principais instâncias do MST a estabelecer convênios com universidades brasileiras, investindo assim na constituição de espaços formais de educação, onde valores, a ética, a moral, a crítica, o espírito de indignação e recusa são trabalhados.⁸⁰

No leque de espaços onde a formação pode se desenvolver, em suas *três dimensões* - formação de massa, de militantes e de quadros - e em cursos formais (reconhecidos pelo Ministério da Educação – cursos de graduação, pós-graduação e especialização)⁸¹ e cursos não-formais, destaca-se para o estudo ora proposto, os *cursos de formação*, que são portanto, não-formais. Esses espaços comportam metodologias e conteúdos direcionados à formação da consciência, perpassando as três dimensões acima, além de possibilitarem o estudo sistemático através da socialização de conhecimentos implicados na transformação social, vinculados a um projeto de sociedade.⁸²

⁷⁹ MST, *Desafios da Formação*, 2003.

⁸⁰ MST, *Escola Nacional Florestan Fernandes* - Caderno Informativo, 2009.

⁸¹ Os cursos formais são fruto de convênios com instituições universitárias através da ENFF e do ITERRA.

⁸² Na edição especial da Revista Sem Terra, o MST destaca dentre seus principais cursos coordenados pelo Setor de Formação / ENFF, os Cursos Básicos de Formação de Militantes; História da Luta de Classes no Brasil; Economia

O MST, partindo da articulação de seus três elementos pedagógicos básicos - *estudo*, *trabalho produtivo* e *trabalho de base* – adota como metodologia para seus cursos, sejam eles formais ou não, a *Pedagogia da Alternância* – tempo-escola e tempo-comunidade. Essa metodologia comporta um dos aspectos que pretendo aprofundar a partir das minhas análises: a relação entre teoria e prática. Para Geraldo Gasparian, membro da Coordenação Político-Pedagógica da ENFF,

“Para fazer essa relação entre a teoria e a prática, o militante vem para a escola – *ENFF* – , ou vai para a universidade, pelo período de trinta ou quarenta dias, conforme o curso. Fica esse período intensivo, estuda de manhã e à noite, depois retorna para seus assentamentos, para sua atividade produtiva, para sua atividade político-organizativa (...) depois, retorna para a escola novamente (...) sempre com essa preocupação de equacionar teoria com a prática, de refletir a própria prática permanentemente, de elaborar uma teoria que possa contribuir com o trabalho na comunidade.”⁸³

No arco das experiências que tive contato, delineadas nas considerações iniciais desta dissertação, optei por considerar referência para a análise dois cursos de extensão - *Realidade Brasileira* e *Teorias Sociais e Produção de Conhecimento* - realizados em Universidades; e um curso de formação política realizado na ENFF, *Teoria Política Latino-Americana*.

Para essa parte da dissertação tentarei construir nexos entre a observação aos cursos que acompanhei - antes e durante o processo de pesquisa -, as reflexões que o MST produziu e produz sobre o tema - em textos e/ou cadernos editados e documentos de circulação interna do movimento -, assim como as pesquisas de autores que se dedicam a compreender o movimento e seu investimento formativo.

Quanto ao meu trabalho de observação, cabe salientar que é fruto de uma ação coletiva de sujeitos que se disponibilizaram a atuar como formadores - mesmo que esses sujeitos não estivessem anteriormente organizados, como um coletivo de formadores, por exemplo-. Portanto, minha observação está inserida num processo de formação, no qual atuei, no papel de educadora na orientação dos trabalhos e/ou sínteses elaboradas pelos militantes ao final de cada curso. Por se tratar de uma ação em que a participação era coletiva e não individual, minhas reflexões são fruto também dos debates e diálogos entre os mais variados sujeitos inseridos nesse processo. No rol desses debates destaco o diálogo entre os próprios formadores / educadores, entre educadores e

Política da Agricultura; História do pensamento Político Brasileiro; Sociologia Rural; Formação de Formadores; Curso de Extensão Teorias Sociais e Produção do Conhecimento – UFRJ; e Especialização em Estudos Latino-Americanos – UFJF / MG; Curso de Especialização em Economia Política – UFES; Mestrado em Sociologia – UFPB. Revista Sem Terra, ano X, n 48 – Jan / Fev 2009.

⁸³ Entrevista a Geraldo Gasparian realizada por Luiz Monteiro Teixeira (*apud* TEIXEIRA, 2007, p. 89)

educandos, as discussões nas instâncias dos cursos, sejam aulas ou plenárias e nas coordenações político-pedagógicas (CPP's).⁸⁴

Segue uma apresentação dos cursos a partir dos seus objetivos, público alvo, conteúdos, metodologias. Nessa apresentação alguns aspectos serão apontados para em seguida se proceder à construção das análises.

Curso de Extensão Realidade Brasileira

O *Realidade Brasileira*, é parte do processo no qual o MST, a partir do diálogo com outros movimentos sociais, sobretudo a Via Campesina, o Movimento Consulta Popular e Universidades Públicas, investe na *ampliação e articulação de lutas* e na *resignificação orgânica* de seus espaços formativos.⁸⁵ Portanto, a construção do curso em questão está intimamente relacionada a uma certa perspectiva elaborada naquela conjuntura. Essa perspectiva traduz, além de seu objetivo principal - a formação de militantes e quadros capazes de compreender as mudanças que se desenvolviam na política e economia do país, com o intuito de traçar estratégias para intervir nessa realidade -, também a possibilidade dos espaços formativos comportarem iniciativas de articulação do MST com outros movimentos e sujeitos sociais. Nesse sentido, segundo Pizetta,

“(...) o MST percebe, sobretudo a partir da década de 90, a necessidade de se articular política e institucionalmente, com outros parceiros da sociedade brasileira, dentre os quais, ganham destaque as universidades públicas. Estas parcerias não se fazem, entretanto, numa perspectiva meramente conjuntural, mas partem da certeza de que é necessário, também 'ocupar o latifúndio do saber', ou seja, os espaços de produção e de socialização de conhecimentos, dos quais as universidades são os exemplos mais evidentes.” (PIZETTA, 2007 b, p. 7)

A primeira experiência do Curso Realidade Brasileira foi realizada em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) entre 2001 e 2003. A aproximação entre o MST e esta Universidade surgiu um pouco antes, no ano de 1999, ocasião em que uma das colunas da *Marcha Popular pelo Brasil* passou pela cidade de Juiz de Fora. Nessa ocasião estabeleceu-se uma parceria entre a ENFF e a UFJF para a realização do Projeto de Extensão “Realidade Brasileira para Jovens

⁸⁴ Como método de trabalho formativo, o MST atua com coordenações em suas escolas e cursos. Para cada curso forma-se uma CPP, que pode ser composta por militantes do MST junto com militantes dos outros movimentos que participam do curso, e no caso das universidades, também com professores e funcionários inseridos no processo.

⁸⁵ Este processo, que se desenvolve entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, foi abordado no item, *Formação política como princípio*, do primeiro capítulo desta dissertação.

do Meio Rural”. A partir desse projeto, o movimento propôs um curso de caráter mais amplo, que “abordasse os diversos aspectos da realidade brasileira, numa perspectiva histórica e contemporânea, analisando-a a partir dos grandes pensadores brasileiros”⁸⁶. Assim, construiu-se o projeto de extensão *Realidade Brasileira*.

A partir dessa experiência, o MST passou a estreitar laços e construir parcerias com outras instituições universitárias para a realização de outros.⁸⁷ Para Roberta Lobo Silva, essa experiência abrirá caminho para que outras formas de parcerias entre o MST e as universidades sejam propostas e realizadas, pois

“A experiência dos cursos de Realidade Brasileira possibilitou a realização dos cursos na área de história, da teoria social, da agronomia e dos estudos latino-americanos, variando seus caráter de extensão universitária, graduação e pós-graduação, de acordo com as necessidades do MST e as condições oferecidas pelas Universidades.” (SILVA, 2005, p. 138)

Portanto, a concretização do *Realidade Brasileira* é um dos passos importantes no processo que o MST já vinha desenvolvendo em relação às universidades. Outro marco importante nesse processo, foi a formalização dos cursos de formação de professores, *Pedagogia da Terra*, como graduação.⁸⁸ Pode-se apreender dessas parcerias uma estratégia de aproximação do MST em relação às universidades a partir de frentes diferenciadas, do investimento na educação formal ao investimento nos cursos de formação, este último sobretudo através de projetos de extensão.

O curso Realidade Brasileira assumiu contornos diferentes em algumas das universidades onde foi realizado. Havia uma proposta original, que se concretizou na primeira turma da UFJF e continua sendo concretizada em outras universidades. Mas, em alguns desses espaços, essa proposta foi se adequando às relações com os sujeitos inseridos no processo, desde os professores comprometidos com o curso ao público que se tinha por meta formar.

⁸⁶ BEZERRA, RODRIGUES e PIZETTA, 2007, p. 9.

⁸⁷ No próprio âmbito da UFJF, a parceria para a realização do *Realidade Brasileira* abrirá a possibilidade da construção, a partir de 2003, de um convênio para um curso de especialização, o Curso de Especialização em Estudos Latino-Americanos.

⁸⁸ Segundo Roseli Caldart, entre os anos de 1995 e 1997, o MST fez “audiências e reuniões com diversas Universidades Federais, Estaduais e Comunitárias, especialmente do centro-sul do país”, com o intuito de formalizar convênios para criar o primeiro curso do magistério superior voltado para a educação do campo, o Pedagogia da Terra. (Apud TEXEIRA, 2007, p. 24). Nesse processo, a Universidade de Brasília sediou o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária. Para Luiz Monteiro Teixeira, “a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o PRONERA, em 1998, pelo governo federal”, fruto dessas mobilizações, facilitou as negociações com as universidades. (*Ibid.*, p. 67) A partir de então, novas parcerias com outras universidades foram sendo realizadas para a o curso de formação de professores, como as Federais do Espírito Santo, do Pará do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Pernambuco e a Estadual de Mato Grosso. Porém, essas mesmas parcerias abriam possibilidades de outros canais de diálogo com as instituições universitárias.

A proposta inicial do curso era abordar elementos que formavam a realidade histórico-social brasileira a partir do estudo de nossos grandes pensadores, como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Ruy Mauro Marini, entre outros.

Já na parceria com a Universidade Federal Fluminense, o curso foi construído com base em eixos teórico-metodológicos, como o estudo da economia política, e em relação à realidade brasileira, com os eixos de história das lutas de classes no país.

Na UFF, pode-se observar como questão motivadora para o novo conteúdo do curso, a formação teórica da maior parte dos professores inseridos no projeto. Grande parte deles são historiadores, que trabalham a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético e têm como objetos de estudo o Capitalismo, o Estado, Classes Sociais e Luta de Classes e Cultura.

Outra questão relevante para a proposta diferenciada foi o público que ele atendia. Esse público era em sua grande parte formado por militantes de movimentos urbanos, da cidade do Rio de Janeiro, que estavam pela primeira vez participando de um curso de formação política. Além disso muitos deles eram jovens. Também formavam o público de educandos, militantes do MST, sobretudo da região norte-fluminense, porém, entre esses, a maioria já havia passado por experiências formativas.

Com um público formado em grande parte por sujeitos que não haviam passado pela experiência da formação política, tentou-se construir um programa que abordasse os conceitos básicos do materialismo histórico, assim como questões relacionadas à realidade brasileira. Esse programa foi construído a partir de diálogos entre os militantes do MST, sobretudo do coletivo de Formação do Estado do Rio de Janeiro e os professores da Universidade.

A metodologia adotada no *Realidade Brasileira* tem por base a *Pedagogia da Alternância*, com o tempo em que os militantes se direcionavam à universidade, para o estudo, que compreendia leituras, aulas e debates e o tempo em que voltavam para suas tarefas políticas cotidianas. O curso tinha duração de doze a dezoito meses e as etapas eram realizadas em encontros mensais, um encontro por mês (nos fins de semana).

No tempo-escola, os militantes dividiam-se em equipes responsáveis pela infra-estrutura e pela realização do curso naqueles dias, como alimentação, saúde, limpeza, coordenação, mística, eventos culturais, entre outros. E no tempo-comunidade, esperava-se que os militantes cumprissem algumas das leituras relativas ao curso, além de que voltassem para suas atividades em suas organizações e/ou movimentos.

Como já apontei, para a segunda turma deste curso, que se realizou entre 2006 e 2007, houve a inserção do trabalho de monitores / orientadores / educadores com o objetivo de contribuir

no “desenvolvimento do estudo dos educandos, visando assegurar a apreensão (leitura) e a produção de uma reflexão escrita (Trabalho de Conclusão de Curso- TCC)”⁸⁹.

Muitos foram os debates que se realizaram no espaço e tempo do curso sobre a questão dos trabalhos de conclusão. A partir destes debates decidiu-se por duas questões importantes. Primeiro, que a turma deveria apresentar ao final do curso duas reflexões, dois trabalhos, um individual e outro coletivo. Para o trabalho coletivo, a proposta era de que se realizasse através de meios diferenciados da síntese escrita, como vídeos, painéis, fotografias, música, poesia, teatro, etc. Outra questão importante foi a divisão dos educadores em eixos, baseados nos módulos teóricos que compunham o curso, criando linhas de orientação dos trabalhos individuais, com o objetivo de estimular uma certa escolha, aproximação e aprofundamento dos educandos para com o objeto sobre o qual gostariam de escrever.

Os conteúdos teóricos do curso eram divididos em cinco módulos centrais: *Metodologia da Organização, Teoria e Metodologia, História das Lutas de Classe no Brasil, Classes sociais e Lutas de Classes no Brasil Contemporâneo e Projetos Nacionais e Projeto Popular para o Brasil*. Cada módulo era composto por aulas expositivas que se dividiam entre os fins de semana.

O debate acerca dos *Projetos Nacionais e Projeto Popular para o Brasil* encerrava o curso, com o intuito de sintetizar as reflexões e apontar para as alternativas acerca da construção de um Projeto Popular para o país. Neste último módulo os militantes socializavam com toda a turma suas elaborações escritas ao longo do curso, ou seja, o trabalho de conclusão de curso com o objetivo de realizar um diálogo entre as principais temáticas abordadas.

Curso de Extensão Teorias Sociais e Produção de Conhecimento

Este curso resulta de um convênio do MST/ Escola Nacional Florestan Fernandes com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essa parceria se realiza com o apoio das seguintes instâncias da universidade: Pró Reitoria de Extensão; Decania do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH); Escola de Serviço Social e Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH).

A coordenação geral desta experiência na universidade é realizada pela Coordenação de Extensão do NEPP-DH e da Escola de Serviço Social. As atividades acadêmicas do curso, como programa, conteúdos e metodologia ficam a cargo de um conjunto de sujeitos inseridos no processo. Esses sujeitos compõem a Coordenação Político Pedagógica do Curso – CPP - formada também pela Coordenação de Extensão do NEPP-DH, representantes da ENNF, representantes da

⁸⁹

Projeto de Ação Pedagógica da Equipe de Monitoria, Curso de Extensão Realidade Brasileira, 2006.

Escola de Serviço Social, professores da Educação e/ou Economia, além da representação do grupo de orientadores das monografias (alunos da pós-graduação em Serviço Social) e, atualmente, ex-doutorandos e professores da Universidade Federal Fluminense. Desde a realização de sua primeira turma, a coordenação do curso tem investido na participação tanto de alunos pós-graduação como da graduação. Aos graduandos - bolsistas de extensão - ficam reservadas atividades de apoio técnico e administrativo e aos pós-graduandos, além da inserção de alguns deles na CPP do curso, o trabalho de orientação metodológica na construção dos trabalhos finais elaborados pelos militantes que fazem o curso.

O curso tem como objetivos,

“Formar educadores e educadoras de movimentos sociais em uma perspectiva interdisciplinar, assegurando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, capaz de produzir análises críticas sobre a realidade brasileira e internacional, contribuindo para a universalização da cidadania e do acesso à educação e à cultura;

Promover estudos e pesquisas alicerçados em metodologias participativas nas diversas áreas do conhecimento;

Possibilitar o fortalecimento do papel da Universidade como espaço público de produção e socialização do conhecimento, assim como de estudos e debate sobre os grandes temas da sociedade contemporânea, e dos Movimentos Sociais nesse contexto;

Favorecer o intercâmbio entre os Movimentos Sociais e a Universidade, ou seja, entre os (as) educandos (as), professores e a comunidade universitária.”⁹⁰

Com duração entre dois anos e meio a três anos, o curso é dividido em etapas alternadas construídas também em acordo com a perspectiva da *Pedagogia da Alternância*.⁹¹ As etapas são realizadas nos períodos de férias universitárias, normalmente nos meses de janeiro ou fevereiro e julho. Em cada etapa, os educandos permanecem entre 15 a 20 dias no espaço da Universidade, com aulas pela manhã e tarde, debates em núcleos, tempo para estudo, orientação das monografias e atividades culturais, como cines-debate, apresentações teatrais, saraus literários e musicais, entre outros no período da noite.

Entre os anos de 2002 e 2006 formou-se a primeira turma, entre 2006 e 2009 a segunda, e em fevereiro de 2009 deu-se início às atividades da terceira turma. Cada turma conta em média com

⁹⁰ Informações reunidas no site do NEPP-DH. Disponível em www.nepp-dh.ufrj.br/tspc.html. Acesso em 20 de Dezembro de 2009.

⁹¹ Neste curso, diferentemente de outros cursos realizados pelo MST, o tempo-escola é dedicado especialmente ao estudo, ou seja, os militantes não se responsabilizam por nenhuma outra atividade além das aulas, debates, leituras individuais e coletivas.

60 alunos-trabalhadores. O público-alvo do curso é constituído por militantes - em sua grande parte dirigentes - de movimentos sociais rurais e urbanos, dentre os quais se destaca, além do MST, a Comissão Pastoral da Terra e a Consulta Popular.

A metodologia e os conteúdos gerais do curso tem por base o referencial teórico-metodológico pautado pelo materialismo histórico-dialético. Para Maria Lídia Silveira, esse ponto de vista, “implica necessariamente no estabelecimento das relações da ciência com a luta de classes; e na adoção de categorias fundamentais para o Método Dialético: a historicidade, a contradição e o princípio da totalidade.”⁹²

Assim, ao longo das etapas do curso serão abordados e aprofundados os seguintes conteúdos teórico-metodológicos: *Construção da Dialética a partir da História da Filosofia; Formação do Estado Moderno; Ideologia e Consciência Social; Ideologia e Produção de Conhecimento; Formas Organizativas e de participação social; Realidade brasileira; América Latina - território, geopolítica e população; e Metodologia da Pesquisa*, voltada para o processo de sistematização e síntese dos trabalhadores.

Como em outros cursos do MST, aos alunos-trabalhadores é proposta a elaboração de uma síntese escrita a ser socializada na etapa de encerramento das atividades. Muitos foram e são os debates realizados nas CPP's dos cursos acerca dos objetivos da elaboração de um texto escrito. Para o curso em questão, um dos resultados significativos desses debates traduz-se na perspectiva proposta aos militantes: a elaboração de sínteses que relacionem suas práticas militantes ao debate sócio-político mais denso com base no conteúdo propiciado durante o curso.

Como já foi apontado, há neste curso a inserção de estudantes da pós-graduação, como também de professores, no trabalho de orientação da elaboração das sínteses individuais. Essas orientações baseiam-se em alguns critérios e procedimentos gerais. Dentre esses critérios, deve-se trabalhar a partir do planejamento das atividades e do diálogo entre os orientadores, com o objetivo de que a orientação metodológica seja construída de forma coletiva. Além disso, segundo Maria Lídia, é essencial,

“O esforço em ter como referência o Método;

Tomar também como ponto de partida dos sujeitos-trabalhadores-alunos participantes, o senso comum presente na sua inserção e explicação da vida, como algo que está inscrito na sociedade burguesa;

Fornecer, para além das ferramentas teóricas mais gerais trabalhadas pelo curso, a possibilidade de feitura de mediações, de uso de outras categorias teóricas que auxiliem na articulação entre o universal e o particular;

⁹² SILVEIRA, Maria Lídia Souza. “O esforço metodológico presente no curso *Teorias Sociais e Produção de Conhecimento* – pequena sistematização”. Em: *Cadernos do ITERRA*, ano VII, n 14, novembro de 2007, p. 74.

Acolher indistintamente a todos, trabalhando as diferenciações teóricas, de acúmulo intelectual e de maturidade política e até geracional, num esforço de que a movimentação das orientações aos trabalhadores não privilegie os portadores de elaborações mais refinadas, ou ainda as formulações mais politizadas.”⁹³

O trabalho de orientação metodológica das sínteses inicia-se com uma aula, ministrada pelo grupo de orientadores, sobre as razões da elaboração do trabalho, sua forma e conteúdo. Nesse espaço, os orientadores apresentam a perspectiva de relação do trabalho com a prática social dos militantes e os referenciais teóricos do materialismo histórico-dialético. Além disso, enfatizam também a perspectiva de que este trabalho será resultado do esforço coletivo e individual, uma vez que, será elaborado a partir de debates coletivos e reflexões individuais realizadas no curso, assim como no próprio processo de orientação. Nesse primeiro contato com os orientadores, os educandos devem apresentar uma temática que lhes interessa escrever, com uma pequena justificativa. A partir da reunião dos temas, os orientadores propõem linhas de pesquisa, que devem reunir temáticas relacionadas a uma questão central.

Curso de Formação em Teoria Política Latino-americana

O Curso *de Formação em Teoria Política Latino-americana* é fruto da articulação entre a ENFF, movimentos sociais rurais e urbanos do Brasil, América Latina, Caribe e Moçambique, a maioria deles ligados à Via Campesina. Esse Curso compõe o Núcleo de Cursos Latino-americanos da ENFF, juntamente com o *Cone-Sul* e o *Formação de Formadores latino-americanos*.⁹⁴

Por tratar-se de um curso de formação política, o Curso *Latino* é coordenado pela CPP da ENFF com a contribuição de alguns militantes de outros movimentos sociais que já passaram pela experiência do próprio curso. O objetivo central do curso é oferecer um amplo e sistemático processo de formação política através do estudo da teoria, história, filosofia e cultura latino-americanas com base no materialismo histórico dialético. Para a ENFF, este curso pretende possibilitar a “compreensão do processo histórico, econômico e político de desenvolvimento do

⁹³ *Id*, p. 76.

⁹⁴ O *Cone-Sul* pode ser considerado o primeiro curso do MST no âmbito latino-americano. Com frequência anual e duração de 40 dias, reúnem militantes do Brasil, Paraguai e Argentina desde 1999. O *Formação de Formadores latino-americanos* é um curso mais recente - contemporâneo ao Curso *Latino* - , desenvolve-se em etapas anuais durante cerca de 30 dias e reúne militantes do Brasil, Paraguai, Venezuela e Bolívia.(Entrevistas de José Luis Rodrigues e Adelar Pizetta)

capitalismo, assim como das formas de organização e resistência que a classe trabalhadora tem construído no continente.”⁹⁵

Como *curso prolongado*, tem duração de 4 meses. Durante esse período, entre os meses de julho a novembro, os militantes permanecem nas instalações da ENFF para cumprir o cronograma e tarefas do curso. Dentro do cronograma, há a previsão de algumas viagens, com o intuito de realizar visitas a ocupações, acampamentos e assentamentos, a outras escolas do MST, a experiências de luta por moradia urbana ou de levá-los à algum espaço de cultura e lazer.

Desde de 2007, a ENFF formou três turmas neste curso. Cada turma comportou de 70 a 80 militantes entre brasileiros, argentinos, paraguaios, chilenos, bolivianos, colombianos, mexicanos, venezuelanos, nicaraguenses, cubanos, haitianos, moçambicanos, etc. Segundo a própria ENNF, passaram pelo curso “mais de 160 representantes de 62 organizações que atuam em 21 países.”⁹⁶ O público-alvo portanto, é constituído por militantes oriundos de movimentos do campo e/ou da cidade de diversas partes do Brasil, *Nuestra América* e África.

Por se tratar de um curso com bastante tempo de duração, o conteúdo abordado é significativamente amplo. As aulas, em sua maior parte expositivas, são ministradas por professores e intelectuais brasileiros e estrangeiros, além de dirigentes de movimentos sociais e/ou organizações políticas. Cada conteúdo / módulo pode ser estudado durante uma ou mais semanas. Os dias são organizados com aulas pela manhã e à tarde, com períodos para estudo e elaboração da síntese escrita e o tempo dedicado ao trabalho nas equipes que constituem a estrutura do curso. Além disso, existem dias reservados ao trabalho de orientação das sínteses, ao trabalho voluntário para manter o funcionamento adequado da Escola e dias livres.

Dentre os principais conteúdos abordados, pode-se destacar, *História do MST; História da América Latina e Caribe; Formação Econômica da América Latina no século XX; Princípios Básicos da Filosofia; Economia Política; Teoria Política; Teologia da Libertação; História das Revoluções na América Latina; Pensamento Revolucionário Latino-americano; Imperialismo e Pós-modernismo; Formação da Consciência.*

Como nos outros cursos, este também tem como instrumento de encerramento a elaboração de uma síntese escrita, e para tal, atuam, assim como nas experiências apresentadas nesta dissertação, um grupo de orientadores. Porém, nesse curso, o trabalho de orientação metodológica para elaboração das sínteses é desenvolvido, em sua grande maioria, por sujeitos que possuíam experiência em processos parecidos. Dessa forma, o grupo de orientadores dessa experiência é composto por alguns dos sujeitos que já trabalhavam no *Teorias Sociais e Produção de Conhecimentos*, assim como sujeitos que participaram de outras experiências formativas do MST.

⁹⁵ MST, *Escola Nacional Florestan Fernandes – Caderno Informativo*, 2009.

⁹⁶ *Id.*

Nas três turmas do curso, os educandos foram distribuídos em linhas temáticas, construídas a partir da apresentação e posterior alocação das propostas de temas para estudo. Em geral, as linhas construídas abarcam as seguintes temáticas: Capitalismo Contemporâneo. Questão Agrária, Meio Ambiente e Recursos Naturais; Formação, educação, cultura e questões religiosas; Padrões de dominação e processos de resistência: Gênero, Classe, Etnia, Geração; Teoria da organização e da Revolução; Questão de economia política.

As sínteses escritas deveriam ser socializadas na etapa final do curso, e suas principais temáticas abordadas, levadas à plenária final, com o intuito de construir uma pauta de discussões políticas entre os sujeitos inseridos neste processo.

No procedimento das análises, tentarei compreender alguns aspectos que se podem relacionar à principal interpelação que move esta dissertação - a (re) construção do sentido histórico-.

O primeiro aspecto seria a compreensão acerca da *metodologia* em processo no MST para a formação política. Processo este que mescla elementos de suas formas de luta e elementos das experiências e reflexões acerca da *educação popular*, sobretudo a relação *teoria e prática*. Ainda em relação à metodologia, tentarei refletir sobre questões relativas ao *estudo*, à sistematização, *socialização* e “produção de conhecimento”.

Os cursos apresentados, como apontei anteriormente, traduzem-se em experiências que possibilitaram a interpelação sobre algumas questões pertinentes ao processo de formação política desenvolvido pelo MST. Cumpre salientar que os alinhavos construídos no movimento da análise não tem como prioridade o olhar sobre estes cursos, mas também o arco de elementos sobre a formação política - documentos elaborados pelo MST, entrevistas realizadas e as pesquisas sobre o tema - em diálogo com o quadro teórico sobre o qual me aprofundei no segundo capítulo.

Porém, as experiências dos cursos apresentam questões concretas que destaco como *desafios* na compreensão da formação política, como a escolha dos conteúdos teóricos abordados, o perfil dos militantes para os quais os cursos são construídos, a dinâmica das aulas, a proposta de elaboração de TCC's e a orientação metodológica para tal fim. Tentarei construir reflexões com base no diálogo entre estes desafios e os aspectos centrais da formação, sobretudo a questão metodológica.

O segundo aspecto traduz-se num esforço de reflexão e síntese acerca da *dimensão estratégica* presente no desenvolvimento dos investimentos em formação política protagonizados pelo MST. Um dos elementos abordados nesse sentido será o papel da *articulação*, o processo de alianças com organizações, movimentos sociais e setores da sociedade. Nesta parte, tentarei refletir sobre o sentido da formação política e os desafios postos ao MST a

partir da nova conjuntura histórica de enfrentamento - delineada no primeiro capítulo - bem como do traçado de dimensões estratégicas

1 – Metodologia da formação, conteúdos teóricos e produção do conhecimento: desafios na construção de nexos com a história.

Concepção de metodologia e Educação Popular

O MST tem construído a partir de suas lutas e de suas experiências educativas e formativas, metodologias para desenvolver o estudo e a formação da consciência. Essas metodologias baseiam-se em alguns elementos centrais, como o *estudo*, *trabalho* e *organicidade*, que compõem a sua concepção de formação política. Segundo reflexões do próprio movimento,

“(...) a política de formação do MST é o conjunto de ações políticas, organizativas e de lutas que abrangem diferentes metodologias e conteúdos no intuito de elevar de forma permanente o nível de consciência e de conhecimento da base, dos militantes e dos dirigentes / quadros, buscando o crescimento cultural e político do conjunto da organização.”⁹⁷

Na verdade, além de compor a concepção formativa do MST, esses elementos centrais fazem parte de seus princípios organizativos, e portanto, não dizem respeito só à formação, mas às preocupações gerais deste movimento social.

Dessa forma, esta metodologia desenvolve-se a partir dos princípios e instâncias do movimento assim como de suas lutas concretas. Além disso, muitos desses elementos foram herdados da tradição das lutas de classe, das organizações políticas de esquerda e dos projetos de educação libertadora e educação popular. Trata-se de uma metodologia construída e reconstruída historicamente.

A metodologia a que me refiro é o conjunto de ações e procedimentos que sustentam o *fazer*, a *realização*, o *modo de ser* da formação política no MST, desde a escolha da temática central do curso, aos conteúdos, público participante, organização das aulas, articulação com as ações concretas e outras atividades. Portanto este *modo de ser* não resulta numa estrutura mecânica numa forma pronta e acabada, porque mesmo que exista por parte do movimento um significativo rigor em seu método de trabalho, isso não significa rigidez. Na verdade, pode-se perceber que há um fio, uma base de sustentação para essa metodologia assim como possibilidades para sua recriação.

⁹⁷ MST, *Resgatar para aprofundar e avançar na formação política e ideológica dos militantes do MST*, 2002 (mimeo.), p. 5

O MST é um movimento social que se construiu a partir de algumas heranças políticas do Brasil e *Nuestra América*. Essas heranças também podem ser percebidas na elaboração da concepção metodológica da formação política, que tem por referência os elementos da *Educação Popular*.

A metodologia da *Educação Popular* traduz-se como principal influência nos processos de formação política protagonizados por partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais latino-americanos. Para Nestor Kohan, esses processos são parte de uma longa tradição de lutas no âmbito das concepções acerca da educação “libertadora” em nosso continente, pois

“(…) se inserem desde a concepção militante da educação da Universidade Popular Gonzáles Prada, no Peru (na qual atuou José Carlos Mariátegui), até a Universidade Popular José Martí, em Cuba (da qual participou Julio Antonio Mella), ambas herdeiras, durante os anos 1920, da pedagogia libertária, inaugurada por Deodoro Roca e seus companheiros da Reforma Universitária de Córdoba, na Argentina, em 1918. Uma tradição pedagógica socialista, anti-imperialista e libertária, da qual Paulo Freire constitui um dos maiores continuadores na segunda metade do século XX.”⁹⁸

Somam-se a esses processos as experiências formativas realizadas no âmbito dos Partidos Comunistas e as experiências protagonizadas por setores progressistas da Igreja Católica, como a Juventude Operária Católica e as CEB's. Todas essas experiências constituíram um processo de reflexão e prática educativa e formativa no continente, do qual o MST faz parte. Porém essas práticas além de se basearem numa concepção de formação libertadora - que tem como objetivo formar sujeitos capazes de atuar na transformação da sociedade -, comportam metodologias diferenciadas em suas práticas.

Em relação à influência dos Partidos Comunistas e das CEB's, Mauro Iasi faz uma importante advertência. Para o autor, a reflexão sobre essas influências deve superar a perspectiva *caricatural* e dualista do “basismo” *versus* “conteudismo”. Segundo essa perspectiva, a formação dos PC's era conteudista, baseada na transmissão da teoria como verdade absoluta, enquanto que a concepção de educação das CEB's era basista, por partir da realidade imediata dos sujeitos inseridos no processo.

Há que se recuperar dessas concepções, segundo Iasi:

“A tradicional formação dos PC's, ainda que inegavelmente dogmática, mostrou-se portadora de uma grande eficácia na socialização e consolidação de valores

⁹⁸ KOHAN, Nestor. “As armas secretas do MST”, em MST, *Cadernos de Estudos da ENFF. A política de formação de quadros*. Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema/ São Paulo, 2007, p. 101.

revolucionários, expressos na incorporação do significado de ser comunista, de ser revolucionário. Ao mesmo tempo os grupos de cristãos comprometidos e sua proposta educativa acabaram por propiciar a emergência do elemento da cultura popular, a preocupação com a mediação das técnicas e da linguagem, o que levou também a resultados bastante significativos tanto na organização quanto a motivação política.” (IASI, 2007, p. 158)

Portanto, ainda para o autor, o movimento de superação das concepções mecânicas acerca da formação, pode ser analisado a partir de uma leitura dialética e não linear dessas influências, sintetizado “no sentido da crítica aos desvios basistas e à relativização exagerada do conhecimento humano acumulado”. (*Id.*) Este movimento terá como expressão nos anos 1970 a formulação da *Concepção metodológica dialética*, que influenciará os processo de *educação popular e formação política*. Essa Concepção resulta na fórmula *Prática - Teoria – Prática (P-T-P)*, ou seja, o processo de educar e formar com ponto de partida na prática social.

As reflexões e métodos de trabalho desenvolvidos por um importante grupo de educadores populares brasileiros - o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio (NEP-13 de Maio), do qual Mauro Iasi faz parte - trazem para esse debate novos elementos. Para o 13 de Maio o *aspecto fundamental* na prática educativa é a *socialização* do conhecimento humano, produzido socialmente, para compreensão e transformação da realidade. Essa concepção indica que a o ponto de partida para a formação comporta a *relação* entre o conhecimento e a realidade imediata, a prática social. Segundo essa perspectiva, o ponto de partida no entanto, não é apenas um dos elementos - a prática -, mas a relação dialética que se engendra no esforço do estudo, da compreensão, a *relação entre o conhecimento e prática social*.

Nesse sentido, ainda para Iasi,

“(…) a relação entre teoria e prática não ocorre da mesma forma na produção do conhecimento e na prática educativa. Todo conhecimento deriva de uma prática, de um contexto histórico, assim como tanto esse conhecimento quanto essa prática são manifestações sociais. Assim, uma prática humana, uma ação social concreta, histórica, possibilita uma reflexão, uma abstração teórica, nela baseada, que será a base para futuras ações transformadoras e novas sínteses teóricas. Portanto, um processo ininterrupto de ações e sínteses sucessivas.” (*Id.*, p. 164)

No âmbito das reflexões do 13 de Maio, consubstanciadas no texto de Iasi, a atividade formativa precisa ser compreendida como um momento da *práxis política*, como um *momento da prática política geral*. Trata-se dessa forma de um momento prático e teórico, pois “a

particularidade desse momento está na sua tarefa específica de refletir, superar a aparência das coisas, buscar compreender a realidade (...) para transformá-la”. (*Ibid.*, p. 165)

No segundo capítulo deste trabalho, a questão da *práxis* foi abordada a partir da reflexão sobre sua centralidade no materialismo histórico dialético. Esse caráter central é elaborado por Marx em algumas de suas obras, sobretudo nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* e nas *Teses sobre Feuerbach*. Segundo Roberta Lobo, para Konder a elaboração do conceito de *práxis* iniciou-se nos *Manuscritos*, mas foi explicitado nas *Teses*, que sintetiza tal conceito como: “ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do auto questionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática.” (KONDER, *apud*, SILVA, 2005, p. 154)

Na análise acerca da metodologia de formação do MST considero, portanto, como um dos elementos centrais, a preocupação em não fragmentar, *a priori*, teoria e *práxis*. Em acordo com a perceptiva do 13 de Maio, será mais relevante procurar compreender a relação dialética posta nos processos formativos, porém, interpelando suas próprias contradições em relação a essa questão.

O modo de ser da formação política no MST resulta da conjugação de matrizes ideológicas, políticas e pedagógicas construídas a partir das linhas políticas centrais do movimento. Sua *matriz político-ideológica*, traduz-se na formação como parte de um projeto de transformação da sociedade, que deve contribuir para implementar estratégias da organização. Dentre a *matrizes pedagógicas*, pode-se apontar a *pedagogia da alternância* (na necessidade de conjugar o tempo da formação, do estudo com o trabalho), a *pedagogia da luta social* (estado de luta permanente), a *pedagogia da organização coletiva*, *pedagogia da terra, trabalho e produção*, *pedagogia da cultura* (necessidade de cultivar a memória da cultura) e *pedagogia da história* (necessidade de cultivar a memória histórica, aprender com o passado e formar-se enquanto sujeito histórico). (CALDART, 2004)

Segundo o MST, o processo de formação política deve ser *crítico, criativo e participativo*. Portanto, a metodologia adotada precisa valorizar os aspectos relacionados ao conhecimento crítico e formar sujeitos capazes de interpretar e agir sobre a sociedade. Além disso, esse processo deve se desenvolver a partir da *práxis política* do movimento – em acordo com sua concepção de *formar-se na ação*, já abordada neste trabalho.

Nesse sentido, segundo Roberta Lobo Silva,

“Podemos sintetizar a formação no MST através de quatro elementos: a organização direta das ações pelos trabalhadores, a valorização da cultura do coletivo e do trabalho político-organizativo, a valorização da teoria e a construção de uma ética baseada nos valores humanistas e socialistas. Portanto, não é apenas a teoria, mas fundamentalmente a

vida centrada na práxis organizativa que alicerça o processo de formação no MST.”
(SILVA, 2005, p. 170)

Assim, a *práxis política*, traduz-se no ponto de partida para a compreensão acerca da metodologia de formação no MST, que direciona a reflexão para a relação entre teoria e prática nesse processo. Sobre essa relação recorro às reflexões de Adelar Pizetta, que afirma:

“A formação da consciência decorre de um processo infinito e permanente de reflexão sobre a prática, e na prática, busca apropriar-se dos conhecimentos já produzidos socialmente e envolve a permanente produção e socialização dos novos conhecimentos que vão sendo gerados graças à vivência da realidade concreta, ou, melhor ainda, dos novos conhecimentos que brotam das contradições dessa realidade; conhecimentos que derivam do confronto das idéias, destas com a realidade e da realidade com as idéias. Processo de produção e reprodução do conhecimento da realidade que assumiu o compromisso de desejar decifrá-la, não apenas para compreendê-la, mas no intuito de transformá-la.” (PIZETTA, 2007 a, p. 243)

Nesse sentido, pode-se observar que a metodologia de formação MST, parte da preocupação em não fragmentar teoria e prática. Há na reflexão de Pizetta, um esforço de relacionar dialeticamente teoria e prática, mesmo que esse esforço não traduza a concepção do 13 de Maio sobre o momento da prática formativa. É importante a compreensão sobre esse momento da prática formativa, porque se trata na essência da reflexão sobre *como ou qual mediação é necessária* para socializar o conhecimento. Por isso, é uma concepção metodológica, pois trata do método, da forma, do procedimento assentado numa particular leitura do Método.

Nesse sentido, para o MST

“...é preciso buscar na realidade os elementos que possibilitem a formulação da metodologia: é importante destacar a prática concreta de cada um como referência básica, mas não se pode ignorar a teoria já elaborada como produtos de experiências passadas que foram extraídas de outras práticas, igualmente verdadeiras.”⁹⁹

E, para Bogo

⁹⁹ MST, *Resgatar para aprofundar e avançar na formação política e ideológica dos militantes do MST*, 2002 (mimeo.), p. 46.

“O ponto de partida da formação deve ser a prática social. A partir dela ter acesso à teoria para que esta possibilite compreender, orientar e corrigir, voltando à prática, construindo assim um movimento permanente prática-teoria-prática (...)” (BOGO, 2003, p. 182)

Na verdade, há no processo de formação do MST uma certa influência do debate metodológico desenvolvido pelos sujeitos que compõem o NEP-13 de Maio. Alguns de seus educadores participam dos principais cursos de formação do movimento, assim como muitos militantes do MST fazem os cursos oferecidos pelo núcleo. Porém, alguns discursos e/ou práticas nesse processo de formação apresentam a influência não somente da *Concepção metodológica dialética* e sua fórmula P-T-P, como da verdade absoluta e inquestionável da teoria ou do método “ver, julgar e agir” da educação cristã progressista. Portanto, leituras distintas do método, produto de diferentes influências teórico-metodológicas.

No entanto, a compreensão da formação política no MST, sua concepção, diretrizes, metodologias e experiências concretas comportam a compreensão de um processo histórico, que assim como o próprio movimento social constitui-se a partir de um conjunto variado de influências e a partir de possibilidades de reconstrução.

Desafios metodológicos

Nos limites deste texto, o traçado das diferentes metodologias priorizará as experiências concretas observadas e tratadas anteriormente. Em relação às experiências concretas, pode-se elencar uma série de aspectos contraditórios, que podem traduzir-se como *desafios metodológicos*, ou seja, como desafios postos à *forma*, ao *método*, ao *como* socializar conhecimentos.

Um primeiro desafio, seria a *elaboração dos conteúdos programáticos dos cursos*. De uma forma geral, os conteúdos apresentam questões de economia política, história e filosofia. Porém, observa-se uma prioridade no eixo da economia política, ou seja, no conhecimento de categorias e conceitos necessários à compreensão das relações sociais do capital em detrimento dos outros eixos. O estudo da economia política é fundamental para entender a realidade sob a qual vivemos – o capitalismo -, porém, o conhecimento da história e elementos da filosofia, sobretudo a dialética, são fundamentais para compreender o processo de dominação.

Nas relações com os educandos, pude perceber um grande desconhecimento para com estes aspectos. Alguns educandos possuíam meios para explicar os conceitos de classe social, luta de classes e/ou mais-valia, porém desconheciam ou realizavam reflexões anacrônicas acerca de lutas históricas que deram origem ao próprio MST, como a Revolta de Canudos.

Observa-se uma certa repetição de conteúdos teóricos em detrimento de conteúdos históricos, o que compromete o conhecimento, uma vez que, faltam aos educandos elementos que contribuam na reflexão sobre a *processualidade*, *contraditoriedade* e *totalidade*. Essa questão é de suma importância para a compreensão do todo, e por mais que a formação seja desenvolvida num *processo*, ou seja, por mais que os militantes tenham a possibilidade de participarem de diferentes experiências e cursos ao longo de sua trajetória, a metodologia e os conteúdos dos cursos poderiam ser construídas com base numa perspectiva dialógica e problematizadora.

Outras questões, como a cultura, a questão de gênero, a compreensão acerca dos povos originários de *Nuestra América* e as demandas de outros movimentos sociais, ocupam espaços residuais nos programas dos cursos.

Em duas das três experiências sobre a qual construo esta análise, pude perceber uma significativa demanda de reflexão sobre as questões de gênero. Inclusive, em um dos cursos, a demanda traduziu-se em linha de orientação para as sínteses finais e provocou debates na plenária final, que sofreram duras críticas dos militantes presentes, com o argumento de que essa não seria uma questão fundamental na luta de classes. Se esse debate ainda aparece como um problema específico das mulheres e desconectado da questão da classe para a maioria dos militantes, talvez mereça uma preocupação maior. Apesar do MST organizar Coletivos de Mulheres e boas reflexões sobre relação classe e gênero, essa questão ainda aparece com contornos preconceituosos; os militantes reproduzem a concepção de que esta discussão é pós-moderna, ou que não tem conexão com a questão da classe.

A discussão acerca dos povos originários, sua cosmovisão e as questões desses movimentos em relação ao *eurocentrismo* esbarram numa concepção, por vezes “dogmática” do materialismo histórico dialético e da tradição do pensamento marxista. Por mais que alguns sujeitos, sobretudo intelectuais, formuladores da crítica eurocêntrica e/ou pós-colonial, tenham por base a crítica ao marxismo e se aproximam dos debates pós-modernos, e por mais que alguns dos movimentos reproduzam essa crítica, a reação a esse debate não deveria ser pautada por posturas dogmáticas. Se o MST pretende partir de uma metodologia *crítica*, *ativa* e *participativa*, seria coerente, principalmente no Curso *Latino*, enfrentar essa discussão de uma outra forma, em que teoria, *práxis* e história fossem dialeticamente relacionadas e para isso, talvez seja válida uma atenção maior ao estudo desses povos que conformam grande parte das lutas de nosso continente.

Um segundo desafio estaria relacionado *ao público para o qual se constrói o programa dos cursos, o perfil dos militantes*. Em algumas experiências, pude observar um descompasso na relação entre a metodologia, os conteúdos e os participantes concretos. Esse descompasso pode decorrer de uma certa idealização acerca dos militantes das organizações e movimentos que se dispõem a participar de tais atividades. Atualmente, em sua grande maioria, esse público é composto por

militantes jovens, com trajetórias formativas e cultura política e organizativa diferenciadas, assim como diferentes níveis de escolarização. E, no entanto, os conteúdos parecem estar direcionados à formação de quadros, ou seja, para militantes que já passaram por processo de formação e/ou que tenham maior experiência de luta.

Na verdade, a questão de fundo no debate sobre o público dos cursos de formação, nos remete à reflexão sobre quem são e de onde vêm os militantes que compõem não só o MST mas os movimentos sociais inseridos nesses processos. Em relação ao MST, pode-se observar uma significativa mudança na base que forma o movimento, uma vez que, essa base caracteriza-se nos últimos anos pelo aumento do fluxo de jovens, muitos deles oriundos do meio urbano.

No entanto, diante da característica diversa do perfil dos militantes, abre-se a possibilidade e necessidade de reinventar metodologias, porque essas precisam se adequar às demandas de formação desses jovens, que comportam um certo imediatismo para suas práticas políticas. Nesse sentido, as metodologias e conteúdos podem aliar a socialização de conhecimentos à identificação aos valores revolucionários e aos objetivos gerais e específicos do movimento.

Essa preocupação aparece no interior do MST:

“No trabalho com a juventude a formação deve criar linguagens adaptadas a essa realidade, mas sempre com o enfoque no sentido da responsabilidade. Deve pensar metodologias criativas, participativas que permitam o desenvolvimento político da consciência, bem como o seu envolvimento no processo organizativo do Movimento. A formação deve sempre buscar comprometê-la (a juventude). É importante resgatar o papel histórico que a juventude desempenhou em muitos processos revolucionários, como forma de estimulá-la para a luta, para a organização do povo, buscando subverter a ordem burguesa estabelecida.”¹⁰⁰

A escolarização é outro elemento importante a ser considerado em relação ao perfil da turma. Os níveis diferenciados de escolarização nas turmas podem dificultar o processo de aprendizagem, criando divisões dentro destas entre os que sabem mais e os que sabem menos, por exemplo. Cumpre salientar, o inédito investimento educativo por parte de um movimento social na história das lutas de classe no país, quiçá no continente, como o realizado pelo MST. Porém este investimento não consegue atingir todos os militantes, tampouco desfazer os anos e anos em que a classe trabalhadora, sobretudo rural, vem sendo excluída da escola formal, seja pela dificuldade do acesso e permanência ou do oferecimento de péssimas condições de escolarização.

Ao longo de sua história, o MST tem assumido o desafio de intensificar a escolarização nos espaços direcionados para este fim. Porém, observa-se também, a conformação, por parte de alguns

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 6.

sujeitos inseridos nos processos formativos, de uma certa expectativa de escolarização a ser desenvolvida nesses espaços. No entanto, esta expectativa pode resultar numa visão deformada do papel da formação, uma vez que, o objetivo dos espaços formativos não é oferecer os instrumentos fundamentais para o desenvolvimento da aprendizagem, seja no nível de alfabetização, ou nos níveis fundamental e médio, tampouco oferecer categorias, conceitos e meios para graduação ou especialização, através do ensino e da pesquisa. Seu objetivo, segundo o próprio MST, é desenvolver o processo de “elevação da consciência política dos trabalhadores, portanto, formação não é cultura geral, mas sim, ideologia e política para fazer a revolução.”¹⁰¹

O terceiro e último desafio, traduz-se na tentativa de relacionar elementos que possam contribuir para a reflexão sobre o *como* socializar o conhecimento nos espaços formativos. Para pensar nesse *método*, tentarei construir nexos entre *os espaços das aulas, as orientações metodológicas para construção dos trabalhos de conclusão de curso (TCC)*, também chamados de *sínteses* e a elaboração das mesmas.

A grande maioria das aulas que acompanhei, nos diferentes cursos, foram realizadas na forma “expositiva”, baseadas em mecanismos, que pareciam reproduzir aspectos da educação tradicional. Cabe salientar que pude observar o esforço de alguns professores em desenvolver metodologias mais participativas, porém pareciam esforços individuais.

Esta questão - dinâmica das aulas - apresenta dois elementos centrais. O primeiro, seria a compreensão de que a maioria dos intelectuais que se dispõem a atuar como professores nos cursos de formação tem como método de aula nas universidades, o método expositivo. Em segundo lugar, muitos desses intelectuais convidados a abordarem determinada temática no curso, elaboram seus programas de aula individualmente. Esses dois elementos estão profundamente implicados na concepção de educação desta sociedade, que nos é “transmitida” na formação escolar e universitária e que se “reproduz” em outros espaços educativos e formativos. Portanto, o problema parece ser a superação dessa concepção de educação, pautada tanto pela *transmissão*, quanto pela fragmentação de conteúdos.

O MST desenvolve em seu processo de lutas, a luta no campo da educação com reflexões baseadas no arco de perspectivas da educação libertadora e socialista, portanto, com vistas a superar a concepção tradicional da educação. Porém, pode-se observar uma certa fragilidade nessa perspectiva, uma vez que, algumas ações no âmbito do MST, sejam no campo da educação ou da formação humana, comportam muitos elementos da própria educação tradicional, como, a divisão entre trabalho manual e intelectual, a perspectiva da transmissão do conhecimento, a autoridade intelectual, entre outras.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 8.

Nesse sentido, seria interessante *integrar* as perspectivas educacionais efetivamente “libertadoras”, ou seja não tradicionais, às metodologias dos cursos de formação, e vice-versa. Se nos processos educacionais desenvolvidos pelo MST, os valores da formação política estão presentes, no processo formativo, as reflexões sobre a superação da educação tradicional também poderiam fazer-se presentes. Porém, o problema maior poder ser o fato de que as reflexões no campo da educação, realizadas pelo MST, não estejam direcionadas o bastante para a superação da educação tradicional.

O problema da superação da forma tradicional na dinâmica das aulas é um processo que pode se realizar a partir do investimento num maior e permanente diálogo entre o movimento, mais especificamente a CPP dos cursos, e os intelectuais convidados. Esse diálogo pode possibilitar a construção de metodologias efetivamente coletivas, o que parece ser fundamental não só para o desenvolvimento de métodos de aulas mais participativas, com base no perfil dos educandos, mas também para que as temáticas estudadas ao longo do curso não sejam fragmentadas.

Quanto à orientação metodológica e a construção dos trabalhos de conclusão gostaria de ressaltar que não pretendo refletir neste espaço sobre o objetivo da elaboração e apresentação de TCC's, monografias, dissertações e teses como requisito de avaliação em cursos formais, sejam eles técnicos, em nível de graduação, especialização e pós-graduação. A interpelação posta em relação ao desafio metodológico da construção das sínteses escritas tem como ponto de partida a reflexão sobre seus objetivos para o processo da formação política.

Nas reflexões do MST acerca da formação política não se encontram muitos elementos específicos sobre a questão da construção deste trabalho escrito. Acredito que o objetivo do trabalho esteja relacionado à discussão sobre produção de conhecimento no âmbito da educação formal, a partir daquele movimento de *integração* educação e formação. Porém, o próprio MST caracteriza a formação política como:

“(...) um processo infinito e sistemático de reflexão sobre a prática, de busca de conhecimentos já produzidos socialmente, e, um processo de produção e socialização de novos conhecimentos a partir das realidades concretas que se vive. Isto é, conhecimentos que brotam das contradições concretas da realidade; brotam do confronto das idéias e destas com a realidade e, em nosso caso, numa perspectiva de decifrá-la para transformá-la.”¹⁰²

A partir desta caracterização, pode-se perceber que o MST trabalha com a expectativa de que o processo de formação possibilite a construção de novos conhecimentos. Porém, percebem-se

¹⁰² *Ibid.*, p. 5.

alguns discursos diferenciados acerca de tal questão, pois para Fernanda Matheus – representante da Coordenação Político-Pedagógica da ENNF -, o processo de formação política pode “possibilitar um novo sentido na produção do conhecimento, que será elaborado em outros espaços”. Ainda para a militante:

“A formação política é fundamental para a consciência do sentido da produção do conhecimento. Para não reproduzir simplesmente aquilo que já foi produzido. É uma relação fundamental. O processo de formação política tem o potencial de formar sujeitos com capacidade crítica, capacidade de propor, sujeitos questionadores. Esse sujeito terá capacidade de indaga: qual o sentido do conhecimento? O conhecimento está a serviço de quem?”¹⁰³

Diante disso, cumpre ressaltar que nos processos de formação desenvolvidos pelo MST, o objetivo da elaboração dos trabalhos escritos e a expectativa de produção do conhecimento apresentam algumas contradições. Essas contradições refletem tanto a diversidade de posições dos sujeitos militantes responsáveis por coordenar estes processos formativos, como uma certa contraditoriedade do movimento social, que pode reproduzir em alguns aspectos os elementos da consciência social burguesa, como a fragmentação do saber, a divisão do trabalho manual e intelectual ou a valorização da avaliação. Essas contradições vão aparecer tanto na formação política quanto nas experiências de educação formal.

Essas reflexões acerca da pesquisa, do trabalho de conclusão de curso e da produção de conhecimentos, no âmbito do MST, parecem estar relacionadas ao processo de formalização de cursos de nível médio e técnico e da consolidação de parcerias com as universidades. Nesse processo, o movimento foi conquistando espaços e meios que possibilitam não somente o acesso ao conhecimento científico, mas também a capacidade de produzi-lo. Através desse movimento, o MST derruba uma parte da cerca do “latifúndio do saber”, construindo caminhos de acesso aos espaços, dos quais a classe trabalhadora foi historicamente excluída.

Nesse sentido, para o MST,

“(...) está posto o desafio de ter acesso à ciência, à tecnologia, à cultura humanamente construídas, bem como o de produzi-las sob novos parâmetros, necessários para uma nova forma de viver em sociedade e de relação com a natureza. Este debate já há tempos circula entre nós e adquire peso especial em um lugar onde a pesquisa tem sido feita sistematicamente: os cursos formais de nível médio, graduação e pós-graduação.”¹⁰⁴

¹⁰³ Entrevista realizada em 28 de novembro de 2008.

¹⁰⁴ MST, *Cadernos do ITERRA*, ano VII, n 14, novembro de 2007, p. 8.

Porém, o *processo* de formação da consciência não se confunde com o também *processo* de produção de conhecimento. Não se trata somente de considerar a existência de alguns espaços prioritários para tal fim, mas de refletir sobre a necessidade de apropriação de certos instrumentos e mediações teórico-metodológicas, que não são desenvolvidos em programas de formação política.

A expectativa da produção do conhecimento no espaço formativo pode provocar distorções acerca do próprio objetivo da formação. Se existe por parte daqueles que organizam um curso de formação política, a expectativa da produção de uma reflexão escrita, a partir desta perspectiva - de produzir conhecimento -, o próprio processo de elevação do nível de consciência pode ser prejudicado. Porque a centralidade que esta elaboração assume tende a diminuir a importância das mediações em relação ao processo de consciência.

Sobre essas possíveis distorções, Mauro Iasi traduz algumas preocupações comuns do NEP-13 de Maio ao afirmar:

“Acreditamos que existe um risco em procurar identificar o espaço da socialização com o da produção do conhecimento (...) Preocupa-nos a ambição de produção de novos conhecimentos sem a incorporação e real apreensão dos conceitos e conteúdos já sistematizados e, além disso, nos indagamos se dessa forma não nos distanciamos das intransferíveis tarefas de pesquisa e elaboração que exigem outras condições que não as que normalmente se apresentam em nossos espaços formativos.” (IASI, 2007, p. 169-170)

Baseando-se nas críticas desenvolvidas no âmbito do NEP-13 de Maio à esta questão, pode-se considerar que esta expectativa da produção do conhecimento não só compromete o processo de consciência, mas também provoca uma leitura empobrecida da prática da pesquisa. (*Id.*)

Uma outra preocupação, incide sobre o equívoco de desenvolver nos militantes a expectativa de que os problemas da prática - a *práxis política*-, podem ser resolvidos com a elaboração das reflexões escritas. Nessa perspectiva, a formação política pode assumir caráter instrumental e pragmático, o que descartaria a possibilidade da formação da consciência crítica e revolucionária.

Nas experiências formativas observadas, apesar de perceber uma certa diversidade no posicionamento político-pedagógico de alguns dos militantes do MST responsáveis pela tarefa da formação política, como apontei anteriormente, também se percebe uma certa definição do movimento sobre a necessidade de elaboração deste trabalho escrito. Não se trata de questionar essa definição enquanto instrumento e símbolo da luta que se engendrou e se engendra para conquistar

alguns espaços da produção do conhecimento, mas de questionar seu objetivo para o processo de formação da consciência.

No entanto, esta definição não impossibilitou questionamentos e mudanças em relação à feitura destes trabalhos escritos. Grande parte desses questionamentos é colocada a partir da relação e inserção dos intelectuais inserido nos processos dos cursos, mas sobretudo, a partir do espaço e dos sujeitos que atuam nas orientações metodológicas.

No espaço das orientações metodológicas, durante os cursos, os militantes realizam exercícios de leitura coletiva, debate do Método e outros textos com seus interlocutores - graduados, estudantes de pós-graduação e professores universitários –, que se coordenam para orientar o processo da elaboração do texto escrito. A proximidade com a questão do trabalho e a necessidade de constantes avaliações do processo possibilitou a esse espaço e aos sujeitos inseridos nele, o debate mais aprofundado de tal questão. Muitas das reflexões construídas a partir destes debates coletivos provocaram algumas mudanças nas formas como o MST vem considerando a relação do trabalho escrito com a produção de conhecimento.

Uma destas modificações, tem sido a busca do consenso sobre o momento da socialização dos tais trabalhos de conclusão, que em muitas experiências, comportava elementos da avaliação formal de monografias de conclusão de curso como na Universidade, com bancas avaliadoras e debates mais acadêmicos que políticos. Esse consenso baseia-se na perspectiva de dotar esse momento de elementos que permitam a construção de sínteses acerca dos principais debates políticos postos ao longo do curso, ou seja, os principais debates políticos dos movimentos e organizações presentes no curso.

Enfim, gostaria de ressaltar a relevância da elaboração desta reflexão e/ou síntese escrita pelos militantes, tendo em vista, tratar-se de um processo de aprendizado e para muitos um processo de superação, pois com esse exercício podem romper com alguns elementos da estrutura de relações sociais pautadas na fragmentação da atividade manual e intelectual. Seria interessante pensar na construção desta síntese como parte do exercício da socialização do conhecimento, com o desafio de elaborar uma certa sistematização daqueles elementos teóricos fundamentais que contribuem para uma compreensão crítica do real.

Sobre este desafio, Maria Lídia Silveira indaga e afirma:

“Não é muito importante para os trabalhadores superar o mero relato desprovido de historicidade e análise teórica? Não haverá um enorme ganho por parte destes militantes em entenderem mais a realidade e produzirem suas sínteses sobre um tema, questão, fenômeno, potencializando assim a feitura, em outros momentos, de outras análises e inserções na luta mais consistentes? Penso que se está a fornecer instrumentos essenciais de compreensão da realidade que permitem fundamentar explicações sobre o real,

buscando superar a adoção de chavões ou repetições de conteúdos de lideranças, o mais das vezes desprovidas de sentido para aqueles que as repetem. Há, portanto, que se investir em estudos, leituras, atividade / trabalho. Exigir dos trabalhadores a elaboração de suas síntese, a partir de um esforço que é coletivo, mas que é também, necessariamente, de cada um.”¹⁰⁵

2 - Formação e Desafios atuais: alinhando algumas questões

A concepção de formação política com a qual construí parte da análise acerca dos investimentos formativos desenvolvidos pelo MST busca compreender esse elemento a partir de sua *processualidade histórica* e como parte do *processo de consciência*. Assim, a formação política que se desenvolve no seio da luta de classes comporta as nuances do movimento histórico e os fluxos e refluxos das lutas sociais. No processo de consciência, a formação assume o papel de elevar a consciência dos sujeitos militantes inseridos nele a partir do movimento de superação do senso comum e da apreensão imediata e aparente da realidade. Através da socialização do conhecimento acumulado os sujeitos podem apreender os elementos da realidade em sua essência, podem compreender a raiz, a base e fundamento das relações sociais capitalistas.

Nesse sentido, retorno às reflexões acerca da *Tese XI sobre Feuerbach* para demarcar que o conhecimento e interpretação da sociedade, que pode se desenvolver a partir destes investimentos, está implicado na (re) construção dos sujeitos como sujeitos sócio-históricos e na transformação da própria sociedade. Ou seja, o conhecimento socializado no espaço político de formação é parte do processo de constituição de subjetividades emancipatórias, que podem impulsionar a transformação social. Assim, retomo também às reflexões de Rosa Luxemburgo acerca da necessidade de conhecer o real para transformá-lo, da necessidade da *intervenção consciente*, de aprender para tornar-se “piloto lúcido da história”, para relacionar a formação política e o devir histórico. (LUXEMBURGO, 1915, p. 4)

Resgatar o sentido da formação política e realizá-la a partir dos elementos da *educação popular* e do *materialismo histórico dialético* possibilita a construção de nexos com a história, não somente porque essa perspectiva epistemológica permite conhecer a realidade para além da imediatividade aparente, mas porque através desses elementos pode-se conceber o real e a história como *processo contínuo* de criação e recriação humana e social. Nesse sentido, para Maria Lúcia Silveira, esta particular concepção da educação popular permite compreender a realidade social

¹⁰⁵ SILVEIRA, Maria Lúcia Souza. “O esforço metodológico presente no curso 'Teorias Sociais e Produção de Conhecimento' – pequena sistematização”. Em: *Cadernos do ITERRA*, ano VII, n 14, novembro de 2007, p. 76.

como um processo que,

“(...) comporta novas construções, com a potencialidade de que possa ser tornada diferente, numa dimensão de *devir*, de um *vir-a-ser* outro, radicalmente distinto. Tal recriação da vida social, para além das condições objetivas, supõe uma outra premissa essencial: a da indispensabilidade dos sujeitos, da constituição possível de uma vontade coletiva que comporte a criação, a instituição de um projeto, desejo e busca de materialização de um outro tipo de sociedade. Uma nova sociabilidade que coloque na ordem do dia, efetivamente, a perspectiva de emancipação das classes subalternizadas.”¹⁰⁶

O processo de formação política desenvolvido pelo MST ao longo de sua história constitui-se, assim como o próprio movimento social, a partir de um conjunto de heranças políticas das organizações de esquerda do nosso país e Nuestra América. Procurei no espaço desta dissertação refletir dialeticamente sobre algumas destas heranças, destacando o que é novo, o que é superação, mas também o que é continuidade e o que é contradição.

Um dos elementos da contradição, analisado anteriormente, refere-se à relação entre a formação – teoria - e a prática. Muitos dos equívocos acerca desta relação podem estar relacionados à herança deixada pela *concepção metodológica dialética* e a fórmula P-T-T, que segundo Mauro Iasi, traduziu-se numa compreensão limitada da formação, entendida como “uma forma mista de agitação e tarefa organizativa, na verdade aglutinadora mais que organizativa.”¹⁰⁷

Outra face das contradições pode ser uma certa sobrevalorização do espaço formativo, e portanto, a sobrevalorização do processo subjetivo em detrimento das condições históricas. Nesse sentido, segundo Paulo Tumolo,

“(...) é preciso admitir que o processo de construção da consciência de classe, em sendo uma elaboração histórica, é eivado de contradições, (...) e por isso, embora a apropriação do conhecimento teórico seja condição necessária, não pode ser considerada como garantia de sua consolidação.” (TUMOLO, 2002, p. 252)

E acrescenta,

¹⁰⁶ SILVEIRA, Maria Lúcia Souza da. “Educação Popular: novas traduções para um outro tempo histórico” em: SILVEIRA, Maria Lúcia & FARAGE, Eblin (orgs). Seminário de Educação popular e Lutas Sociais. CFCH e Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social / UFRJ, Rio de Janeiro, nov. 2004, p. 123. (grifos meus)

¹⁰⁷ IASI, Mauro Luis. “Educação Popular: formação da consciência e luta política.” Em: SILVEIRA, Maria Lúcia & FARAGE, Eblin (orgs). Seminário de Educação popular e Lutas Sociais. CFCH e Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social / UFRJ, Rio de Janeiro, nov. 2004, p. 109.

“(...) embora reafirme a posição segundo a qual a teoria revolucionária – na sua dupla função de produção e transmissão-apreensão do conhecimento teórico – seria condição *sine qua non* para o processo de construção da revolução, isso não assegura nem a implementação e muito menos o êxito da estratégia revolucionária, tendo em vista que estes estão determinados pelas condições históricas nas quais se dá a luta de classes.”
(*Id.*)

O MST, no desenvolvimento de seu processo de formação política reproduz algumas dessas contradições, porém, os sujeitos militantes - dirigentes, coordenadores e/ou a base social - interlocutores dessas heranças, são também os interlocutores do movimento de superação das mesmas.

Esse movimento - a superação que o MST realiza em relação a muitas das suas heranças políticas - é um dos elementos que perpassam toda a discussão construída no espaço desta dissertação. As concepções de *formar-se na ação* e *formação como um conceito de política* traduzem essa perspectiva, pois a articulação da formação política ao tripé pedagógico-organizativo (estudo, trabalho produtivo e trabalho de base) assim como à premissa de ser massiva, completa e permanente, conferem a este processo uma *dimensão estratégica*. Ou seja, trata-se de um processo que caminha ao lado e na mesma direção dos objetivos estratégicos da organização. Além disso, sua concepção e suas ações sugerem o entendimento deste processo como um dos momentos da *práxis política*.

A dimensão estratégica coloca a formação no campo de luta, na *práxis criadora* de uma nova hegemonia, pois assume uma força histórica que aponta para a construção de possibilidades radicalmente antagônicas às formas sociais que vivemos. Para Pizetta, a formação assume caráter estratégico porque é parte dos objetivos estratégicos de construção de *força social e política*, *organização do povo* e *acumulação de força*:

“A Formação se constrói então como um conceito de política, preparada e implementada de forma dialética, articulando os diferentes saberes e níveis, com princípios e valores que colaboram na construção do projeto político com objetivos estratégicos.” (PIZETTA, 2007, p. 243)

Nesse sentido, a perspectiva da dimensão estratégica se traduz para Silveira na reflexão de que:

“(...) o processo formativo ao transcender o espaço das demandas imediatas postas pelos trabalhadores, numa proposição de atuação numa perspectiva de impulsionamento das

possibilidades de fazer circular e solidificar valores anticapitalistas, funciona como um campo de força estratégico.” (SILVEIRA, 1998, p. 211)

Portanto, a formação é parte do campo, da força e objetivo estratégico do movimento, como elemento importante na constituição de possibilidades de construir uma *contra-hegemonia*, uma *nova hegemonia* em função de um projeto político definido.

O conjunto de ações e lutas políticas protagonizadas pelo MST, incluindo a formação política, podem possibilitar a reconstrução do sentido histórico, de uma história aberta, da história como possibilidade – o devir histórico. Esse sentido de reconstrução histórica está presente na sua estratégia política, ou seja, na leitura da atual conformação das classes e da luta de classes, fundamentada na compreensão das principais mudanças sócio-históricas, políticas, econômicas e na projeção da conformação de lutas contra-hegemônica, que apontem para a superação das relações subordinadas ao capital.. Os processos de articulação com outros movimentos, organizações e setores da sociedade e a perspectiva que parece sustentar essas ações – uma certa interpretação ampliada do sujeito revolucionário – apresentam-se portanto, como eixos de uma mudança estratégica, que é histórica.

Algumas reflexões, que partem de diferentes interpretações de dentro do próprio MST, apontam a articulação como elemento importante na conjuntura contemporânea. Nesse sentido, Gilmar Mauro afirma sobre o processo de transformação pelo qual o movimento tem passado nos últimos anos:

“(...) estamos vivendo ainda o término de um ciclo que conduziu os movimentos sociais, desde o ascenso dos anos 70, por um caminho que aglutinou toda a esquerda em torno de um projeto democrático popular. Esse ciclo não se acaba de uma hora para outra, estamos numa fase em que o novo ainda não surgiu e o velho ainda não desapareceu, de sair de sonhos e fazer reflexões. Mas há iniciativas novas de reaglutinação, de reorganização, etc. O MST obviamente aposta nessa perspectiva de reorganização tanto dos movimentos sociais como das estruturas políticas, dos instrumentos políticos. Agora, o MST vive um processo de metamorfose interna também. É parte da passagem do ciclo anterior para o novo ciclo. Acho que estamos caminhando para estabelecer alguns critérios políticos. Por exemplo, com quem estabelecer alianças estratégicas? (...)é preciso estabelecer diálogos políticos com vários e amplos setores. Embora talvez não seja a aliança estratégica, mas o diálogo é fundamental (...)”¹⁰⁸

¹⁰⁸ Gilmar Mauro, Entrevista à *Revista Debate Socialista*, n. 3, abril de 2008, p 36.

No primeiro capítulo desta dissertação busquei alinhar os elementos da conjuntura histórica, na qual a formação política no MST passa por um processo de resignificação. Este processo consubstancia-se com a formulação da concepção da auto formação e no maior investimento na construção de espaços voltados para tal fim.

Relacionando esse processo aos elementos daquela conjuntura histórica, aos documentos produzidos pelo movimento sobre a temática e à própria fala de alguns sujeitos dirigentes e/ou coordenadores do MST, pude perceber que os espaços formativos apresentavam-se como investimentos que possibilitavam o diálogo, aproximação e uma certa articulação do movimento com outros setores da sociedade. E, portanto, essa possibilidade parece indicar a perspectiva de alargamento do arco de alianças do MST.

Cumprе salientar, que não se trata de considerar apenas o investimento formativo como o exemplo desse processo de articulação e percepção ampliada do sujeito revolucionário, mas de compreendê-lo também a partir dessa concepção e como parte dela.

Nesse processo, alguns elementos indicam que o MST assume uma certa liderança, porém sem necessariamente conferir direção. Nesse sentido, segundo Stédile,

“(…) sempre repetimos que somos apenas um pequeno agrupamento de militantes e dirigentes, e de certa forma adotamos também a concepção que Marta Harnecker expressou dizendo que dificilmente um país tão grande como o Brasil tenha uma organização política que impulse a transformação, o que vem a ser o que ela chamou de ‘vanguarda compartilhada’, ou seja, que provavelmente sejam várias organizações políticas, de distintos níveis e natureza, que se tiverem um projeto político similar podem caminhar rumo à tomada do poder. Nós queremos ser apenas uma dessas, não pensamos que vamos ser a vanguarda desse processo.”¹⁰⁹

No entanto, apesar da fala de um de seus principais dirigentes questionar a posição de vanguarda, pode-se perceber que o MST, enquanto organismo político de esquerda, assume atualmente papel de destaque como um dos impulsionadores do diálogo e articulação entre movimentos sociais e organizações políticas no continente latino-americano.

¹⁰⁹ João Pedro Stédile, Entrevista à Prensa de Frente / RECOSUR, Disponível em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=68831>, [Acesso em 25 de julho de 2008].

Busquei compartilhar, no desenvolvimento dessa dissertação, algumas dúvidas e reflexões críticas sobre o investimento formativo desenvolvido pelo MST. Espero que o conjunto de interpelações presentes neste texto provoque mais reflexões, dúvidas e perguntas acerca do sujeito-objeto estudado. Não pretendo com essa afirmação me esquivar das questões que não consegui desenvolver de maneira suficiente, assim como também não pretendi construir respostas definitivas e nem juízos sobre os desafios e possibilidades do MST.

A conclusão desse trabalho teve, para mim, sabor e significado de começo – apesar do cansaço, do estresse e de tantas outras coisas que sentimos ao finalizar uma dissertação de mestrado -. O significado de começo relaciona-se ao arco maior de questões que se abre, a novas indagações, novas hipóteses e possíveis respostas, que parecem dançar entre meus pensamentos.

Outra questão que gostaria de tecer uma breve observação traduz-se na compreensão de que muitos dos elementos abordados nesta dissertação estão *em movimento*, ou seja, constituem o processo histórico de lutas atuais e cotidianas do MST. Por isso podem apresentar - no atual momento - novos e outros desafios, ou mesmo superações aos desafios postos nos limites do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas, vol. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- BHASKAR, R. Realismo crítico, relações sociais e argumentos para o socialismo, in: **Reclaiming Reality: a Critical Introduction to Contemporary Philosophy**. London; New York: Verso, p. 1-10. Tradução de Astrid Baecker Ávila; revisão de Mário Duayer e Maria Célia Marcondes de Moraes, 2006.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma - Desestruturação do Estado e Perda de Direitos**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- BOGO, Ademar. **Arquiteto dos sonhos**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- BORON, Atílio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- _____ ; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina (org). **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- _____. Crises de las democracias y movimientos sociales em America Latina: notas para uma discusión. **OSAL/CLACSO**, Cidade, volume ano VII, n 20, páginas, mai./ago. 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BEZERRA, Aída. **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CALDART, Roseli Salete. **Educação em movimento: Formação de educadoras e educadores do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- COLLETI, Claudinei. **A trajetória política do MST : da crise da ditadura ao período neoliberal**. 2005. 297 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 29, nov 2007, p. 63.
- DÍAZ, Cristian Gallegos. Democracia y movimientos sociales em America Latina. Disponível em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=31225> . Acesso em 25 de julho de 2008.
- EAGLETON, Terry. As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**. Formação e territorialização do Movimento Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999).

1999. 318 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Curso de Pós – Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. **MST, formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000 a.

_____. Movimentos sociais como categoria geográfica. **Terra Livre**. AGB, São Paulo, n 15, pp. 59-85, 2000 b.

_____. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **OSAL / CLACSO**. Buenos Aires, ano V, n 11, páginas, mai./ago. 2003.

_____. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **OSAL / CLACSO**. Buenos Aires, ano IX, n 24, p. 73-85, outubro, 2008.

_____; STEDILE, João Pedro. **Brava Gente**. A trajetória e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FONTES, Virgínia. “História e verdade”. Em: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001, 115-129.

_____. **Reflexões im-pertinentes** – História e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

_____; MENDONÇA, Sônia. História do Brasil recente: 1964-1992. São Paulo: Editora Ática, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin**. Os cacos da história. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

GERNARI, Emilio. Educação popular, algumas experiências atuais: Núcleo de Educação 13 de Maio. In: SILVEIRA, Maria Lídia & FARAGE, Eblin (orgs). **Seminário de Educação popular e Lutas Sociais**. CFCH e Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social / UFRJ, Rio de Janeiro, nov. 2004 (cd-rom)

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, v.1.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v.2.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, David. El neoliberalismo como destrucción creativa. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=65709>. Acesso em 25/04/2008.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 a.

_____. O presente como história: escrever a história do seu próprio tempo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 43, nov. 1995 b.

_____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IASI, Mauro. **O dilema de Hamlet – o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2002.

_____. **As metamorfoses da consciência de classe – o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**. A recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Marxismo e alienação – contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOROL, Claudia. *Subjetividade, cambio social y educacion popular*. **Seminário de Educação Popular**. Cuaderno1, Universidade Popular Madres de la Plaza de Mayo. Buenos Aires.

_____. La formacion política de los movimientos populares latinoamericanos. **OSAL/Clacso**, Buenos Aires, Ano VIII, nº 22, septiembre de 2007.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KRISCHKE, Paulo J. e SCOTT, Mainwaring (org.). **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

LOBO, Elizabeth Souza. Experiências de mulheres. Destinos de Gênero. **Tempo Social**; Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 1(1): 169-182, 1. sem. 1989, p. 170.

LOPES, Paulo R. C. La formación política: un esfuerzo de crítica e autocrítica. **Seminário de Educação Popular**. Cuaderno1, Universidade Popular Madres de la Plaza de Mayo. Buenos Aires.

LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburgo: os dilemas da ação revolucionária**. São Paulo: Editora Unesp: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. (org.) Rosa Luxemburgo – textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LOWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses 'Sobre o conceito de história'**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, Gyorgy. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, Rosa. Socialismo ou barbárie? Em: **A crise da social democracia**. Folheto Junius, 1915.

Disponível em www.marxistis.org/portugues/luxemburgo/1915/junius/cap01.htm. Acesso em outubro de 2009.

MARX, Carlos; ENGELS, Frederico. **La ideologia alemana**. Crítica de la novísima filosofía alemana en las personas de sus representantes Feuerbach, B, Bauer y Stiner y del socialismo alemán en las de sus diferentes profetas. Barcelona: Ediciones Grijalbo, S. A, 1974. 5. ed.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Fontes, 1998.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MENDONÇA, Sônia; STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária - natureza e comportamento 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. vol V

MENEGAT, Marildo. **O olho da barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MEZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NETTO, José Paulo. **Marxismo Impenitente**: contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

NETO, Luiz Bezerra. **Sem-Terra aprende e ensina**: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.

MST. **Normas Gerais do MST**. SP: MST, 1989.

_____. **Construindo o Caminho**, 2001.

_____. **Cadernos do ITERRA. O MST e a pesquisa**. Ano I, n 3, outubro de 2001.

_____. **A Reforma Agrária que precisamos**, 2003.

_____. **Desafios da Formação**, Setor de Formação, 2003.

_____. **O funcionamento das brigada do MST**, Setor de Formação, 2005.

_____. **As tarefas revolucionárias da juventude**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **Resgatar para aprofundar e avançar na formação política e ideológica dos militantes do MST** (mimeo.), 2006.

_____. **Textos para estudo e debate**. V Congresso Nacional do MST, 2007.

_____. **Cadernos do ITERRA. II Seminário Nacional: O MST e a pesquisa**. Ano VII, n 14, novembro de 2007.

_____. **Cadernos de Estudos da ENFF. A política de formação de quadros**. Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema/ São Paulo, 2007.

_____. **Cadernos de Estudos da ENFF. Literatura e formação da consciência**. Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema/ São Paulo, 2007.

_____. **Cadernos de Estudos da ENFF. O legado de Che Guevara**. Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema/ São Paulo, 2007.

_____. **Cadernos de Estudos da ENFF. O legado de Florestan Fernandes**. Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema/ São Paulo, 2009.

_____. **Escola Nacional Florestan Fernandes**. Caderno Informativo, Guararema/ São Paulo, 2009.

_____. **Revista Sem Terra**, ano X, n° 48, Jan / Fev, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001.

_____. O governo Lula assumiu a contra reforma agrária: a violência do agrobandidismo continua. **CPT, 2009**. Conflitos no campo, Brasil, 2008.

OLIVEIRA, Mauricio Miranda dos S. **A Persistência do Mesmo na Inquietude Turbulenta do Mundo**: Fredric Jameson e o Ocaso da História na Pós-Modernidade. 2008, 133 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PARRA, Marcela Alejandra. La construcción de los movimientos sociales como sujetos de estudio en América Latina. **Athenea Digital**, n° 8, 2005. Disponível em: <http://antalya.uab.es/athenea/num8/parra.pdf>. Acesso em 10 de março de 2008.

PIZZETA, Adelar João. Educação Popular: Formação da consciência e luta política. Em: SILVEIRA, Maria Lúcia & FARAGE, Eblin (orgs). **Seminário de Educação popular e Lutas Sociais**. CFCH e Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social / UFRJ, Rio de Janeiro, nov. 2004 (cd-rom)

_____. A formação política no MST: um processo em construção. **OSAL / CLACSO**. Buenos Aires, ano VIII, n 22, páginas, set. 2007 a.

_____, BEZERRA, Cristina Simões e RODRIGUES, Maria Aparecida Grossi. **A parceria UFJF / Escola Nacional Florestan Fernandes – MST: A experiência e a produção de conhecimentos do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos.**

Libertas, Juiz de Fora, edição especial, p. 1-23, fev / 2007 b.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad.** México, D.F: Siglo XXI, 2001. v. 1.

_____. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Alai: América Latina em movimento**, 2005. Disponível em: <http://alainet.org/active/9564&lang=es>. Acesso em 10 de maio de 2009.

_____. A reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. Em: Ceceña, Ana Esther (org.) **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado.** CLACSO: Buenos Aires, 2006. (ISBN: 987-1183-34-8) REDIN, Euclides; STRECK, Danilo R.; ZITKOSKY, Jaime José (orgs.) **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

SANCHEZ, Carlos Aguilar. Los procesos de democratización bajo esquema neoliberal. El caso de Nicaragua. **Informe final del concurso: Democracia, derechos sociales y equidad; y Estado, política y conflictos sociales.** Programa Regional de Becas CLACSO. 2000.

Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/1999/asanchez.pdf>

Acesso em :

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis.** Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Roberta Maria Lobo da. **A Dialética do Trabalho no MST: A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes.** 2005. 320 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SILVEIRA, Maria Lúcia de S. **A formação dos trabalhadores a partir do campo de trabalho: subjetividade e classe.** 1998, 211 p. Tese (Doutorado em Sociologia) -Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Unicamp, Unicamp, Campinas.

SILVEIRA, Maria Lúcia & FARAGE, Eblin (orgs). **Seminário de Educação popular e Lutas Sociais.** CFCH e Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social / UFRJ, Rio de Janeiro, nov. 2004

SILVEIRA, Maria Lúcia de S. Produção de sujeitos, apassivação de campos coletivos e constituição de horizontes emancipatórios. In: SILVEIRA, Maria Lúcia de S. (org) **Seminário Sociedade contemporânea, processos de subjetivação e desafios postos para uma nova sociabilidade**. RJ: UFRJ / CFCH/ Programa de Pós Graduação da ESS, 2007 (cd-rom).

SOUZA, Claudilene Pereira. **Vivendo e aprendendo a lutar: lutas de massa e formação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. 2004, 159 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo.

SOUZA, Maria Antônia de. A pesquisa sobre educação e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos Programas de Pós Graduação em Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Cidade, v 12, n 36, p. 443-549, set./dez. 2007.

STEDILE, João Pedro. Trabalhadores: O MST e a luta pela terra. [Revista Teoria e Debate](#), São Paulo, nº 24, março / abril / maio de 1994, p. 21-24.

_____ (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. vol II

_____. **A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-64**. São Paulo: Expressão Popular, 2005 (b). vol IV

TEIXEIRA, Luiz Monteiro e SILVA, Roberta Maria Lobo. **Educação e sociedade: compromisso com o humano**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. ‘Jogo’ de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: A Contra-Reforma Agrária no Governo Lula. **Revista Perspectiva Geográfica, Cidade**, n 1, p. , 2005.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. A árvore da liberdade. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

VAKALOULIS, Michel. Antagonismo e ação social. Em: LEHER, Roberto & SETÚBAL, Mariana (org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Corez, 2005.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Consciência de classe e experiências sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Tese (Doutorado em Educação).São Carlos: UFSCar, 1997.

ZIBECHI, Raúl. **Autonomías e Emancipaciones**: América Latina em movimento. Lima: Programa de Democracia y Transformacion Global/ Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales –

UNMSM, 2007.

ZIZEK, Slavoj. **Às portas da revolução:** seleção dos escritos de Lênin de fevereiro a outubro de 1917. São Paulo: Boitempo, 2005.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____ ; FOSTER, John Bellamy (orgs.) **Em defesa da história:** marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra. http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=258. Acesso em 19 de setembro de 2009.

“Movimento educativo emancipatório” – Pesquisa sobre o Movimento dos Sem Terra no Campo educacional – Disponível em: www.pesquisamst.ced.ufsc.br/index.php. Acesso em 05 de Junho de 2009.

2. Entrevistas:

Concedidas a Andreza Cristina Rangel Prevot:

José Luis Rodrigues, 27 de Novembro de 2008.

Lorena, 27 de Novembro de 2008.

Fernanda Matheus, 28 de Novembro de 2008.

Adelar João Pizetta, 21 de Abril de 2009.

Publicadas:

Entrevista cedida por João Pedro Stédile à Revista *Teoria e Debate*, nº 9, janeiro-março, 1990.

Entrevista de João Pedro Stédile - *Jornal Sem Terra*, nº 289, 21 Janeiro de 2008.

Entrevista de Gilmar Mauro à *Revista Debate Socialista*, n 3, abril de 2008.

Entrevista de João Pedro Stedile à Prensa de Frente /RECOSUR. Disponível em:

<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=68831>, [Acesso em 25 de julho de 2008].

3. Páginas na Internet:

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - www.mst.org.br

Comissão Pastoral da Terra – www.cpt.org

Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária / DATALUTA:

www4.fct.unesp.br/nera/boletim.php

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)